



UNIVERSIDADE
CANDIDO MENDES

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS
DO RIO DE JANEIRO - IUPERJ

Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP)

Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade e Participação Social.

**AMV (Associação Mangueira Vestibulares): Inclusão e
Protagonismo Sócio-Político de seus Agentes sociais.**

Edelson Rocha

Rio de Janeiro, março de 2024

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central
Mestrado em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro da
Universidade Candido Mendes
Bibliotecários responsáveis: João Victor Mendes Souza – CRB-7 7166
Paulo César do Prado – CRB-7 7131

R672a Rocha, Edelson
AMV (Associação Mangueira Vestibulares): inclusão
e protagonismo sócio-político de seus agentes sociais./
Edelson Rocha. -- Rio de Janeiro, 2024.
161 f. : il.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Candido
Mendes, 2024.
Orientação de: Fernando Antonio da Costa Vieira

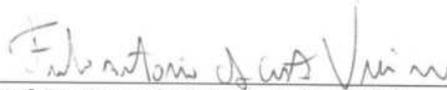
1. Movimento pela integração étnica, racial. I.
Universidade Candido Mendes II. Título.

CDU 327.39

EDELSON ROCHA

**"AMV (Associação Mangueira Vestibulares): Inclusão e Protagonismo
Sócio-Político de seus agentes sociais."**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação
em Sociologia Política do Instituto Universitário de
Pesquisas do Rio de Janeiro da Universidade Candido
Mendes como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Sociologia Política.



Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Prof. Dr. Rogério Ferreira Souza
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro / UCAM



Profª. Dra. Gabriela Pereira Martins
Universidade do São Paulo

RIO DE JANEIRO
2024

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Mário e Vicentina que, mesmo tendo enfrentado tantas adversidades em suas jornadas de vida, souberam educar seus quatro filhos, oferecendo-nos o que tinham e o que não tinham para que pudéssemos alcançar voos que para eles lhes foram negados.

À minha amiga e esposa Carla, que tanto me incentivou nesse desafio. Aos meus filhos André, Tarsila e Eduardo, e enteado/filho João Pedro, que também deram um grande incentivo.

Ao Companheiro de militância sindical pelo Sinpro-RJ desde a década de 80, que me incentivou e ajudou desde o início a chegar até aqui, e meu paciente Orientador, sempre disposto a me ajudar para a construção dessa tese, o professor Fernando Vieira.

Ao professor Carlão, um dos fundadores da AMV, ao Professor Marcos Aurélio, aos demais professores amigos e companheiros de luta da AMV, ex-alunos, colaboradores em geral, que tanto lutaram, e continuam a lutar, pelo acesso à universidade pública, historicamente excludente para as camadas populares e trabalhadoras brasileiras, e pela construção de uma sociedade FRATERNA, HUMANISTA E JUSTA SOCIALMENTE.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos especiais aos que, desde muito tempo, me incentivaram a enfrentar esse desafio acadêmico, apesar de meus 65 anos de vida e de ser avô de Nina e de Valentina (a caminho). À minha amiga e companheira por 24 anos, Carla, aos meus filhos André, Tarsila e Eduardo, e meu enteado/filho João Pedro, que sempre acreditaram em mim nessa nova jornada.

Às professoras Lilian, Camila, Gabriela e Janine. Aos professores Rogério, Paulo, Alexandre, Botelho, Fábio e meu orientador Fernando.

Agradecimentos também a sempre paciente secretária Jéssica, que muito ajudou para o bom andamento do Curso.

Aos colegas de turma que muito contribuíram com suas críticas e que, juntos, ao longo de dois anos, caminhamos nessa estrada do IUPERJ.

Um agradecimento especial ao prof. Marcos Aurélio que, desde a primeira hora, prontificou-se a me auxiliar, seja explicando um pouco mais sobre a trajetória da AMV, bem como nos contatos com os ex-alunos, colaboradores e ex-professores do Projeto.

Um agradecimento especial também ao professor Carlão, um dos fundadores da AMV, aos ex-professores e colaboradores, e aos ex-alunos da AMV, que me atenderam de pronto ao chamado para responderem os questionários e que, com muito orgulho, pude identificar suas jornadas como **intelectuais orgânicos** que se constituíram, continuando a trilhar uma bela jornada inclusiva, combativa e cidadã. Sigamos nessa tarefa de construirmos uma Sociedade Plena de Justiça Social.

RESUMO

ROCHA, Edelson. AMV (Associação Mangureira Vestibulares): Inclusão e Protagonismo Sócio-Político de seus Agentes Sociais. Orientador: Prof. Dr. Fernando Antonio da Costa Vieira. Universidade Cândido Mendes, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Dissertação de Mestrado em Ciência Política

Essa Dissertação tem por objetivo analisar a atuação da AMV – Associação Mangureira Vestibulares – agindo como um *Intelectual Orgânico Coletivo*, em sua ação contra-hegemônica, com suas variadas práticas em busca da superação do processo de exclusão dos setores populares ao acesso às universidades públicas. A AMV apresentou-se como uma alternativa para centenas de jovens, em especial da *comunidade mangueirense*, que contribuiu na luta contra o autoritarismo social que tanto marcou e ainda marca a sociedade brasileira.

Sua luta política não se tratava apenas em defender a educação pública, popular e verdadeiramente democrática, mas, através das várias lutas diárias travadas junto aos inúmeros movimentos sociais, contribuindo para a formação política de seu corpo docente e discente, buscou ampliar as frentes de ação das forças populares e democráticas que, desde fins da década de 1970 e decorrer da de 1980, enfrentavam o regime autoritário implantado em 1964 no Brasil.

Ao longo da dissertação, além de apresentar meu referencial teórico (*Os Intelectuais Orgânicos* segundo Gramsci), faço uma análise de minha atuação como um *observador participante*, apresento um histórico dos Pré-Vestibulares Comunitários da Região Metropolitana do Rio, com ênfase da AMV como um Pré-Vestibular Popular, que foi criado em 1990, e suas ações enquanto *agente social coletivo*. O objetivo principal da pesquisa é o de apresentar algumas trajetórias dos agentes sociais constituídos pelo corpo de coordenação, docente e discente que, sob as análises *gramscianas*, atuaram, e ainda atuam, como *intelectuais orgânicos* e, em destaque, como os ex-alunos assumiram variados protagonismos sociais e políticos, passando a agir como atores no processo de transformação da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Intelectuais Orgânicos, Movimentos Sociais, Educação, Pré-Vestibulares Populares.

ABSTRACT

This Dissertation aims to analyze the performance of AMV – Associação Mangureira Vestibulares – acting as a Collective Organic Intellectual, in its counter-hegemonic action, with its varied practices in the search for overcoming the process of exclusion of popular sectors from access to public universities. AMV presented itself as an alternative for hundreds of young people, especially from the Mangueirense community, which contributed to the fight against social authoritarianism that marked and still marks Brazilian society.

His political struggle was not just about defending public, popular and truly democratic education, but, through the various daily struggles fought with countless social movements, contributing to the political formation of his students body, he sought to expand the fronts of action of the forces popular and democratic societies that, since the end of the 1970s and throughout the 1980s, faced the authoritarian regime implemented in 1964 in Brazil.

Through the dissertation, in addition to presenting my theoretical framework (Organic Intellectuals according to Gramsci), I analyze my role as a *participant observer*, I present a history of AMV as a Popular Pre-Entrance Exam, which was created in 1990, and his actions as a collective social agent. The main objective of the research is to present some trajectories of social agents constituted by the coordination body, teachers and students who, under Gramscian analyzes, acted, and still act, as organic intellectuals and, in particular, how the former students assumed varied social and political roles, starting to act as actors in the process of transforming Brazilian society.

Keywords: Organic Intellectuals, Social Movements, Education, Popular Pre-University Exams.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
I. MINHA CAMINHADA: DA MILITÂNCIA ECLÉTICA À ATUAÇÃO COMO OBSERVADOR PARTICIPANTE	12
II. O FIM DO REGIME AUTORITÁRIO E OS NOVOS PROTAGONISMOS SOCIAIS:	
2.1. O Novo Protagonismo dos Movimentos Sociais no Brasil	27
2.2. Histórico dos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro	46
2.3. História da AMV	58
III. O MUNDO DA POLÍTICA:	
3.1. Espírito Prático da Política: Democracia, Estado, Independência e Autonomia	67
3.2. Os Intelectuais Orgânicos Segundo António Gramsci	74
IV. A AMV COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO COLETIVO	87
V. CONCLUSÕES	103
VI. ANEXOS:	
5.1. Lei do Voluntariado	107
5.2. Estatuto da AMV	108
5.4. Termo de Adesão	114
5.4. Questionários Semiestruturados	115
5.4.1. Questionários Respondidos Pelos Ex-alunos	115
5.4.2. Questionário respondido Pelos Professores	143
5.4.3. Questionário Respondido pelos Colaboradores	153
VII. BIBLIOGRAFIA	158

INTRODUÇÃO

Nessa dissertação procurei analisar e descrever o enorme protagonismo social e político que os membros participantes da Associação Mangureira Vestibulares (AMV) assumiram, pegando como referencial teórico os olhares gramscianos sobre *Intelectuais Orgânicos*, a partir da análise da atuação dos Pré-Vestibulares Populares atuantes desde o início da década de 1990, em que a AMV assumiu um caráter pioneiro.

Essas novas modalidades de organização popular, atuando nas ações educativas e políticas de seus agentes sociais, dialogaram com inúmeros movimentos sociais que, à época do desmonte da ditadura política, civil, empresarial e militar brasileira (1964-1985), intensificaram suas ações nas frentes variadas de luta pela redemocratização do Estado brasileiro.

Os Pré-Vestibulares Populares que surgiram já a partir de meados da década de 1980, buscaram alternativas concretas no enfrentamento da exclusão de milhões de brasileiros, em sua maioria das periferias, no acesso à educação superior, prioritariamente às universidades públicas, fundamentando-se na elaboração de projetos populares de educação para a cidadania política, que iam além da simples preparação para os vestibulares.

Apresento um breve histórico acerca dos projetos apresentados pelos Pré-Vestibulares Populares, desde a criação do primeiro em 1986 por um grupo de professores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ), e que funciona até hoje no Campus do IFHCS, no Largo de São Francisco, passando pela criação da AMV em 1990 e, posteriormente, da *Educafro*, em 1993, que trouxe a questão da luta contra o preconceito racial, chegando a um número aproximado de mais de 300 Pré-Vestibulares Comunitários, segundo levantamento feito em 2020, espalhados por todo o Estado do Rio de Janeiro.

Esses projetos populares de educação tinham (e continuam a ter) em comum o enfrentamento contra-hegemônica à lógica neoliberal, que tenta mascarar a violência que impede o pobre e os filhos da classe trabalhadora de exercerem seus protagonismos sociais, de conquistarem o acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, de atuarem junto aos inúmeros movimentos sociais que, cada vez mais, se organizam em redes, locais e regionais, nacionais e internacionais.

Foi seguindo o fio condutor teórico a partir dos estudos de Gramsci acerca dos *Intelectuais orgânicos*, de suas críticas assertivas aos intelectuais tradicionais que se agarravam às estruturas já existentes e sob a hegemonia de uma elite dominante, que desenvolvi minha dissertação. O Gramsci intelectual, dirigente partidário e militante como lhe faziam referência de ter sido "um homem de seu tempo", tornando ilusório tentar separá-lo de sua época, de sua ligação com a causa revolucionária, de sua prática política como um autêntico comunista, que viveu numa Itália em processo de consolidação como Estado Nacional, burguês e antidemocrático.

O Gramsci militante e ativista, que se aproximou do internacionalismo operário, com destaque para o movimento bolchevique. O Gramsci que esteve à frente das greves operárias contra a Guerra Imperialista iniciada em 1914, e contra a participação da Itália no conflito, e defensor da organização da classe trabalhadora italiana. Um autêntico revolucionário que viveu nessa Itália do imediato pós-Primeira Guerra Mundial.

Essa dissertação apresenta em sua estrutura quatro capítulos fundamentais, minhas conclusões, os anexos e a bibliografia, assim distribuídos:

No Capítulo I – **Minha Caminhada: da Militância Eclética à Atuação Como Observador Participante** – lanço um desafio e apresento uma breve “autobiografia”, em que descrevo minha formação política através da práxis militante, pedagógica e sindical, ao longo de 40 anos como professor de História no Ensino Básico, seja nas Redes Públicas dos municípios do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis, na Rede Pública Federal, seja na Rede Privada do município do Rio de Janeiro.

No Capítulo II - **O Fim do Regime Autoritário e os Novos Protagonismos Sociais** - analiso a atuação dos Movimentos Sociais junto ao processo que culminou com o fim do regime autoritário brasileiro (1964 – 1985), apresento um histórico geral dos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro e descrevo a história da Associação Mangueira Vestibulares, considerado o primeiro Pré-Vestibular Comunitário surgido na cidade do Rio de Janeiro.

No Capítulo III - **O Mundo da Política** – analiso o Espírito Prático da Política, considerando os conceitos de Democracia, Estado e Independência, bem como os estudos de António Gramsci sobre os Intelectuais Orgânicos, linha teórica que orienta essa dissertação.

No Capítulo IV - **A AMV como Intelectual Orgânico Coletivo** – retomo um pouco a história da AMV, seus desafios e trajetórias, apresentando sua importância como um projeto contra-hegemônico de educação popular, e que foi de fundamental importância no processo de formação política e social de seus agentes sociais.

Nas **Conclusões** desenvolvo algumas reflexões acerca dos desafios que enfrentaram e da importância dos Pré-Vestibulares Populares da região metropolitana do Rio de Janeiro, em geral, e a AMV, em particular, e suas contribuições nas trajetórias de vida e profissional de seus atores sociais, no enfrentamento da lógica neoliberal.

Nos **Anexos** estão presentes, além dos depoimentos completos dos 20 agentes sociais que responderam aos questionários, a Lei do Voluntariado, o Estatuto da AMV e o Termo de Adesão dos membros participantes.

I. MINHA CAMINHADA: DA MILITÂNCIA ECLÉTICA À ATUAÇÃO COMO OBSERVADOR PARTICIPANTE

A meu ver, a maioria das questões metodológicas da historiografia contemporânea diz respeito à biografia, sobretudo as relações com as ciências sociais, os problemas das escalas de análise e das relações entre regras e práticas, bem como aqueles, mais complexos, referentes aos limites da liberdade e da racionalidade humanas.

(LEVI, 2006: 168.)

É seguindo essa linha de análise científica que inicio o desenvolvimento dessa dissertação, sob o olhar atento da Sociologia Política.

Sou carioca, filho de migrantes mineiros que chegaram ao Rio de Janeiro no início da década de 1950, em busca de alternativas de trabalho e de vida. Nasci no ano de 1959 quando ainda morávamos na Rua “São Francisco Xavier, nº 149 fundos” – antiga Favela do Esqueleto -, onde residimos até o ano de 1963.

Fruto da transferência funcional de meu pai, que era funcionário da Rede Ferroviária Federal, para a cidade de Valença, também no estado do Rio de Janeiro, foi possível evitar que nos mudássemos para algumas das alternativas de conjuntos habitacionais populares construídos no governo de Carlos Lacerda (1960 – 1965), resultado de uma grande intervenção urbanística nos anos 1960, que visavam responder às exigências da nova ordem social e econômica brasileira, em que a cidade do Rio de Janeiro cumpria um papel relevante, dada sua condição de metrópole nacional. Com a inauguração de Brasília (21/04/1960) a elite carioca via o risco de perder o *status* de centro das decisões políticas do país. Diante dessa ameaça, e com intensa mobilização entre os grupos políticos cariocas, ainda indecisos quanto aos rumos que a cidade tomaria, optou-se pela criação da Cidade-Estado da Guanabara.

Os governos do estado da Guanabara dinamizaram mudanças radicais na cidade, destacando-se a remoção de dezenas de favelas da zona sul e do subúrbio carioca. Além da Vila Kennedy, o governo de Carlos Lacerda construiu outros dois grandes conjuntos para as pessoas removidas: Vila Aliança, em Bangu (com 2.183 unidades), e Vila Esperança, em Vigário Geral (464 unidades). Juntos, esses três conjuntos habitacionais receberam 37 mil moradores (dos 42 mil removidos), vindos de 32 favelas erradicadas parcial ou totalmente (Esqueleto, Catacumba, Parque Proletário da Gávea, Praia do Pinto, entre outras).

Como ferrenho anticomunista e apoiador do golpe de 1964, Lacerda obteve verbas dos Estados Unidos por meio da Aliança pelo Progresso (entidade criada pelo

presidente John Kennedy para financiar projetos sociais na América Latina e conter o avanço do socialismo). Com esses recursos, ele planejou a construção de vários conjuntos habitacionais distintos dos anteriores, localizados bem distante dos centros de trabalho, sem articulação com as reais necessidades dos moradores.

Assim que terminou a estada funcional de meu pai em Valença e de nossa família, retornamos à cidade do Rio de Janeiro, e fomos residir no subúrbio carioca de Quintino, diferente de muitos de nossos parentes que residiram conosco na favela do Esqueleto. Boa parte de nossas infâncias foi passada nos novos conjuntos habitacionais da Vila Kennedy, Cidade de Deus, Maré e Vila Aliança, quando passávamos parte de nossas férias com os tios, primos e amigos.

Meu pai, á época do Golpe de 1964, além de ferroviário, era membro do Sindicato dos Ferroviários da Rede Ferroviária Federal, considerado um dos sindicatos bastante atuante e defensor das Reformas de Base então defendidas pelo governo do presidente João Goulart, numa conjuntura nacional marcada por uma radical polarização político-ideológica, bastante influenciada pela lógica da bipolaridade da Guerra Fria, que dividiu a sociedade brasileira. Em nenhum momento meu pai foi filiado a algum partido político de esquerda. Foram tempos muito difíceis para nossa família logo após o Golpe, pois sofremos algumas *visitas indesejáveis* à nossa residência, sempre em busca de algum documento que pudesse incriminar meu pai. Mas, livros considerados *proibidos*, e documentos do então Sindicato dos Ferroviários, já haviam sido recolhidos a pedido de meu pai, que não foi preso e acabou ficando pouco tempo fora de casa.

Tivemos uma vida considerada normal para uma família de classe baixa, morando num subúrbio carioca até o final dos anos 60, quando nos mudamos para o conjunto dos ferroviários, localizado no bairro do subúrbio carioca da Abolição, que era uma enorme obra ainda do tempo do Governo João Goulart, e que demorou anos a ser entregue.

De família humilde, eu e meus três irmãos fizemos todos os nossos estudos, do antigo Ensino Primário até o Ensino Superior, em instituições públicas, municipais, estaduais e federais. E foi diante das inúmeras dificuldades então vividas por nossa família, que fui levado a desenvolver um olhar mais atento e crítico sobre as diversas demandas sociais, voltados especialmente para as camadas mais pobres e marginalizadas da sociedade. Nesse ponto faço referências ao caminho que Pierre Bourdieu falou acertadamente de “ilusão biográfica” que, segundo Levi (2006, pp.

169) estaria “considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a ‘superfície social’ em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante”.

Passamos todo o período áureo da ditadura dedicando-nos aos estudos, sempre em instituições públicas, momento em que meus dois irmãos mais velhos já haviam ingressado na UFRJ, nos cursos de Medicina e Educação Física. No final dos anos 1970 eu ingressei na UFF para cursar História e, posteriormente, meu irmão caçula foi cursar Direito, também na UFF. E foi seguindo nossas trajetórias, que trilhamos nossas vidas, associando nosso capital cultural ao mundo real, sempre muito desafiador que, segundo a percepção de Gramsci:

A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual a prática é demonstrada como racional e necessária ou a teoria como realística e racional. Eis a razão por que o problema da identidade de teoria e prática se opõe especialmente em certos momentos históricos ditos de transição, isto é, de mais rápido movimento transformativo (...) (GRAMSCI, 1974: 87).

Minha prática militante começou durante o intenso processo de *Abertura Política* vivido pelo país, quando ainda era estudante secundarista, e depois universitário, pois já havia participado organicamente de alguns movimentos sociais - partidário, no processo de formação do Partido dos Trabalhadores, e junto à Associação de Moradores -, bem como de praticamente todas as manifestações em defesa da redemocratização do Brasil (Anistia, Diretas Já, Constituinte, entre outros).

Minha graduação em história pelo IFCHS-UFF (1984/5) ocorreu num período marcado pelo fim da Ditadura Política, Civil, Empresarial e Militar (mesmo que de forma tutelada pelos que engendraram o regime autoritário) e, também, pela ascensão dos diversos movimentos sociais que foram reprimidos pelo regime autoritário e, à época, voltaram a se manifestar intensamente. Antes mesmo de me formar, após ter passado por outras experiências de trabalho, tive que optar pelo exercício do magistério no Ensino Básico, como forma de ajudar financeiramente minha família. Nesse momento de minha vida, continuando a seguir minha trajetória, cabe lembrar Marx e Engels, que apontam ser:

(...) na prática que o homem deve demonstrar a veracidade do seu pensamento; a discussão sobre a realidade do pensamento isolado de seu caráter prático é um problema puramente escolástico, próprio dos filósofos que se propõem a contemplar a realidade sem transformá-la (MARX e ENGELS, 1979: 100).

Ao longo desses 40 anos atuando como professor do Ensino Básico, consegui desenvolver uma grande e variada experiência pedagógica, haja vista ter trabalhado em escolas e redes de ensino, as mais variadas possíveis: seja em escolas privadas

de classe média e alta na Zona Sul da cidade do Rio, e também no subúrbio carioca, seja em escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro (nos bairros de Sepetiba e Santa Cruz, no Cesarão) no extremo da Zona Oeste da cidade, na rede estadual do Rio de Janeiro (em Senador Camará e Santa Cruz), seja na rede municipal da cidade de Angra dos Reis, numa escola da periferia. A partir do ano de 2005 ingressei por concurso no centenário e sempre renovador Colégio Pedro Segundo, trabalhando até minha aposentadoria, que aconteceu em 2020, no Campus Engenho Novo II.

Foi ao longo de quase quatro décadas de magistério que participei de vários projetos político-pedagógicos desafiadores dos modelos elitistas e excludentes nas redes de ensino, citando como exemplos:

- O Colégio Estadual Abraão Jabour, localizado na Zona Oeste da Cidade, em Senador Camará, que resultou de uma conquista popular, pois o prédio da escola municipal que funcionava pela manhã e à tarde, foi ocupado pela Associação de Moradores do Bairro que, frente a não existência de uma escola noturna que pudesse atender às demandas dos seus moradores, convocou professores residentes no bairro para, voluntariamente, ministrarem aulas na escola. Ao ser aprovado por concurso público na Rede Estadual do Rio de Janeiro em 1985, fui nomeado para essa escola, em substituição a uma professora voluntária, residente no bairro. O bairro Jabour, oficialmente criado apenas em 2019, foi idealizado e projetado no final da década de 1950 para alojar setores de classe média. Seu mais ilustre morador, Hermeto Pascoal, por várias vezes alegrava as ruas do bairro com suas *fanfarras*. A escola localiza-se numa tênue fronteira com algumas favelas e a linha de trem do ramal Santa Cruz;
- O Colégio Estadual Barão do Rio Branco, localizado no extremo da Zona Oeste, no bairro de Santa Cruz, também considerado uma escola de referência na rede, em que trabalhava uma equipe de experientes, renomados e comprometidos educadores, que também atuavam nas melhores escolas privadas da cidade. Bastante diferente do conjunto das escolas públicas municipais e estaduais da região, a “Barão”, como era popularmente conhecida, a cada ano recebia uma procura enorme por vagas, haja vista a qualidade do ensino na instituição;
- A Escola Municipal Benedito dos Santos Barbosa, na rede municipal de Angra dos Reis, primeira cidade do estado a ser administrada pelo PT e que teve ao todo 4 gestões petistas. Nessa unidade de ensino municipal foi desenvolvido o

projeto da *Escola do Aluno Caminhador*, no bairro popular de Monsuaba, que se tornou uma referência na rede municipal de uma educação popular, democrática e inclusiva, que chegou a desafiar o maior grupo privado de Ensino do país à época, que atuava na cidade, levando ao fechamento de suas duas unidades na cidade. Por duas décadas a *Escola do Aluno Caminhador* desenvolveu inúmeros projetos educacionais, culturais e científicos, que levaram os grupos que se formaram na instituição a se apresentar em várias outras cidades do estado do Rio. O projeto, que foi compartilhado por todos nós que fazíamos parte do corpo docente, discente, gestor e de funcionários, teve como fruto, também, o livro “*A Escola do Aluno Caminhador: uma proposta pedagógica para os filhos da classe trabalhadora*”, escrito pelo professor de Artes da escola, Antônio Eugênio do Nascimento, e afirma que:

A escola das classes menos favorecidas não pode ter as mesmas características das que servem aos filhos da burguesia. É importante que estejamos atentos para as particularidades inerentes a cada segmento social. A instituição pública, que no Brasil é a que atende aos filhos dos serviços, necessita de certos instrumentos totalmente dispensáveis à educação das classes dominantes; logo, as estratégias também devem ser preparadas levando-se em conta as carências e as dificuldades que permeiam o cotidiano dos meninos oriundos de um meio social desprezado pelo Estado e pelas esferas que, a princípio, deveriam lhes dar suporte (NASCIMENTO, 1997: 81).

- EDUCAFRO, que ainda hoje atua em vários estados do país, é um projeto que foi criado após ter se desvinculado do PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) em 1997, cujo coordenador ainda é o Frei Davi, da Ordem dos Franciscanos, que faz parte integrante da Igreja Católica.
- AMV, criado em 1990, meu objeto de estudo, onde atuei como professor de história entre os anos de 1998 e 2014;
- E, mais recentemente, quando trabalhei no centenário e inovador Colégio Pedro Segundo, no Campus Engenho Novo II, hoje enquadrado como um IFES (Instituto Federal de Educação), que compreende desde os anos iniciais do Fundamental até o Mestrado, passando pelo Ensino Básico, Graduação e Especialização. Nessa instituição foi possível desenvolver inúmeros projetos pedagógicos, incluindo a orientação de estagiários oriundos do Curso de História da UFRJ e Iniciação Científica com meus alunos. Trabalhei especialmente com o Ensino Médio e, durante 4 anos, ainda assumi a Coordenação de Área.

Foram essas ricas experiências no exercício do magistério, onde atuei de forma bastante engajada e com uma militância também eclética, que não só reforçaram

meu protagonismo e compromisso com a Educação Pública de Qualidade, como também tem me inquietado desde então e me trouxeram ao IUPERJ, visando buscar uma especialização acadêmica na área de Sociologia, na linha de pesquisa *Estado, Sociedade e Participação Social*. Esse projeto de pesquisa que busco desenvolver, encontra-se envolto por um contexto histórico que marcou a transição para a democracia no Brasil que, ao citar Bourdieu, Levi (2006) fala dessa necessária conexão, afirmando que:

Nesse sentido, Pierre Bourdieu falou acertadamente de “ilusão biográfica”, considerando que era indispensável reconstruir o contexto, a “superfície social” em que age o indivíduo, numa pluralidade de campos, a cada instante (LEVI, 2006: 169).

Complemento essa apresentação fazendo uma breve referência acerca de minha experiência militante em, pelo menos, quatro Sindicatos da Categoria Magistério que, ao longo dessas quase quatro décadas, forjei minha práxis, e que, a partir de uma reflexão marxiana, possibilita questionar e aferir sobre o movimento de refluxo que essas categorias profissionais em particular se encontram no contexto atual.

Nesse breve histórico de luta das respectivas categorias, merece destaque observar a relação entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais, em geral, e os sindicais, em particular, procurando perceber a composição social das quatro categorias profissionais aqui abordadas, das quais atuei como professor de história do Ensino Básico e, também, um militante ativo.

A breve análise nos ajuda a compreender suas dificuldades de ação junto aos professores, sua evolução nessas últimas quatro décadas e o engajamento de seus profissionais. Alguns fatores ajudam a entender, resguardadas suas especificidades, seus momentos de ascensão e refluxo, tendo como pano de fundo as conjunturas de crise do capitalismo mundial, os fracassos das várias políticas econômicas implantadas pelo Estado brasileiro, e seus impactos na educação pública e privada da cidade e estado do Rio de Janeiro.

A partir das reflexões da teoria marxista, urge revisitá-la para, a partir de sua atualização, buscar entender as crises pelas quais o mundo passa e que tornam as relações humanas cada vez mais deterioradas para, a partir do entendimento dos fatores geradores dessas crises, conscientizar a classe trabalhadora, em geral, a buscar associar teoria e práxis em busca de sua libertação como classe social explorada.

É possível identificar, pelo menos, dois aspectos fundamentais que ajudam a compreender a crise vivida pelos movimentos sindicais aqui abordados. O primeiro refere-se à *“crise das representações que vêm marcando a clássica democracia liberal, fazendo aumentar a desconfiança nas instituições”* que, segundo Castells (2018), deslegitima a representação política, e seus impactos diretos junto à classe trabalhadora, levando-a a desacreditar de seus movimentos representativos, pois:

Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal que se havia consolidado nos dois últimos séculos, à custa de lágrimas, suor e sangue, contra os Estados autoritários e o arbítrio institucional (CASTELLS, 2018: 8).

O segundo aspecto refere-se à eficaz dominação ideológica então imposta pela elite dominante sobre essa massa de explorados, em geral, e dos profissionais da educação, em particular, pois, é a partir das formações ideais que podem ser explicadas a práxis material. Marx e Engels (2007) concluíram que a mudança de consciência não pode ser dissolvida apenas por obra da crítica espiritual, tornando-se necessário destruir as relações práticas sociais reais que as mantêm, pois, segundo eles:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX e ENGELS, 2007: 47).

Logo que ingressei na rede pública estadual, no ano de 1985, após ter sido aprovado em Concurso Público, filiei-me ao antigo CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro) que, durante a segunda metade da década de 80 e toda a década de 90, fruto, entre outros fatores, da conquista do direito à sindicalização dos funcionários públicos na Constituição Federal de 1988, o movimento sindical da rede pública estadual viveu seu período áureo, enfrentando os governos Leonel Brizola (1983 – 1987 e 1991 – 1994), Moreira Franco (1987 – 1991), Nilo Batista (1994 – 1995) e Marcelo Alencar (1995 – 1999). À época, o antigo CEP fortaleceu-se bastante, conseguindo aumentar consideravelmente o número de seus filiados e de militantes. Suas atividades sempre contavam com milhares de participantes, vindos

das dezenas de municípios do estado do Rio, chegando algumas vezes a realizar suas assembleias no estádio do Maracanãzinho (em 1986 foram 25 mil professores presentes numa assembleia considerada histórica).

O atual SEPE (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro) percorreu sua combativa e histórica estrada de formação enquanto entidade legitimamente representativa da categoria. Foi em 1979, por exemplo, ainda em plena ditadura, que a categoria conquistou um piso salarial de cinco salários-mínimos, isso no governo de Chagas Freitas, que tentou fechar o “sindicato”. Mas fracassou em seu intento.

Foi durante o primeiro governo de Leonel Brizola que a categoria conquistou um Plano de Carreira que regulamentava o enquadramento por Formação, Progressão e Controle sem, no entanto, ter incluído os aposentados, fato que levou a categoria a se mobilizar e a criar a primeira Comissão de Aposentados que, continuando na luta, conseguiu incluir a paridade no Plano, em 1987.

Como herdeiro político de Getúlio, Brizola fez de tudo para tentar enfrentar a combatividade do SEPE, apoiando a criação de um típico sindicato pelego, a UPPE (União dos Professores Primários do Estado), e impedindo que os descontos que os profissionais faziam para o SEPE fossem repassados ao sindicato.

Em setembro de 1988, durante o governo Moreira Franco, centenas de profissionais de educação ocuparam a Rua das Laranjeiras, que se localiza no Largo do Machado, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, acampando na rua por quase uma semana. Após esse acampamento, ocorreu um violento enfrentamento com a polícia militar, momento em que os profissionais da educação se dirigiram em passeata rumo ao Palácio Laranjeiras, sede do governo estadual. Esse enfrentamento evidenciava, cada vez mais, a necessidade da organização e da unidade dos profissionais da educação no enfrentamento direto com os poderes constituídos, que ainda para Marx e Engels (1998):

Cada vez mais, os choques entre trabalhadores individuais e burgueses individuais tomam o caráter de choque entre duas classes. Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevação. Em alguns lugares a luta explode em revoltas.

De tempos em tempos os trabalhadores saem vitoriosos. Mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o sucesso imediato, mas a união crescente (MARX e ENGELS, 1998: 16 e 17).

Para Marx, a importância dessa organicidade da classe trabalhadora, do processo de educação da classe operária, como formação humana, deveria ir além dos espaços escolares, passando pelo ambiente de trabalho, no convívio familiar, nas associações de trabalhadores.

Como profissionais da educação e militantes da categoria, atuamos de forma intensa junto ao nosso sindicato nessas décadas de 80 e 90, mas o movimento sindical do SEPE, seja na Rede Estadual seja na Municipal, passou a vivenciar um refluxo a partir da primeira década nos anos 2000, caindo num certo descrédito por parte da categoria, sendo acusado muitas das vezes por partidarizar e aparelhar a instituição. Foi ao longo desse período, também, que ocorreu o ingresso de milhares de profissionais da educação cada vez mais jovens.

Na Rede Municipal do Rio, da qual trabalhei por um curto período, entre os anos de 1988 e de 1992, quando me desliguei para ingressar na Rede Municipal de Angra dos Reis, pude observar como ocorria a militância de seus profissionais, vivendo também um período de ascensão, em especial durante o governo de Saturnino Braga (1986 – 1988), período em que foi declarada a falência do município do Rio de Janeiro.

É diante desses governos estaduais e municipais corruptos e descompromissados com a Educação Pública, Popular e de Qualidade nas Redes Estadual e Municipal do Rio de Janeiro (a exemplo do que ocorreu com vários de seus ex-governadores que foram afastados, e alguns presos, e alguns ex-prefeitos que sofreram processos administrativos), que a categoria deve buscar reavivar a teoria marxista para que, diante dos sempre novos desafios, possa se reorganizar e intensificar a luta contra os poderes constituídos.

Na rede privada do município do Rio de Janeiro a realidade militante era e continua bastante diferente da militância sindical nas redes públicas, haja vista ocorrer o enfrentamento mais direto com os donos das escolas, proprietários do capital.

O SINPRO-RJ, sindicato do qual sou filiado desde 1985, possui uma longa jornada de lutas desde sua criação em 1931, no início da Era Vargas (1930 – 1945), período da crise da República Oligárquica, e de grande influência comunista e anarcossindicalista no movimento sindical. Durante décadas a grande maioria das direções do sindicato era composta por filiados e militantes do PCB, fato que se estendeu até mesmo durante as décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000.

Em minhas práticas militantes no magistério privado, foi fácil perceber atitudes bastante contraditórias de uma parcela significativa dos seus profissionais, que aderiam mais massivamente aos movimentos grevistas na rede pública, mas assumiam posturas diferentes na rede privada, temendo perder seus empregos. Muitos de nós militantes orgânicos fomos despedidos e, também, passávamos a fazer parte de uma *lista negra* que nos impedia de sermos contratados por várias escolas, em especial às pertencentes dos membros da direção patronal.

A importância da luta da categoria magistério tornava-se cada vez mais desafiadora, pois esses profissionais, diante das dificuldades de se buscar a construção de um projeto nacional e soberano, com respeito às diversidades, em defesa de uma educação libertadora, emancipatória, buscando uma luta unificada, devem estar comprometidos e conscientes de seu papel na formação de cidadãos.

Os debates nas salas dos professores eram intensos, mas era (e continua a ser) nítido o temor em perder o emprego, principalmente nas escolas do subúrbio e, conseqüentemente, as que menos respeitam os direitos conquistados. Mas é nessa realidade tão adversa que a pedagogia da luta sindical se torna cada vez mais necessária. Tarefa muito difícil para os profissionais que tinham (e ainda tem) uma maior participação e militância orgânica.

Nessas décadas de 1980, 1990 e início dos anos 2000, a luta sindical foi intensa. Merece destacar o fundamental papel que o Sinpro-RJ exerceu mais recentemente, durante os anos da Pandemia do Coronavírus (2020-2022). Seu protagonismo em tempos tão sombrios para a categoria foi muito importante, pois, mesmo diante do fantasma do desemprego, foram realizadas várias assembleias virtuais da categoria, contando com a presença de centenas de profissionais.

Os salários da maioria das escolas eram e continuam muito baixos. As condições de trabalho continuam ruins, acrescido de um sobre trabalho bem típico que recai sobre a categoria. Mas, foram essas condições adversas que conseguiam mobilizar a categoria, de uma forma geral.

Mesmo diante das ameaças constantes de demissão e da postura autoritária do sindicato patronal, compactuado com a grande maioria dos estabelecimentos de ensino, a cada ano, em especial um pouco antes de nossa data base, a categoria se mobilizava, seja realizando suas assembleias reunindo centenas de profissionais, seja aprovando atividades de mobilização e greves. Os movimentos paredistas eram

fortes, fortalecidos pela estrutura de organização da categoria em Zonais, englobando vários bairros em cada uma delas.

Os Seminários, Congressos e Cursos de Formação Política, então organizados pelas várias secretarias do Sinpro-RJ, foram e continuam a ser fundamentais para a conscientização e mobilização da categoria. Essa ação militante do sindicato sempre predominou sobre as práticas assistencialistas então defendidas por parcelas do professorado. Fernandes (1998), fazendo referências às observações feitas por Marx e Engels acerca do potencial emancipatório da classe trabalhadora, afirma que:

Ao identificarem o capitalismo como protagonista da formação do mundo moderno, Marx e Engels puderam captar de forma singular a natureza profundamente contraditória desse sistema. (...) (O marxismo) captou o potencial emancipador embutido em desenvolvimento como a industrialização, a urbanização, a alfabetização em massa, a dissolução dos valores tradicionais e a orientação voltada para um futuro aberto, não mais concebido como mera repetição do passado (FERNANDES, 1998: 109).

Nessa última década, a educação privada no estado e no município do Rio de Janeiro, em especial, está passando por mudanças significativas que estão afetando diretamente no posicionamento e postura de setores significativos da categoria, diante da necessária luta sindical. E não se trata apenas de um *saudosimo romântico* ou, até mesmo, de um muro das lamentações, mas sim de fatos concretos e muito adversos. Vejamos:

1. O processo de acumulação do capital no setor da educação acelerou-se de tal forma, que poucas são as escolas, faculdades e universidades privadas que conseguem resistir. Diante dessa triste e dura constatação, novas relações de trabalho estão passando a predominar e a se impor sobre a categoria, além das demissões coletivas de seus quadros de professores.
2. Esse processo de concentração está promovendo a padronização de seu sistema pedagógico e seu material didático. Posturas consideradas autoritárias estão predominando por parte dessas direções.
3. A preferência por profissionais novos, muitos deles formados dentro das próprias redes, se tornam quase que professores exclusivos das escolas, levando-os a temerem o tempo todo o fantasma do desemprego. É sobre essa parcela, que cada vez menos se interessa pela luta sindical, que mais recai o discurso de serem considerados *colaboradores*, essa nova categoria utilizada pelos empregadores como forma de desconstruírem a historicidade da luta de classes.

4. O avanço da implantação do EAD (Ensino à Distância), principalmente no ensino superior privado que, diante dos novos desafios frente aos impactos da pandemia da Covid, começa a atingir parcelas significativas do Ensino Básico, principalmente na adoção do *ensino híbrido*.

É a partir desses novos cenários desafiadores que a luta da categoria se faz muito mais necessária, que mais se deve buscar revisar e atualizar o instrumental teórico marxista.

Quanto aos 25 anos que trabalhei na Rede Municipal de Angra dos Reis, o primeiro destaque a ser focado aqui, refere-se ao momento de meu ingresso na Rede, o início dos anos 90, pois, por ter sido uma *Área de Segurança Nacional* decretada pelo governo autoritário, a cidade de Angra tinha em seu quadro funcional, predominantemente, profissionais que tinham sido contratados sem concurso público. E foi no fim dos anos 80 e início da década de 90 que, seguindo o que estava estabelecido na constituição de 1988, a administração municipal foi obrigada a realizar concurso público para o ingresso no funcionalismo municipal, no caso específico aqui abordado, para o magistério.

Outro aspecto bastante desafiador referia-se ao fato da cidade à época, ser administrada pelo Partido dos Trabalhadores. Aliás, a primeira em todo o estado do Rio de Janeiro. Dezenas de escolas municipais foram construídas. Essa administração passou a valorizar essencialmente o setor da Educação, tornando-se referência nacional, não apenas pelo piso salarial de cinco salários-mínimos oferecido à época, mas da implantação de um *projeto político-pedagógico democrático e popular*. Mas a luta sindical, mesmo nos governos considerados progressistas, teve seus embates com o Executivo Municipal, que variavam muito em função das tendências internas do PT que estavam à frente do governo.

A história política do município de Angra dos Reis, elegendo quatro prefeitos e boas bancadas de vereadores do PT (Partido dos Trabalhadores), acompanhou o processo de redemocratização do país. Administraram a cidade: o médico Neirobis Nagae (1989 – 1992), os sindicalistas Luiz Sérgio Nóbrega (1993 – 1996) e José Marcos Castilhos (1997 – 2000), e a professora Conceição Rabha (2013 - 2016).

Esses condicionantes, brevemente apresentados acima, transformaram o concurso para ingressar na rede um acontecimento nacional, atraindo milhares de candidatos de várias cidades e estados do país. Não foi uma tarefa nada fácil ter sido aprovado.

Desde meu ingresso na rede, em fevereiro de 1992, seguido da filiação no Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais (Sinspmar), ocorreu o engajamento na luta sindical dos novos profissionais admitidos no concurso realizado em 1991. Muitos dos antigos profissionais, aos poucos iam aderindo ao movimento.

Infelizmente, em duas administrações petistas, tendo à frente duas ex-lideranças sindicais (eram ligados ao sindicato dos funcionários de um grande estaleiro localizado na cidade), foram os momentos em que o sindicato mais enfrentou dificuldades em dialogar com o Executivo Municipal.

Após três mandatos seguidos do PT, haja vista ter enfrentado desgastes internos, representantes de famílias tradicionais e de empresários da cidade, assumiram o comando político da cidade. Foram tempos de desmonte do que se construiu ao longo de 12 anos. Novamente a categoria de funcionários públicos mobilizou-se na defesa dos serviços públicos anteriormente conquistados e, em especial, visando assegurar as conquistas salariais dos governos anteriores. Nem mesmo durante a última administração petista (2013 – 2016), tendo à frente a professora Conceição Rabha, a categoria obteve vitórias. O desmonte consolidava-se e a luta sindical viveu um grande refluxo.

Mais recentemente a mobilização da categoria na cidade, que se transformou num berço do *bolsonarismo*, foi retomada e incentivada, principalmente, pelo quadro de funcionários aposentados da rede, do qual faço parte. Tempos de novos desafios.

No ano de 2005 ocorreu meu ingresso no Colégio Pedro Segundo, uma instituição secular, também considerada durante boa parte da história imperial e republicana, como referência do sistema educacional brasileiro que, a partir do ano de 2012, foi equiparado aos IFES (Institutos Federais de Educação), conforme determinação do MEC, sob a gestão do ministro Fernando Haddad, durante o primeiro mandato da presidente Dilma Roussef, assim fazendo referência:

Em 25 de junho de 2012, foi aprovada a Lei nº 12.677 pela Presidente da República, por meio da qual o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mantendo, contudo, sua característica de Instituição especializada na oferta de Educação Básica. (...)

Em mais de 180 anos de existência, o Colégio Pedro II ampliou seu campo de atuação, passando a dedicar-se não apenas ao Ensino Médio, mas a outros níveis educacionais, como o Ensino Fundamental, a Educação Infantil, o Ensino Técnico e Tecnológico, a Educação de Jovens e Adultos e ao Ensino Superior.

http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html
(acesso em 21/07/2022)

Filiado a várias entidades representativas do funcionalismo federal, o Sindscope – Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro Segundo - sempre demonstrou ser um sindicato bem atuante, organizando-se de forma a englobar todo o corpo de funcionários da instituição e não apenas o magistério.

Desde meu ingresso em 2005 até minha aposentadoria, ocorrida em fevereiro de 2020, a participação dos profissionais quando convocados pelo sindicato, variou ao longo desse tempo. Assembleias, Seminários e Congressos, sempre foram em seu início bem representativas. Mas, com o tempo, longos períodos de greve, interferindo diretamente nos calendários letivos, seguidos de campanhas negativas por parte, principalmente, das grandes mídias, começaram a interferir nas posturas de boa parte da categoria.

Com o ingresso cada vez maior de professores mais jovens, seja por concurso, mesmo tendo estabilidade no serviço público, seja por contratação temporária, foi nítida a mudança de postura de parcelas significativas da categoria que, na defesa de se buscar *novas formas de luta* (como uma marca da geração mais jovem, que sempre defende participações através das mídias sociais), nem sequer procuravam se sindicalizar, quanto mais participar das atividades convocadas pelo sindicato.

Um momento de inflexão vivido pela categoria foi quando surgiu e se fortaleceu o *Movimento Ocupa*, realizado por estudantes secundaristas e universitários, durante praticamente todo o ano de 2016, nas várias redes públicas brasileiras. No Colégio Pedro II, o *Ocupa* resultou numa série de manifestações, assim como ocorrera nas demais ocupações de escolas secundárias e universidades brasileiras. O movimento intensificou-se no segundo semestre de 2016. No caso do CPII, o movimento que ganhou uma grande visibilidade, refletindo em várias instituições públicas da cidade e do estado, pressionou o funcionalismo a apoiar o movimento de luta dos estudantes.

Diante de um modelo de educação conservadora, voltado para as elites, e que serve apenas aos interesses da reprodução do modelo excludente, o *Movimento Ocupa*, desenvolvido pela juventude estudantil, foi de fundamental importância para se aliar teoria e prática, impactando não só nos processos escolares, ao propor concretamente um novo sistema educacional, mais participativo, mas, também, nos não escolares, pois impactava o próprio sistema produtivo.

Os impactos desse movimento levaram o sindicato representante dos profissionais do CPII a se reestruturar. Mas os desafios continuam a demandar uma maior

mobilização diante desse processo de desconstrução então implantado por quatro anos do governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

Procurei evitar nesse capítulo a apresentação e a análise de parte de minha vida como militante partidário, em que participei da criação do PT na cidade e no estado do Rio de Janeiro, e atuei como dirigente de Zonal e até me candidatei à vereança da cidade do Rio de Janeiro no ano de 1996 e, posteriormente, na criação do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Concluo essa apresentação a partir desse breve memorial, considerando essas minhas experiências profissionais de luta sindical e pedagógicas por quatro décadas, com uma cansativa, porém, rica militância eclética, e despertando meu interesse em buscar estudar a experiência da AMV – Associação Mangureira Vestibulares. Abordo nessa dissertação não apenas suas práticas pedagógicas e sua linha de ação autônoma, mas, principalmente, seu papel como *agente social e de intelectual orgânico coletivo*, que possibilitou com que seus professores, colaboradores e, especialmente, centenas de jovens estudantes, buscassem conquistar um protagonismo social e político de fundamental importância para a sociedade brasileira.

II. O FIM DO REGIME AUTORITÁRIO: O NOVO PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL, O HISTÓRICO DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES NO RIO DE JANEIRO E A HISTÓRIA DA AMV

Talvez o aspecto que mais necessite reflexão seja o da inscrição das demandas expressas pelos movimentos sociais urbanos na agenda de questões do Estado e dos partidos políticos. Refiro-me-nos à nova cultura política presente em diversos movimentos (...), retirando-os do campo das reclamações e reivindicações.

(JACOBI, 1987: 19.)

2.1. O Novo Protagonismo dos Movimentos Sociais no Brasil

Foi considerando esse momento de mudança de suas formas de luta, frente a um intenso processo de mudanças sociais e políticas, vivido no Brasil da redemocratização, que procuro analisar a retomada do protagonismo dos movimentos sociais brasileiros, em geral, e dos manifestados na região metropolitana do Rio de Janeiro, em particular, que, fazia tempo, sofriam a repressão do regime autoritário. Foco meus olhares para os Pré-Vestibulares Populares da Região Metropolitana, em especial para a AMV.

O atual processo de globalização, ainda em curso, que se esboçou a partir do fim da Guerra Fria, vem percorrendo a longa estrada que leva ao desenvolvimento do capitalismo, que se iniciou com a formação do mercado mundial apontado por Marx, que, nos tempos atuais, apresenta certas características, como a maior valorização do internacional sobre o nacional e a importância alcançada pelos monopólios e os oligopólios. Vale ressaltar que as várias crises conjunturais vividas pelo sistema capitalista nessas últimas décadas, não tira a responsabilidade dos governos que estão aplicando políticas neoliberais ou, pelo menos, estejam sendo coniventes com essas práticas.

As principais medidas e ideias adotadas pelos governos neoliberais foram, ou melhor, estão sendo: a privatização da economia, a liberação do mercado, o antinacionalismo, a menor carga tributária, o corte nos gastos públicos, a privatização dos serviços públicos, a flexibilização do mercado trabalhista e a retirada de direitos dos trabalhadores.

Destacaram-se como países e governantes que implantaram tal política mundial:

- os EUA, nos governos de Ronald Reagan (1980-1988) e George Bush (1988-1992);
- o Reino Unido, governado por Margaret Thatcher (1979-1990) e John Major (1990-1997).

A sangrenta ditadura chilena de Augusto Pinochet (1973-1990) foi utilizada como uma espécie de laboratório experimental na adoção do neoliberalismo, seja adotando medidas privatizantes, seja promovendo a redução do tamanho do Estado ao terceirizar serviços e reduzir o seu papel nos vários serviços sociais, como saúde e educação. A intensa repressão sobre a sociedade chilena serviu como uma eficaz estratégia na implantação do Estado neoliberal no país, que tinha vivido a curta experiência da “via pacífica ao socialismo”, sob a presidência de Salvador Allende (1970-1973).

Essa imposição dos economistas e dos mercados mundiais, corroborada pelas propagandas midiáticas, colocando no centro do mundo o capital, em detrimento da centralidade do homem, abriu espaço para toda a forma de barbárie pela qual se deixa morrer crianças, idosos e adultos sem a menor dor na consciência.

Apoiando-se na ideia de que o Estado deve abandonar as intervenções na economia, pois limitavam os lucros capitalistas, os teóricos neoliberais passaram a defender a realocação dos capitais até então investidos em setores econômicos estagnados. Baseando-se nas ideias defendidas por alguns desses economistas (como o austríaco Hayek e o norte-americano Friedman), defendendo que a principal causa da crise mundial fora provocada pela intervenção do Estado na economia, e aproveitando-se da crise do *socialismo realmente existente*, culminando com a fragmentação da URSS, que vários governantes dos principais países capitalistas passaram a defender o Estado Mínimo.

Ao sucatearem e transferirem para mãos privadas as inúmeras empresas e indústrias de base, altamente lucrativas, essenciais para o desenvolvimento e soberania dos países periféricos, busca-se retirar a responsabilidade do Estado em relação às proteções sociais. Hobsbawm (1995) analisou esse processo, afirmando que:

Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três séculos. (...) As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e...por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente (HOBSBAWM, 1995: 562).

A grande maioria dos países nos vários continentes adotou nas décadas de 1980 e 1990, e ainda vêm adotando, essas medidas neoliberais. Com isso, a economia

mundial voltou a crescer, novas tecnologias foram incorporadas cada vez mais à produção, os lucros aumentaram, porém a concentração capitalista atingiu níveis nunca antes visto. Imensas empresas fundiram-se, setores estratégicos das economias dos países em desenvolvimento foram transferidos para as mãos privadas, o desemprego estrutural não parou de crescer, os gastos sociais continuam enormes, a miséria mundial é alarmante, mesmo nos países mais ricos, como bem demonstram setores significativos estadunidenses. O Neoliberalismo também não conseguiu evitar a onda de crises econômicas que atormentaram o Japão, os Tigres Asiáticos, a Rússia e a América Latina, entre 1989 e 1999.

Mesmo naqueles países em que os governos socialistas e sociais-democratas mantiveram o poder, como foi o caso da França de Mitterrand e da Espanha de Felipe González, as teorias neoliberais passaram a dar o tom das políticas econômicas governamentais, como também ocorreu no Brasil durante os dois primeiros governos do presidente Lula, que deram certa continuidade à política neoliberal de seu antecessor, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso sem, nem sequer, propor a reestatização de nenhuma das empresas privatizadas.

Foi a partir das conjunturas mais atuais de crise que se fortaleceu a ideologia estrutural do sistema capitalista, que doutrina as massas, manipulando-as em todas as esferas da sociedade, a todos “nivelando”. Trata-se de uma das maiores tragédias sociais desse mundo contemporâneo, pois está levando os pobres a pensarem e a terem os mesmos desejos que os ricos, os negros a pensarem como brancos, os homossexuais a serem homofóbicos e as mulheres comportando-se de forma machista. As mídias sociais cada vez mais expõem e potencializam essa tragédia social de fins do século XX e início do XXI.

Com o aprofundamento da crise das experiências de *socialismo real* e o fracasso dos governos sociais-democratas, as esquerdas intensificaram seu olhar e sua interpretação negativa sem, no entanto, não conseguirem enfraquecer o conceito que se construía sobre neoliberalismo nas ciências sociais. A tal utopia do projeto neoliberal, que chegaria a governos de mercado sem atritos, apesar de ter passado a ser a propaganda do grande capital, tornando-se um discurso hegemônico mundialmente reconhecido, cedo demonstrava seus sinais de fracasso, em especial para a classe trabalhadora e para os países periféricos. Diante dessa conjuntura de afirmação e crises do projeto neoliberal, tanto a sociologia como a antropologia percebiam o quanto o conceito neoliberal deveria ir além de seus efeitos

econômicos, pois afetavam e afetam direta e indiretamente as relações sociais, como defende Andrade (2019) ao afirmar que:

As questões sobre a validade do conceito, de seu embasamento teórico, do nível adequado de análise e dos fenômenos que ele designa estão no centro dessa disputa ao mesmo tempo acadêmica e política. Defendo a reabilitação do conceito pelas ciências sociais brasileiras devido à sua importância como saber estratégico. Ele tem o potencial de desfazer o isolamento acadêmico, pois atravessa diferentes disciplinas (sociologia, antropologia, ciência política, economia, geografia, história e filosofia), e de dialogar com as lutas sociais, sendo um termo utilizado por movimentos e atores políticos para identificar seus alvos (ANDRADE, 2019: 213).

Dentro desse *desconcerto social*, as elites proprietárias do capital, e responsáveis diretas pelas relações desumanas e pela mercantilização da vida, procuram esconder a histórica luta de classes e a denominar a massa trabalhadora não mais como operariado, mas sim *colaboradores*, insistindo em manter consolidada a estrada percorrida pela hegemonia capitalista, através de seu discurso único. Sobre esse discurso único, Freire (1993) se contrapõe, afirmando que:

Os discursos neoliberais, cheios de “modernidade”, não têm a força suficiente para acabar com as classes sociais e decretar a inexistência de interesses antagônicos entre elas, como não têm forças para acabar com os conflitos e a luta entre elas. O que acontece é que a luta é uma categoria histórica. Tem, por isso, historicidade. (...) A luta não nega a possibilidade de acordos, de acertos entre as partes antagônicas. Os acordos fazem parte igualmente da luta (FREIRE, 1993: 93).

Com o fim da Guerra Fria, o capital e sua lógica de acumulação decretaram o *fim da história*, sinalizando para as classes trabalhadoras que as mesmas deveriam se enquadrar nos novos moldes do sistema capitalista, nas novas relações de produção e sociais, buscando consolidar ainda mais sua dominação ideológica num mundo que cada vez mais desemprega do que emprega. Mesmo os que buscavam e ainda buscam se atualizar e aprimorar suas formações técnicas estão sendo descartados e jogados para fora do mundo do trabalho, passando a engrossar as fileiras dos milhões de desempregados, num processo cada vez mais desumano de concorrência.

Foi essa realidade tão adversa à classe trabalhadora fruto do avanço neoliberal que, junto à defesa do Estado mínimo, e que tratou de *flexibilizar* e retirar os direitos trabalhistas que o discurso do empreendedorismo ganhou (e ainda ganha) cada vez mais força, em especial na parcela que mais sofre os efeitos do desemprego estrutural, que é a juventude, e tornou-se a ideologia dominante entre os mesmos, transformando-os em grandes defensores do sistema que os explora e os exclui.

Mesmo diante de um projeto reformista, apenas com a sociedade civil, em geral, e a classe trabalhadora, em especial, organizadas, será possível pressionar os poderes públicos constituídos para que se torne possível elaborar políticas públicas que visem buscar saídas para escapar da exploração e enfrentar o poder globalizado e *cibernético*, a mercantilização da vida, pois é esse processo que determina a precarização das relações de trabalho, o desemprego estrutural que aflige milhões de trabalhadores/as espalhados pelo mundo e as grandes tragédias sociais, como a destruição do ambiente, do crescimento da criminalidade, da prostituição infantil, do racismo e de todas as outras manifestações de intolerâncias (política, sexistas, de gênero, religiosa, entre outras).

Frente ao contexto de retorno ao Estado Democrático de Direito no Brasil, os movimentos sociais buscaram fortalecer o sentido da consciência coletiva, conseguindo levar suas demandas e reflexões para o interior das instituições governamentais, frente ao desafio de não estreitarem suas bandeiras de luta num viés corporativo e de não serem cooptados, tutelados ou manipulados pelo Estado que, aos poucos, assumiam novos formatos, como analisa Emir Sader em obra de 1987:

A nova fisionomia dos movimentos sociais foi se constituindo apoiada pelo ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 60 e no transcurso dos anos 70 para ganhar seus contornos mais definidos já no processo de crise da ditadura. No desenvolvimento da resistência democrática, esses movimentos sociais foram adquirindo características comuns e diferenciadas, conforme sua prática social e política (SADER, 1987: 7).

A democracia participativa no Brasil foi fruto de uma construção histórica que precede ao golpe de 64, quando passou a ser duramente reprimida, mas retomou de forma intensa a partir da década de 1970, buscando, como já afirmado anteriormente, diferenciar-se da conjuntura anterior ao Golpe de 1964, em que os movimentos serviram de base para o Estado de conciliação populista que marcou o último governo Vargas e, principalmente, o governo Jango.

Teixeira (2020) defende que o *imaginário participativo* esteve ligado, a partir da distensão rumo à redemocratização do país, às esquerdas brasileiras, levando o processo participativo dos setores populares à sua dimensão utópica. Tal imaginário também resultou de uma série de experiências, que se consolidaram de forma mais institucionalizada no decorrer dos anos 2000, em especial com os governos petistas. As múltiplas filiações dos agentes sociais, pertencentes aos diferentes movimentos

sociais e partidos políticos, ratificando seus múltiplos pertencimentos, com os variados cruzamentos, acabavam conferindo uma maior complexidade aos atores sociais coletivos, conhecido como “ecletismo militante”.

Apresento de forma breve as *Trajetórias do Ideário Participativo* no Brasil, protagonizados a partir de meados da década de 70. Pego como referência o trabalho desenvolvido por essa autora que, em 2020, afirmava que:

De certa forma, buscamos levar a sério uma afirmação que à primeira vista pode parecer banal: a democracia participativa foi uma construção histórica, feita por atores concretos que, buscando responder a problemas concretos, foram fazendo escolhas e produzindo experiências e discursos que acabaram por ampliar os sentidos da democracia (TEIXEIRA, 2020: 03).

É possível perceber, a partir do estudo de vários especialistas sobre o tema abordado, acerca da primeira fase das *Trajetórias do Ideário Participativo* no Brasil, que ela estendeu-se de 1975, momento em que o fim do “Milagre Econômico” empurrava o regime autoritário para um enorme desgaste, até 1990, quando o primeiro governo da Nova República (1), de José Sarney, chegava ao fim e o país viveu um enorme tensionamento político-eleitoral no ano de 1989, terminando com a vitória nas eleições presidenciais de Fernando Collor de Melo. Nessa fase, os movimentos sociais sofreram muita influência das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – e da Teologia da Libertação, ambos vinculados aos setores mais progressistas da Igreja Católica, dos Conselhos Populares, dos Núcleos de Base do PT e das primeiras experiências das administrações municipais petistas.

Nessa primeira fase das *Trajetórias do Imaginário Participativo*, também conhecida como *Participação como Emancipação*, no âmbito educacional, Paulo Freire tornou-se a principal fonte de inspiração, com a *Educação para a Cidadania, Libertadora*.

A valorização do saber popular, do processo de construção coletiva, do poder popular, colocava esses movimentos na busca da transformação social. O desafio passa a ser enorme e inovador, pois se tratava de participar por dentro do Estado, partilhando o poder de governar, aprofundando as polêmicas quanto ao caráter dos espaços participativos, trazendo as questões fundamentais à tona: Quem deveria e poderia participar? Até onde seria possível ocupar os espaços do governo, e decidir se a participação seria apenas consultiva ou deliberativa?

1. A designação de Nova República coube a Tancredo Neves, eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15/01/1985, obtendo mais de 70% dos votos. A nomeação de Nova República foi criticada pelos setores mais progressistas, seja pelo caráter conciliatório do novo governo, seja por sua composição ministerial ter contado com alguns representantes do regime autoritário.

Foram tempos de muita mobilização, de muitos embates entre os agentes sociais coletivos e os governos constituídos. A ascensão desses protagonismos era inquestionável, em especial diante das ações repressivas de alguns governos. No entanto, a participação como emancipação foi aos poucos perdendo espaço de ação, como aborda Teixeira (2020), afirmando que:

As experiências de participação que se deram no Brasil têm origem em distintas visões internas ao campo da esquerda sobre o papel de movimentos sociais, sua relação com partidos, e seu ideário em torno do papel do Estado e da sociedade e das relações entre sociedade e Estado. Essas não foram e não são questões consensuais no interior desse vasto campo da esquerda e é um debate que continuamente se repõe de forma mais ou menos aberta, com importantes implicações sobre as estratégias de atuação dos militantes (TEIXEIRA, 2020: 4).

Partindo dessa percepção sobre a atuação junto ao processo de redemocratização do país, que pouco passou a limpo todas as arbitrariedades cometidas pelo regime autoritário, e acabou sendo responsável pela instalação da Nova República que tanto comprometeu nossa frágil democracia, percebe-se o quanto os movimentos urbanos e também rurais, não mais deveriam ser vistos como potenciais e efetivos agentes responsáveis pelas transformações na sociedade. E mesmo que assumissem posturas de alternativas futuras à opressão do sistema vigente, suas ações foram duramente restringidas, semelhante aos movimentos sociais espanhóis, como bem observou Castells (2018) acerca do processo que culminou com o fim da longa experiência fascista espanhola, o franquismo que, segundo ele:

Contudo, por baixo dessa aparente normalidade institucional, fervilhavam frustrações e conflitos que não podiam se expressar em um sistema político atado, e bem atado, pelos acordos constitucionais de uma transição em que os poderes fáticos venderam por alto preço sua renúncia ao poder ditatorial. A esquerda desativou os poderosos movimentos sociais responsáveis por abrir uma brecha no Estado franquista, cooptando o movimento cidadão e o feminista e subordinando o movimento operário ao imperativo das políticas de rigor fiscal e contenção de salários (CASTELLS, 2018: 96-97).

Os movimentos sociais surgidos principalmente na passagem da década de 1980 para 1990, no caso brasileiro que será meu recorte histórico, social e político, passaram então a serem denominados como Novos Movimentos Sociais, haja vista terem representado a ruptura com formas tradicionais de organização social. Gohn (2015) buscou tipificá-los num amplo universo de frentes de organização, demandas, formas de atuação e luta, considerando uma série de critérios, em especial em sua busca por uma atuação autônoma frente aos poderes constituídos. É possível diferenciá-los também dos que atuaram nos governos populistas brasileiros que

precederam ao golpe de 1964, como já abordado anteriormente, com destaque para os ligados ao velho trabalhismo atuantes em parceria e como base de apoio social e político dos governos de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Seja empunhando velhas bandeiras, ou mesmo passando a defender uma gama enorme de novas bandeiras, esses movimentos assumiram uma nova categoria de formas associativas, e marcaram os anos 1990 e 2000, face às novas demandas, aos diferentes níveis de organização e de mobilização popular. Esses novos *agentes sociais coletivos* assumiram um caráter muito mais propositivo e estratégico do que reivindicativo em que ganha destaque o conceito da *participação cidadã* que, ainda segundo Gohn (2015):

A Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo. Por detrás dele há um outro conceito, de cultura cidadã, fundado em valores éticos universais, impessoais. A Participação Cidadã funda-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no sentido de construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza (GOHN, 2015: 18).

Atuando e aprofundando a redemocratização do país, intensificaram suas atuações, em especial mobilizando inúmeros segmentos da sociedade durante as *eleições constituintes* de 1986. A coleta de milhões de assinaturas, respaldando as propostas populares a serem incluídas na nova constituição, mobilizou centenas de movimentos sociais Brasil afora, resultando na conquista de direitos sociais os mais variados, que foram incorporados à *Constituição Cidadã*, promulgada em outubro de 1988.

Essa nova modalidade de atuação, mais institucionalizada, resultou na adoção de variadas políticas públicas, principalmente nos governos de oposição ao regime autoritário que saíram vitoriosos nas eleições estaduais de 1982. Constituíram-se os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, de Participação Popular e da Ética na Política; surgiram várias parcerias entre a sociedade civil organizada e os poderes públicos, tais como o Orçamento Participativo, a Política de Renda Mínima, o projeto da Bolsa-Escola, entre outros.

A segunda fase das *Trajetórias do Imaginário Participativo*, conhecida como *Participação como Deliberação*, estendeu-se de 1991, ainda durante o desgastado governo Collor, até 2002, coincidindo com o período dos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso. Seguindo a funcionalidade e a lógica do modelo global Neoliberal, esse projeto ingressou com força no país, transformando o Estado

protetor no principal alvo de críticas. O desmonte do Estado brasileiro transformou-se no objetivo principal desses governos.

Foi intenso o enfrentamento diante das ações repressivas dos governos que, junto com o Congresso Nacional, adotaram uma série de medidas visando o desmantelamento do Estado. Esse modelo de Estado, representante de um bloco monolítico, de dominação de uma classe social, impactou sobre as visões de participação através dos canais institucionais. Havia o risco de ocorrer o enquadramento dos diversos projetos sociais como se fossem homogêneos. À época ocorreu o estreitamento nas relações entre os movimentos sociais e os partidos de esquerda, com o maior protagonismo exercido pelo Partido dos Trabalhadores. Época em que a múltipla e eclética militância sugava a energia e o ânimo dos cidadãos e cidadãs mais engajados/as. Os embates eram diários. Os enfrentamentos eram os mais variados possíveis, no campo e nos centros urbanos; de norte a sul, de leste a oeste do país.

Apesar do fortalecimento de várias ações de políticas coletivas, especialmente nas áreas da Saúde, da Assistência Social, de Crianças e Adolescentes, das pessoas com necessidades especiais e da Educação, ocorreu à época um grande refluxo dos movimentos organizados, fruto do avanço neoliberal e dos impactos resultantes das transformações ocorridas no núcleo dirigente do Partido dos Trabalhadores. Sem procurar aprofundar essa última questão levantada, vale citar, além de um maior centralismo que passou a predominar nas instâncias internas do PT, o fato de muitas lideranças dos movimentos sociais e partidários estarem se tornando cada vez mais burocratizadas.

A terceira e última fase dessas trajetórias, também conhecida como *Participação como Escuta*, estendeu-se de 2003 até 2010, e correspondeu aos dois governos do presidente Lula. Apesar de não haver unanimidade, Teixeira, em sua já citada obra de 2020, mais uma vez, privilegia a relação entre esquerdas, movimentos sociais e o PT, momento em que, claramente, aumentava a cooptação de várias lideranças populares. O distanciamento de várias lideranças populares em relação às suas bases históricas aumentou significativamente, gerando enormes desgastes de representatividade. Muitas lideranças populares, fruto da *militância eclética*, foram cooptadas pelos governos petistas, com destaque para as lideranças operárias e estudantis.

À época os governos petistas buscaram encontrar uma maneira para administrar as tensões entre os vínculos históricos com os movimentos sociais, pois o país foi governado sob a forma do *presidencialismo de coalizão*, haja vista o PT e seus aliados históricos no campo progressista não terem conseguido conquistar a maioria das cadeiras legislativas. Ao longo dessa terceira fase ocorreu o fortalecimento dos Conselhos e das Conferências Nacionais, de novos atores sociais e de uma variedade de novas bandeiras de luta.

Em 2010, junto ao término do segundo mandato do presidente Lula, mesmo com a eleição de Dilma Rousseff e da permanência do PT à frente do governo federal, terminou essa terceira fase das *Trajetórias do Ideário Participativo no Brasil*.

Com a descoberta de escândalos no núcleo dos dois governos Lula, destacando-se o *Mensalão* e os envolvendo a Petrobrás, que resultou na prisão de várias lideranças políticas históricas, na sua maioria de políticos de centro e de direita, mas, também, de esquerda, caía em descrédito, cada vez mais, a representatividade dos partidos políticos, destacando-se o antipetismo potencializado pelo *lavajatismo*. Muitas representações sindicais também sofreram duras críticas quanto às suas burocratizações e cooptações.

Com o término das duas gestões presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva, o país foi governado pela presidenta Dilma Rousseff por um mandato e meio (de 2011 a 2016), quando foi destituída da presidência através de um Golpe de Estado. Com o impeachment sofrido pela presidente, em agosto de 2016, e o vice presidente Michel Temer ter assumido o governo, as instituições participativas sofreram um duro golpe. Em 2014 o STF (Supremo Tribunal Federal) já havia se posicionado contra o decreto que regulamentava os mecanismos institucionais participativos, em especial os Conselhos e as Conferências Nacionais. À época os ministros do Supremo chegaram a questionar a legitimidade dos mesmos, como observa Teixeira:

Após o impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016, o debate sobre a participação institucionalizada está interdito. Não que as instituições participativas tenham deixado de existir, mas elas têm encontrado resistências tanto por parte dos atores do sistema político (executivo, legislativo e setores internos ao Estado) quanto por parte da sociedade. A interdição ao debate sobre a participação institucionalizada já dava seus primeiros sinais em 2014 (TEIXEIRA, 2020: 1).

Foi no meio do primeiro mandato da presidenta Dilma, mais especificamente em 2013, que se intensificaram os protestos dos setores os mais variados da sociedade brasileira, culminando com as *Históricas Jornadas de Junho*, que acabaram sendo apropriados pela extrema direita. Esse maior protagonismo assumido por essa

extrema direita, contribuiu não apenas para a gestação do Golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff e conduziu o vice Michel Temer à presidência da República, mas tornou-se fundamental para agrupar as forças políticas que levaram Jair Bolsonaro à vitória eleitoral de 2018. Aguçava-se a *crise da democracia representativa* no Brasil, com a intensificação das mobilizações sociais empunhando, entre as variadas bandeiras, a luta *antissistema* e a defesa da *nova política*.

O estopim foi o aumento das passagens de ônibus em algumas capitais, num cenário em que a ausência de reformas urbanas e os inúmeros escândalos envolvendo variados gastos públicos contribuíram ainda mais para o aumento das críticas aos governos, tanto o federal, como os estaduais e os municipais. Merece destaque as gestões que estiveram à frente da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e do governo do estado do Rio de Janeiro, haja vista a cidade ter sediado uma série de grandes eventos mundiais: o Pan em 2007, a Jornada Mundial da Juventude Católica em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

É importante destacar que esses movimentos de protesto assumiram um caráter policlassista, com destaque para os jovens que se autodenominavam apartidários, de direita, conservadores que, com muitas habilidades nas redes sociais, como o MBL – Movimento Brasil Livre -, ganharam uma enorme adesão (em 2016 originou-se o grupo Movimento Paralelo, responsável pela disseminação de notícias falsas que, até o fim de 2022, possuía mais de 30 milhões de seguidores). As consequências políticas foram imediatas, contribuindo para a ascensão do neopopulismo no país, como pode ser aqui observado:

Como consequência, o antipartidarismo, especialmente aquele que rejeita associações partidárias em qualquer circunstância, pode contribuir para o surgimento do neopopulismo, a um declínio no apoio a um regime democrático e a padrões de antissistema de comportamento (...), especialmente em contextos caracterizados pela fragilidade histórica dos partidos políticos, como é o caso dos países americanos (FUCKS, RIBEIRO e BORBA, 2021: 3).

O governo de Michel Temer acabou sendo fundamental para atender aos interesses do grande capital e das elites políticas que engendraram a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em detrimento do que se havia construído nos 14 anos de governos petistas em que o protagonismo popular, mesmo sofrendo um refluxo em sua fase final, tenha alcançado um nível de desenvolvimento bem significativo.

O desmonte das Políticas Públicas, arduamente construídas ao longo de mais de uma década, atingiu diretamente as populações assistidas e os movimentos

populares que tanto protagonizaram os processos de elaboração e aplicação das mesmas.

O *Lavajatismo* e sua publicização nas grandes mídias sociais cumpriam seu papel histórico de demonizar as esquerdas e as inúmeras representações de organização da sociedade civil, sejam os sindicatos e suas centrais sindicais, sejam os inúmeros movimentos sociais e os partidos progressistas, destacando-se o antipetismo. Tempos muito sombrios estavam por vir, numa conjuntura que não era privilégio do Brasil, mas que também se manifestou nos EUA, na Inglaterra, na Hungria, na Ucrânia, para citar alguns exemplos. Foi diante desses cenários que ganhou corpo o aparecimento de *outsiders* e da pregação da *nova política*.

Mais uma vez os setores populares sofreram um duro golpe no Brasil e, com eles, a adoção das políticas públicas, tão necessárias para atender em especial os milhões de brasileiros que historicamente são colocados à margem das atenções dos governos em seus três níveis: federal, estaduais e municipais. A representatividade desses setores marginalizados junto aos poderes legislativos constituídos, cada vez mais perdia sua importância, haja vista uma onda crescente de candidaturas avulsas e fisiológicas terem ganhado uma grande força para serem eleitas. O fenômeno do *bolsonarismo*, que é bastante respaldado pelas principais lideranças religiosas ligadas ao setor mais conservador da Igreja Católica e, principalmente, às correntes evangélicas mais conservadoras ligadas ao neopentecostalismo, ajudou na vitória eleitoral de centenas, e por que não dizer, milhares de parlamentares, centenas de prefeitos e alguns governadores (em 2018 ocorreram eleições proporcionais nos níveis federal e estaduais, bem como para os executivos estaduais e, em 2020, as eleições proporcionais para os mais de 5.500 municípios brasileiros), desses falsos representantes da sociedade e do povo.

Esses novos ares vividos nessa época tão recente em nossa história, tem levado a sociedade civil organizada a buscar frente a esses novos desafios, a encontrar novas alternativas de mobilização e de luta, como identificam Teixeira e Trindade (2018), ao afirmarem que:

Sobre o conjunto das instituições do Estado, com certeza, o foco foi o Executivo, nos seus vários níveis. A importância do Legislativo, por exemplo, foi marginalizada e, de novo, a história mostrou a sua (no caso, infeliz) centralidade. Nos últimos anos, tenho dito que, ao invés da democracia participativa, devíamos estudar a representativa... Com a vantagem de poder, agora, partir de outra perspectiva (TEIXEIRA e TRINDADE, 2018: 259).

Nesse ponto da análise, refiro-me aos inúmeros projetos de Pré-Vestibulares Populares que vinham emergindo desde fins da década de 1980, em que se situa meu objeto de estudo nessa dissertação, a atuação da AMV – Associação Mangueira Vestibulares -, de forma a diferenciá-los dos movimentos sociais que atuaram intensivamente na década de 1980, e busco aprofundar o debate acerca do caráter autônomo que ora emergia, em especial alertando para o fato de que, esses últimos, não reivindicavam sua autonomia negando ou voltando-se contra o Estado, mas sim participando das inúmeras Políticas Públicas que passariam a ser adotadas como resultado das pressões populares. Tratava-se de um novo entendimento sobre a questão da autonomia, bem diferente dos movimentos que atuaram nos anos 1980 que, segundo Gohn (2015) “*é ter planejamento estratégico em termos de metas e programas; é ter a crítica, mas também a proposta de resolução para o conflito que estão envolvidos*” (p. 17).

Abordar as reformas educacionais em curso no Brasil, que se intensificam ainda mais no início do terceiro mandato do presidente Lula, passados os quatro anos da distopia do governo de extrema direita do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), pegando como exemplo as que se impõe ao *Novo Ensino Médio*, mas que se estendem ao nível superior, mais uma vez, leva-nos à necessária relação com o conceito de exclusão e de seus reflexos sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Nesse ponto da dissertação ressalto o importante papel assumido pela AMV, que atuou como um *Agente Intelectual Orgânico Coletivo* numa postura contra-hegemônica, haja vista o projeto ter apresentado, na prática, mesmo que num microcosmo do sistema educacional brasileiro, uma alternativa viável para essa superação do processo de exclusão das camadas mais empobrecidas e que eram participantes do projeto, no acesso às universidades públicas.

Trata-se de uma questão relevante para os que desejam pensar novas formas de relações sociais na perspectiva do enfrentamento do modelo social gerador da exclusão. Essa tem sido a árdua tarefa dos que estão verdadeiramente comprometidos com o novo modelo de sociedade brasileira, diante de uma realidade de educação, em que muitos já decretaram sua falência.

Os debates frequentes realizados sobre cidadania, democracia e participação política, contavam com uma calorosa participação dos alunos e colaboradores, afirmados por eles, e também pelos professores, como um momento fundamental para suas formações políticas, para suas vidas como cidadãos críticos e

participativos. Viam essa experiência vivida na AMV como um momento “divisor de águas”, fundamental para traçar suas trajetórias políticas e profissionais, como todos/as afirmaram ao responderem aos questionários (2) apresentados para essa dissertação. A totalidade dos agentes sociais atuantes na AMV, afirmaram ter sido esse um dos principais motivos que o levaram a participar do projeto.

Ao todo 20 agentes sociais participaram respondendo aos questionários. Ao fazer referências ao número de entrevistados, cito a fala da historiadora Verena Alberti sobre a importância da escolha dos mesmos, sem que predomine os critérios quantitativos e a preocupação com amostragens pois, segundo ela:

(...) em primeiro lugar, convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos (ALBERTI, 2005: 31-32).

A professora Patrícia Barbosa, atualmente doutoranda em Letras Neolatinas pela UFRJ, quando estava se graduando pela UFRJ, e fruto de convênios feitos pela universidade, como bolsista do CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade), lhe foi oferecido dar aula no CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré). Lá conheceu um professor que a levou para trabalhar na AMV. Seu depoimento, também bastante envolvente, quanto à importância da formação política possibilitada pela AMV, pode se confirmada aqui:

“Particpei do CEASM, do VIVE (Vila Isabel Vestibulares) e do Pré-vestibular do Jacaré. Em todos fui professora, mas no CEASM e na AMV, também fui coordenadora um período. Foram minhas grandes escolas políticas. Vivi a “práxis” do velho Marx na sua essência. Acredito que toda minha visão de mundo tem muito de tudo que aprendi e vivi por onde andei e a AMV foi, sem dúvida, minha maior escola. Lá encontrei pessoas dispostas a construir outra sociedade, que acreditavam no que estavam fazendo e que se uniram nesse propósito por ideologia e acima de tudo solidariedade. Acredito que a AMV foi um dos grandes movimentos sociais do Rio de Janeiro enquanto escola política. Cabe ressaltar que, não havia financiamento, ninguém era pago para estar ali, estávamos por acreditar em um outro mundo. ‘Um mundo onde caibam muitos mundos’ (EZLN)” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

O professor Fragoso, de Ciências e Biologia, um incansável defensor da escola pública, e que, mesmo aposentado pelo magistério privado e público da cidade do Rio de Janeiro, após ter dedicado 46 anos de sua vida, ainda continua com sua militância cidadã desenvolvendo projetos comunitários na cidade fluminense de

2. Foram elaborados 3 modelos de questionários semiestruturados, respondidos: pelos ex-alunos, ex-professores e ex-colaboradores da AMV.

Arcozelo. Em seu depoimento, bastante emocionado, enfatizou o quanto a AMV foi fundamental para sua formação política, profissional e cidadã:

“A AMV não só contribuiu para a minha vida profissional, mas para uma nova visão de mundo, para a realidade que instalava naquele momento difícil, a dificuldade para inserir as cotas, os ataques que recebíamos por fazer um trabalho comunitário, por alguns colegas que nos criticavam pelo trabalho que fazíamos, numa visão completamente distorcida acerca da visão social por parte de muitos colegas nossos, muito bons em conteúdos, mas muito elitistas, que só gostavam de trabalhar nos grandes colégios privados, dando aula para aqueles que no futuro iriam explorá-los. Proporcionou uma visão de mundo ampliada, junto com os alunos com vontade de lutar, de brigar. Nós só tivemos ganhos, que fico até arrepiado de lembrar. Serviu para mim como referência para a vida, não só para questão profissional em outros lugares. (Como) me senti muito valorizado, respeitado pelos alunos. Os colegas com a mesma proposta, e que dizíamos que ninguém estava ali de graça não, que ninguém estava fazendo favor algum. Era um trabalho político, comunitário. Isso que era bacana.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

Suelen, também ex-aluna da AMV, formou-se em Português/Literatura pela UERJ. Atualmente é professora das redes municipais do Rio de Janeiro e de Saquarema e, a partir de sua formação política ao passar pela AMV, afirmou que:

“Trabalho num viés que vai na contramão da lógica hegemônica branca e eurocêntrica. Trabalho numa concepção produtiva do ensino de língua materna e da literatura afro-brasileira como fonte de equilíbrio mental, dialogando com uma perspectiva Decolonial para a formação de crianças, jovens e adultos. (Afirma sobre) a importância do que é o conhecimento. Conhecimento é poder! É emancipação. Infelizmente a população carioca está cansada e desestimulada. Está triste. Ganha-se muito mal e paga-se muito. Logo, só resta sobreviver. Por isso, não se brigam por aberturas de Pré-Vestibulares (Populares). Eles foram sendo fechados e poucos lutaram e perceberam a enorme perda que isso é para uma sociedade. Muito trabalho, pouco sono, pouco descanso e muitas demandas... Estamos todos vivendo à toque de caixa. Como nos tempos de Carlito. Sendo engolidos pela matrix das redes sociais, das telas. Por isso é triste que não haja mais espaços como a AMV para discutir sobre “Como anda e funciona a sociedade”. Discutir sobre os algoritmos e as redes sociais... enfim.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

Foi em especial no decorrer da década de 1990, quando o número de Pré-Vestibulares Populares criados alcançou números expressivos, como abordarei no próximo item desse capítulo, que se explicitou o quanto se tratava de uma nítida demonstração da luta de classes em nosso país, haja vista os mesmos terem conseguido chegar às regiões mais pobres e marginalizadas do país, a partir das primeiras experiências na cidade do Rio de Janeiro e, logo a seguir, na Baixada Fluminense.

Pensar uma educação democrática, popular, e que possibilite enfrentar o sistema instituído e possibilitar a inclusão social, é pensar num novo modelo de sociedade

que possa ser responsável pela geração de um novo modelo de escola, capaz de atender a todos, indiscriminadamente, assim observado por Junior (2004):

O enfrentamento da crise atual da escola, sob o ponto de vista dos “de baixo” envolve, necessariamente, a discussão da crise do trabalho assalariado, dos Estados-nacionais, e de todo o contexto econômico, social, científico e tecnológico em que a escola está situada.

Assim, uma das poucas certezas que se tem neste momento é a de que não faz sentido apenas lutar cegamente contra o “neoliberalismo”, ou contra as “ideologias de mercado”, e manter intactos todos os outros fatores com os quais a crise atual da escola se relaciona.

O fundamental é, inicialmente, compreender como a escola se coloca dentro da dinâmica do capital mundializado e se articula com as crises estruturais do trabalho assalariado e dos Estados-nacionais (JUNIOR, 2004: 4).

Deve-se, no entanto, ter cuidado e tentar evitar incorrer em erros ao se tratar do assunto, de forma a evitar que se mascare a historicidade da luta de classes. Num debate sobre a “*Política de Cotas para Negros na Universidade*”, então realizado na UERJ em outubro de 2001, ou seja, mais de duas décadas atrás, momento em que esse tema mereceu destaque nas manchetes dos vários jornais e noticiários, alguns dos debatedores presentes (Antônio Sérgio da USP, Ubiratan Castro da UFBA, Frei Davi da EDUCAFRO, entre outros), chamaram a atenção para alguns riscos que o tema corria, seja na generalização da Política de Cotas, seja no risco de tal política esconder os verdadeiros antagonismos de classes.

O projeto desenvolvido pela AMV possibilitou que seus alunos, oriundos das classes populares, conquistassem o acesso às universidades públicas, fortalecessem seus protagonismos sociais e políticos em suas respectivas comunidades e junto aos diversos movimentos sociais, atuando como autênticos *intelectuais orgânicos*, e promovendo a inclusão social de parcelas significativas dos setores marginalizados da sociedade carioca, recorte social da pesquisa.

As diversas trajetórias militantes de causas as mais variadas, então assumidas pelos ex-alunos da AMV, colaboradores e professores, que estão descritas nos questionários, ratificavam o quão acertado estava o conjunto de ações desenvolvido pelo projeto, citando como exemplo os casos dos irmãos Rony (esse o mais velho dos três), e das gêmeas Rejany e Dejany. As duas irmãs mais novas começaram a assistir as aulas na AMV como ouvintes, levadas pelo irmão mais velho, que já era aluno matriculado. E, como acontecia com a grande maioria dos seus alunos, pois eram trabalhadores, mesmo participando do projeto no horário noturno, enfrentavam muitas dificuldades para chegarem no horário exato de entrada.

Rony, formado em Matemática pela UNISUAM (Centro Universitário Augusto Mota), atualmente é professor da Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV), na Fiocruz, no Ensino Médio regular, onde também coordena a Modalidade EJA (Ensino para Jovens e Adultos). Faz Mestrado também na EPSJV em Educação Profissional e Saúde. Assim como suas irmãs, Rony também deu aula no projeto por um tempo. Ele destacou em seu questionário sua formação política, cidadã e humanista ao passar pela AMV, afirmando que:

“Iniciei como aluno e fui aprendendo a ter consciência cidadã. Fui forjando minha consciência política e passei a ser seduzido pelos exemplos dos professores, e pela educação acolhedora de Paulo Freire em sua prática. Depois passei a fazer parte dos coletivos de organização e passei a lecionar também, tentando retribuir o que a mim havia sido dado. Toda a minha bagagem política/cidadã, minha visão de educação acolhedora, de luta contra o racismo e contra o machismo, foi toda forjada na AMV. Posso dizer que, como a educação muda a vida das pessoas, a AMV mudou a minha. Hoje sou uma pessoa melhor. A AMV foi e é minha fonte de inspiração para dar prosseguimento no meu trabalho”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Rejany formou-se em Geografia e, como estudante da UERJ, participou ativamente dos debates para a adoção das Cotas Raciais na universidade, levando consigo o acúmulo dos debates feitos na AMV. Ainda como estudante de graduação, atuou nos movimentos grevistas na universidade, e chegou a fazer parte do Centro Acadêmico. Foi professora no Presídio Edgar Costa, em Niterói e, atualmente, é pesquisadora da Fiocruz em gênero e raça/etnia. Participou da criação em 2010 da OMA – Organização Mulheres de Atitude. Atualmente trabalha com a questão de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos, na área de Saneamento em Territórios Socioambientalmente Vulnerabilizados (favelas e periferias), onde *“dialoga com o poder público e a população, para que haja a melhoria da condição do saneamento para a população favelada e periférica”*. Com Mestrado na UFF em Dinâmicas dos Oceanos e da Terra, faz parte do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e da Rede de Vigilância Popular de Saneamento e Saúde do estado do Rio de Janeiro.

Rejany também deu aula no EJA Manguinhos da EPSJV e tem formação em Psicanálise, que a levou a participar de um grupo que atende mulheres, homens, adolescentes e jovens que não possuem condições financeiras para pagar as consultas ou podem pagar um valor social.

Dejany, como a irmã e o irmão, nasceu e foi criada no morro da Mangueira, e relatou que antes apenas sonhava em concluir o segundo grau para ajudar em casa

e, como seus irmãos, fez parte “da primeira geração que chegou à universidade e concluiu a mesma, tanto na minha família materna quanto paterna”. Na AMV participou do coletivo responsável por buscar na UERJ as fichas de solicitação de isenção. Formou-se em Psicologia e estagiou na Colônia Juliano Moreira em Jacarepaguá e na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, onde trabalhou depois por 11 anos. Na atualidade é bolsista da FIOTEC, Coordenando o Projeto Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do RJ, na Cooperação Social da Presidência da Fiocruz, executado a partir de uma Emenda Parlamentar feita pelo então Deputado Federal, Marcelo Freixo. Também participa da RAAVE – Rede de Atenção às Pessoas Afetadas por Violência de Estado, que funciona como uma Rede Psicossocial integrada com o serviço da Defensoria Pública do Estado do RJ.

Em parte do depoimento da Dejaney, fica muito evidente a formação política recebida quando integrou a comunidade da AMV:

“Tínhamos uma coletividade muito importante, tomávamos decisões coletivas, buscávamos na UERJ as fichas de solicitação de isenção para todos e todas, preenchíamos coletivamente, onde quem tinha mais experiência auxiliava quem nunca havia feito (...).

A Associação Mangueira Vestibulares foi um divisor de águas na minha vida e na vida de tantas outras pessoas, assim como outros Prés-comunitários, pois além de proporcionar a nossa entrada nas Universidades, mudando muitos cenários familiares, também discutiam e discutem os cenários políticos e socioeconômicos da nossa sociedade e do mundo, abrindo possibilidade de mudanças para os que foram colocados à margem pelo nosso histórico escravocrata, classista e eugenista, mudando um pouco o perfil dos estudantes universitários, que já estava cristalizado nas cadeiras das universidades e no imaginário social.

Recordar parte do percurso até aqui, que vem antes da entrada na AMV, que se modifica com as interações e afetações provocadas por este espaço, e se amplia para fora dele, e que não se encerra em si mesmo e continuará se replicando e transmutando com o passar do tempo, é muito interessante e gratificante. Relembrar e perceber que apesar de não haver mais um espaço físico que possamos chamar de AMV, ainda assim, carregamos em nós esta marca. Logo, o multiplicamos por aí e damos contornos a este existir que está em nossas histórias e narrativas”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Partindo desses depoimentos de ex-alunos, professores e colaboradores da/o AMV, pode-se perceber o quanto a pressão exercida pela atuação dos Pré-Vestibulares Populares, foi fundamental para a obtenção de êxitos em suas mobilizações. Ter autonomia permitiria assumir novas faces de atuação, de organização, de reivindicação, de proposição, de estratégia e de participação popular.

Os inúmeros Pré-Vestibulares Populares seguiram um ciclo determinado de vida, e geralmente ingressavam num processo de refluxo logo que conquistavam parte de suas reivindicações, tornando-se difícil manter os mesmos níveis de mobilização, a não ser que revivessem (ou revivam) a defesa de novas bandeiras de luta e reivindicações. Com o fim de cada um desses ciclos, evidenciam-se os limites inerentes à suas constituições, o descompasso entre as expectativas de seus líderes diante da capacidade transformadora das ações coletivas de luta.

Esse ciclo determinado de vida orgânica também foi vivido pela AMV, haja vista o projeto ter sido fundado em agosto de 1990 e terminado suas atividades em 2014, apesar de ter procurado se reinventar a cada dia. Cardoso (1985) chama atenção para a necessária reestruturação dessas experiências ao afirmar que:

(...) a prática descompassada das reivindicações urbanas desilude com frequência os que esperam dela a contestação. Entretanto, à custa de repetir com os grupos populares 'e a luta continua...', renova-se a esperança de um aprendizado político que venha a desenvolver níveis de atuação mais amplos (CARDOSO, 1985: 48).

2.2. Histórico dos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro

Como apresentado no capítulo anterior, desde fins dos anos 1960 e decorrer das décadas de 1970 e 1980, inúmeros movimentos populares foram organizados com demandas as mais variadas, buscando em sua quase totalidade, a conquista das identidades coletivas. Movimentos de mulheres, em defesa da educação e da saúde, os ecológicos, da luta da causa negra e afrodescendente, as associações de moradores, de favelas, dentre vários outros, num Brasil que ainda vivia sob a ditadura civil e militar, lutavam pelas liberdades as mais variadas, de expressão, de imprensa, de voto, de ir e vir.

Nesse Brasil da redemocratização, em especial no início da década de 1980, foi nítida a vitória das oposições em vários estados e cidades que, diante das enormes demandas populares, tiveram que enfrentar novos desafios e dificuldades para incorporar efetivamente a população nas tomadas de decisões, o que exigiria a implantação de novas relações de poder que, nem mesmo nas administrações petistas, com a proposta dos orçamentos participativos, conseguiu realizar em sua plenitude.

Deve-se evitar que se fortaleçam velhas práticas, então escondidas numa nova roupagem, ditando as formas de relação entre os poderes constituídos e os diversos movimentos sociais. Novas práticas de relacionamento diante do Estado e dos partidos políticos deveriam se estruturadas.

A partir dessas breves análises, embasados em alguns estudos, a autonomia pleiteada por vários movimentos, um dos aspectos abordados pela experiência vivida na AMV, não será plenamente exercida diante da necessária interação com o Estado na busca e conquista de suas demandas, mas que, no caso aqui estudado, conseguiu seguir seu caminho autônomo e fugir do filantropismo e da tutela estatal que, segundo as análises feitas por Jacobi (1987):

Sem dúvida, a difícil formulação em torno das relações tensas e desiguais entre partidos políticos, movimentos sociais e administração pública, por enquanto é um espaço de indagações. E somente em alguns casos é possível dar respostas muito localizadas e diferenciadas, cobrindo um vasto leque de alternativas, principalmente dentro dos padrões tradicionais de gestão da coisa pública (JACOBI, 1987: 22).

Ainda durante o regime autoritário, merece destacar a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas aos setores progressistas da Igreja Católica, junto às camadas mais marginalizadas e carentes da sociedade brasileira. Perseguidos

pelo governo ditatorial, seu movimento evangelizador vinha acompanhado de uma educação crítica, conscientizadora e libertadora, e contribuiu ativamente na organização dos diversos movimentos sociais e na fundação do Partido dos Trabalhadores.

Voltando-se para combater a exclusão histórica da população mais carente e pobre das periferias no acesso ao ensino superior, diante de uma realidade em que a parcela da população brasileira que possuía curso universitário à época citada chegava próximo dos 5%, surgiram os Pré-Vestibulares Comunitários ou Populares. O desafio era enorme, pois, num processo de seleção em que instituições privadas organizavam boa parte dos exames de seleção ao ensino superior, as cobranças de conteúdos programáticos baseavam-se num referencial de educação enciclopédica que, prioritariamente, era ministrada nas redes privadas de ensino. A grande parcela dos estudantes do Ensino Médio era (e continua a ser) oriunda das redes públicas que, também já excluía parcelas significativas da população pobre e trabalhadora, haja vista o Ensino Médio (antigo Segundo Grau) não estar ao alcance de todos. Ou seja, a demanda por essas alternativas de preparatórios populares e gratuitos, era enorme.

Os Pré-Vestibulares Populares não conseguiam fugir de uma postura ambígua ao assumirem e priorizarem uma educação popular, desenvolvida com os alunos protagonizando o processo de ensino-aprendizagem, pois, ao prepararem seus alunos para os exames vestibulares, praticam em seu exercício diário uma educação emancipadora, num enfrentamento contra-hegemônico. Torna-se fundamental diante desse desafio, potencializar educadores e educandos atuantes nos Pré-Vestibulares Populares para enfrentar o sistema opressor e excludente personificado pelos exames vestibulares, pois, os condicionantes da estrutura do pensar dos seus membros encontram-se nas contradições então vividas na realidade em que se formam. Freire (1968) aborda esses aspectos contraditórios presentes no sistema educacional brasileiro, afirmando que:

Há algo, porém, a considerar nesta descoberta, que está diretamente ligado à pedagogia libertadora. É que, quase sempre, num primeiro momento deste descobrimento, os oprimidos, em vez de buscar a libertação na luta e por ela, tendem a ser opressores também, ou sub-opressores. A estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se “formam” (FREIRE, 1968: 44).

Os cursos preparatórios populares que surgiam, diante dos enormes desafios políticos e sociais, ao se estruturarem, iam além da tarefa de preparar seus alunos

para os vestibulares. Eram tempos de lutas por participação popular, de conscientização e formação política, de preparação de lideranças comunitárias de bairros e de favelas. O retorno das eleições livres e democráticas ampliavam as esperanças daqueles que, historicamente, eram excluídos da vida política do país. Nesse contexto de luta política, a defesa de uma Educação Pública, Democrática e Participativa, encontrava nos precários espaços aonde inicialmente esses Pré-Vestibulares iam se instalando, um campo muito fértil e enriquecedor para os debates e para a prática da democracia participativa.

Sérgio Theberge, um ex-aluno e um colaborador do projeto, mesmo não tendo ingressado num curso superior, em seu depoimento fala, de forma emocionada, desse ambiente enriquecedor em sua formação política:

“O projeto (desenvolvido pela) AMV me ajudou a enxergar as questões sociais de forma mais humanitária. Já na parte política, o mesmo AMV foi fundamental para descortinar uma visão romantizada dos ‘heróis’, da nação e seus superpoderes: ‘do povo para o povo, pelo povo’.

O lado emocional pesou bastante (ao responder o questionário). Daí a dificuldade de expressar, sintetizar os mais diversos sentimentos, respeito, companheirismo, orgulho, gratidão, carinho, amizades (mesmo que à distância). ‘Ufa’, de fato (quando) as lembranças chegam, a voz embarga, os olhos marejam e a saudade marca presença.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

O ex-aluno Anderson Almeida, formado em Geografia pela UERJ, trabalha atualmente na rede estadual do Rio de Janeiro e na prefeitura de Teresópolis, e relatou que optou pela UERJ ao se sentir estranho ao perceber que só tinha ele de negro na turma da UFRJ, que havia sido aprovado sem a Política de Cotas. Ele ratifica esse ambiente acolhedor e democrático da AMV:

“A AMV mudou minha vida. A AMV pra mim foi um marco na minha vida. Foi um dos 5 pilares que estão na minha vida, pois possibilitou que eu acreditasse que poderia ir além. Que tenho a minha importância no mundo. Meu lugar de fala. Passei a pensar de forma mais crítica, analisar meu lugar de onde venho. Como ele é subalternizado por forças coloniais e capitalistas. Isso me revoltou e acabei escolhendo fazer Geografia para trabalhar dando aula.

O que tento ser como professor é seguir o que aprendi na AMV, pois me possibilitou a entrar numa universidade pública de qualidade, de acessar pessoas, professores, amigos. Depois fiz uma Pós no Cp2. Depois fiz um Mestrado Profissional no CAP (Colégio de Aplicação) da UERJ. Ajudou bastante a alinhar minha metodologia de trabalho. De dar dignidade, argumentos, conceitos, críticas. Estamos aí, caminhando nesse mundo ainda muito escuro. A AMV me possibilitou de entrar num mundo que dificilmente conseguiria entrar”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

O ex-aluno Jorge Márcio, formado em Arquivologia pela UNIRIO, em História pela Cândido Mendes, onde também se especializou em História da África, com Mestrado

em Relações Étnico-Raciais pelo CEFET-RJ (Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro), e que deu aula na AMV e em outros Pré-Vestibulares Populares, hoje trabalha como arquivista e Palestrante, e tem um canal regular no YouTube, onde ministra cursos regulares especializados em Pan Africanismo. Seu protagonismo à época como aluno, e na atualidade, assim como demonstrado nos diversos depoimentos, ratifica o quanto acertado foi o projeto AMV ao agir como *Intelectual Orgânico Coletivo*, ao afirmar que:

“Pra mim, a Associação Mangueira Vestibulares foi um divisor de águas na minha vida. Embora eu já tivesse algum conhecimento sobre História e trajetória das populações negras no Brasil, fruto das lições aprendidas com meu irmão mais velho, entrar na AMV significou ampliar meus horizontes, me compreender como integrante da classe trabalhadora. Não visualizava a possibilidade de entrar para a faculdade um dia, até ver meus amigos conseguindo e pensei: Eu também posso. Ingressei na AMV em agosto de 1996, após muito insistir porque eram muitos candidatos para poucas vagas. As atividades extraclasse eram maravilhosas, como ida ao acampamento do MST, subida à Floresta da Tijuca tendo aula de Geografia durante a subida e ao chegar ao topo, bem como ida até Santa Cruz, de trem, tendo também aula de Geografia pelo caminho. Fizemos passeios históricos pelo centro do RJ. Aprendi muito.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Como citado no início do capítulo, o primeiro Pré-Vestibular Popular surgido no estado do Rio de Janeiro no ano de 1986, foi de iniciativa do atual SINTURFJ que, à época de sua criação, era representado por uma associação dos profissionais de educação da UFRJ, a então Asufrj. No Estatuto de criação do Projeto intitulado *Universidade para Trabalhadores*, definia-se o amplo público que o projeto deveria atingir: os funcionários da UFRJ e seus dependentes, os trabalhadores sindicalizados e os moradores da comunidade.

Além do Pré-Vestibular o projeto englobava a Alfabetização e o Ensino Supletivo para os antigos Primeiro e Segundo Graus, além de ministrar Curso de Formação Sindical e Cultural.

No debate intitulado “Universidade para os trabalhadores: o papel dos TAEs na universidade”, realizado em 23 de julho de 2020, apresentou-se um breve histórico da criação do projeto *Universidade para Trabalhadores* como fruto da luta realizada pelos profissionais da UFRJ, e foram apresentadas as principais características do projeto: seu nítido caráter sindicalista em busca de melhorias salariais e progressão dos profissionais da universidade, e a luta pela democratização no acesso à universidade.

Nesse encontro, ao se fazer a longa trajetória percorrida pelo projeto, três profissionais da Universidade e filiados ao Sindurfj deram seus depoimento (3) sobre a importância do projeto implantado em 1986:

“Esse projeto constituía numa proposta de democratização da universidade e maior interação com a sociedade brasileira. A proposta incentivava a nossa participação em estruturas de poder dentro da universidade, que até então era ocupada única e exclusivamente por docentes (...).

Tivemos então a ideia de criar nesse projeto o Curso Pré-Vestibular (CPV), mas que preparava os alunos para além do vestibular. Mudamos o perfil (...) associando sempre a luta pela universidade às lutas democráticas do país. Lembro da nossa participação ativa na conquista, em 1986, do artigo da autonomia universitária na Constituição.” (Márcia Tosta. Bioquímica pela UFRJ e atualmente é professora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.)

“O CPV se estabeleceu num momento que não tinha política de cotas. Era muito concorrido e eu participei dele. O CPV foi muito importante para mim, particularmente na desmistificação de um saber que está acima de outro, e me estimulou depois de muitos anos a fazer vestibular. Foi a oportunidade que tive para concluir a minha graduação em Ciências Sociais, que havia substituído pela minha militância. O que fica para mim de saldo desse projeto é que você pode ir mais e além.” (Lenin Pires. Foi Técnico Administrativo, Coordenador do Sindicato e atualmente é professor da UFF.)

O projeto Universidade para os Trabalhadores tem 34 anos e só resiste porque tem características muito particulares. Não é só um nome. É pensado para o trabalhador. A sua longevidade e o seu sucesso estão exatamente em você olhar para a categoria técnico-administrativa e compreender qual a sua demanda. O que o técnico precisa. (Carla Danielle. Atual Coordenadora do CPV.)

A partir dessa iniciativa, e com a criação de outros PV Populares em vários cantos da cidade e do estado do Rio de Janeiro, tornava-se regra incorporar disciplinas relacionadas à política, economia e sociedade, com claros objetivos de desenvolver um projeto de educação crítica, fundamental para a formação de cidadãos críticos e protagonistas de suas próprias trajetórias de vida.

Num documento produzido pela Sintufrj, pode-se confirmar essa prioridade de criar ambientes de formação política dos agentes sociais envolvidos, ao afirmar que:

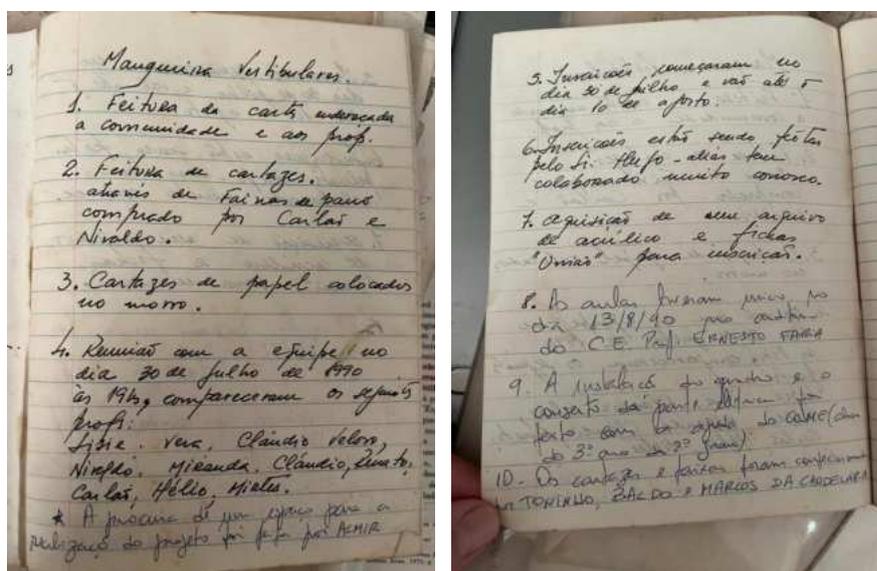
No plano político, abrimos um espaço de debate e reflexão da prática social dos alunos-trabalhadores, que busca contribuir para a formação de uma consciência de classe fundamental na vida social e na futura trajetória universitária de nossos alunos (...). A ação política também vem se materializando em nosso fazer pedagógico através do domínio crítico dos conteúdos transmitidos e da relação professor aluno. Objetivamos que o aluno ocupe o papel de sujeito. (SINTUFRJ, 1986.)

A AMV, objeto de pesquisa dessa dissertação, foi reconhecida como o segundo Pré-Vestibular Popular criado na cidade do Rio, e não se tratava de um projeto

3. (Depoimentos extraídos de: <https://sintufrj.org.br/2020/07/universidade-para-todos/>)

institucional, pois foi o primeiro que teria surgido de uma comunidade organizada, que trazia à tona o debate acerca do acesso à educação superior pública.

Sua idealização original coube aos professores Nivaldo dos Santos (de Matemática) e Carlão (de Física), então professores do Colégio Estadual Professor Ernesto Faria, localizado à Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 890, no bairro de São Cristóvão, vizinha da *comunidade mangueirense*. A iniciativa teve o apoio do professor Paulo do Valle, diretor do referido colégio. O início do projeto de Pré-Vestibular Comunitário, personificado na AMV, ocorreu no dia 13 de agosto de 1990.



Figuras 1 e 2: Registro da Primeira Reunião feita na M.V.

Em seu depoimento para a pesquisa, o professor Carlão, recentemente aposentado da direção da Escola Parque, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Gávea, falou que:

“O projeto AMV foi criado por mim e pelo professor Nivaldo Lemos, no Colégio Estadual Ernesto Faria em 1990. Eu era professor de Física nesta escola, manhã e noite, desde 1977. Já tinha um vínculo com a comunidade local através de um trabalho de teatro que começou na própria escola e se espalhou na comunidade em 1980.

A dimensão cultural do nosso projeto AMV, se fez presente em vários momentos, como nos encontros no bar da Dilma, idas aos ensaios da Escola de Samba, churrasco e festa coletiva regada à cerveja e samba.

Conseguimos, em 1990, juntar um grupo de professores voluntários de várias escolas privadas e públicas, desejosos de uma ação educativa transformadora no local”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Inicialmente o público alvo foi constituído pelos próprios alunos da escola e dos demais moradores do Morro da Mangueira, e passou a funcionar na própria escola,

com as aulas sendo ministradas num antigo auditório do colégio. Logo se buscou fazer o registro no cartório, definindo-se como um projeto que visava possibilitar aos alunos, não apenas o ingresso nas tão disputadas vagas nas universidades públicas, mas, também, formar lideranças comunitárias.

O professor de Geografia, Paulinho (Chinelo), atualmente dirigente da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Rio de Janeiro, Professor Titular do Departamento de Geografia da FFP/UERJ, militante da Associação dos Docentes da UERJ e colaborador do MST tanto em nível estadual como nacional, e que atuou como professor da AMV desde sua criação em 1990, em seu depoimento reafirmou a enorme importância do projeto ao citar que:

“Conheci (o MV) por intermédio do (professor) Carlão de Física, que dava aula junto comigo numa escola particular. Dei aula no MV até dezembro de 2005. Também participei ativamente dos debates que levaram à definição do MV como uma Associação. Implantamos inovações importantes no MV, como aulas coletivas e os trabalhos de campo: Centro Histórico do Rio; Floresta da Tijuca; Acampamentos do MST. A AMV foi um dos espaços importantes para minha formação profissional e política. No concurso para Professor Titular do Departamento de Geografia da FFP/UERJ que fiz recentemente, ressaltai esse aspecto, sobretudo no que diz respeito à experiência das aulas coletivas, que reproduzo até hoje”.
(Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

A AMV, como está registrada em seu Estatuto (1996), e nos questionários respondidos pelos ex-alunos para essa pesquisa, passou a ser identificado como um Movimento Social, levando seus integrantes a denominarem de “o” MV. Diferente do Pré-Vestibular criado pelo SINTUFRJ, que era organizado por um sindicato de trabalhadores e que levantava a bandeira da luta classista, a AMV assumia um perfil de um movimento social comunitário sem, no entanto, ter se descolado da luta da classe trabalhadora em suas lutas diárias.

Foram suas trajetórias atuando junto a uma série de outros movimentos sociais, sindicais e partidários, que passaram a determinar a identidade da AMV que, a partir das ações as mais variadas possíveis, logo ganhou uma grande visibilidade não apenas na comunidade *mangueirense*, mas por toda a cidade. Quanto mais caminhava o desenvolvimento do projeto, mais nítidos tornavam-se seus frutos. Muitos de seus alunos ingressaram em universidades públicas, outros foram aprovados em concursos públicos, enquanto outros projetos comunitários de Prés-Comunitários foram fundados por iniciativa de ex-alunos/as da AMV, destacando-se: a Associação Nova Brasília (ANB), a Associação Triagem Vestibulares (ATREVE) e Vila Isabel Vestibulares (VIVE), no Morro dos Macacos, que funciona até hoje. O

professor de Espanhol da AMV, Marcos Aurélio, que também participou da Coordenação e da equipe de Biologia, faz seu depoimento:

“Três ex-alunos da AMV (Charles, Carlos e “Seu Zé”) conseguiram abrir pré-comunitários onde moravam (respectivamente em Nova Brasília, Morro dos Macacos e Triagem). Em Triagem participei apenas da aula inaugural, mas creio que o Pré durou 2 ou 3 anos, não sei ao certo.

Em Nova Brasília participei durante toda sua existência – creio que três anos – e terminou, pois o trajeto para se chegar ao CAIC (onde ocorriam as aulas) começou a ter uma presença ostensiva de pessoas armadas, e os professores se afastaram. O Pré do Morro dos Macacos (VIVE – Vila Isabel Vestibulares) existe até hoje, e participei do mesmo desde sua criação (creio que no ano 2000) até o ano de 2018.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Como se pode observar, alguns ex-alunos e professores da AMV buscaram levar a experiência da AMV para outros lugares, contribuindo para a criação de Pré-Vestibulares Populares em outras comunidades. Destaco aqui um pouco da fala emocionante do ex-aluno da AMV, o Carlos Alberto que, apesar de não ter conseguido ingressar no curso superior, tem um enorme orgulho de ter sido o pioneiro na montagem do VIVE (Pré-Vestibular Comunitário de Vila Isabel):

“Comecei no AMV como ouvinte, não como aluno, pois a procura no AMV sempre foi muito grande né. Tinha uma fila enorme de espera e tal (...). Eu já me considerava aluno e o pessoal me considerava como aluno. O MV era muito acolhedor.

Na verdade eu não consegui cursar nenhuma Faculdade, nenhuma Universidade, por que eu não conseguia estudar. Como eu não consegui estudar, eu aprofundi muito mais no Projeto MV, que me deu uma base que eu nunca imaginei que ia ter: uma base política, social, que me tornou mais um cidadão que um universitário, né, do que ter me colocado numa universidade. Com essa base eu pensei na época em montar um Pré-Vestibular com o nome do MV, tipo MV1, MV2, um seguimento. (...) Aí resolvi montar esse Pré-Vestibular em Vila Isabel. Com essa base eu montei o VIVE. A base que o MV me deu foi essa, uma das coisas que a gente sempre quis pregar no VIVE, que pregou no VIVE, era conseguir formar um aluno universitário, formar um cidadão, sabendo seus direitos, deveres, sabendo política, sendo politizado, talvez sendo de esquerda (risos), essa era a maior importância que eu pregava isso. O MV não me formou um universitário, mas sim um cidadão.

Vou ser franco contigo, pois, se tem uma coisa que me orgulho, e pode até achar que estou me enaltecendo, mas assim, se tem uma coisa que me dá orgulho é de ter feito parte do MV e de ter formado um Pré-Vestibular, isso não tem uma coisa melhor que eu fiz na minha vida.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais.)

Outros Pré-Vestibulares Populares que estavam sendo criados buscavam inspiração e informações na AMV, como o ocorrido com a criação do PVNC (Pré-Vestibular para Negros e Carentes) no ano de 1993, sob a coordenação do Frei Davi. A Educafro, voltada para a *Educação e Cidadania de Negros/as e Pessoas da Camada Popular*, atuou e atua nas diversas lutas travadas em defesa de políticas de ações afirmativas, combatendo as desigualdades, promovendo a democratização

dos direitos à cidadania e ampliando as bases sociais do movimento negro. Suas ações contribuíram bastante para o processo de construção e preservação das políticas de ações afirmativas nas Universidades Públicas. Frei David dos Santos, da Ordem Francisca ligada à Igreja Católica, que havia participado do PVNC, assumiu sua coordenação. A Educafro também esteve presente nas lutas que resultaram na implantação das políticas de ações afirmativas na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), que foi a primeira instituição universitária brasileira a implantar a Política de Cotas Raciais.

Os Pré-Vestibulares Populares levaram cada vez mais milhares de jovens da periferia a pressionarem pelo acesso às universidades públicas, como atesta Nascimento (2010), ao afirmar que:

A multiplicação de Cursos Pré-Vestibulares Populares pelo Brasil a partir de meados da década de 1990 e na década de 2000 demonstra a explosão de uma nova demanda, que até o início dos anos de 1990 era pouco expressiva: a demanda dos pobres e marginalizados por acesso ao ensino superior (NASCIMENTO, 2010: 47).

A partir da criação do PVNC (depois EDUCAFRO), que conquistou uma enorme capilaridade em várias favelas da cidade do Rio e Baixada Fluminense, a criação dos Pré-Vestibulares Populares ganhou um grande impulso, pois, como membro da Igreja Católica, o coordenador da Educafro, Frei Davi, conseguia com mais facilidade espaços nas igrejas espalhadas pela cidade do Rio e da Baixada Fluminense, para que se instalassem as turmas preparatórias. Além é claro, de também ter se instalado em alguns CIEPES (Centros Integrados de Educação Pública), que era a marca registrada dos governos populares de Leonel Brizola, que fora governador do Estado do Rio de Janeiro por dois mandatos (1983 – 1987 e 1991 – 1994). Por um tempo também atuei como professor do projeto da Educafro no Ciepe da favela da Rocinha. Nos registros do PVNC, consta sobre a importância do ano de 1994 para a consolidação e o sucesso do projeto:

“(…) 1994 foi um ano fundamental para o PVNC. Foi um ano de crescimento, de adesão de novos grupos, de novos núcleos, de muitas articulações, debates, conflitos e criação de novos espaços de debates e deliberações coletivas. A Assembleia Geral, as equipes de reflexão racial e pedagógica, o Jornal, as aulas de cultura e cidadania. Em 1993 foi lançada a semente, mas 1994 foi o ano de constituição do PVNC (PVNC, 1998).”

Os primeiros bons resultados na aprovação para as Universidades Públicas, estaduais e federais, do estado do Rio de Janeiro, incentivaram a propagar a eficácia dos Pré-Vestibulares Populares na luta contra hegemônica, no processo de inclusão da população mais pobre das periferias no acesso às carteiras

universitárias até então muito elitizadas e embranquecidas. E seguindo essa “onda” dos Pré-Vestibulares Populares, vários sindicatos de trabalhadores considerados progressistas e atuantes, contribuíram para a criação de vários cursos e turmas preparatórias em suas instalações.

O conjunto desses projetos comunitários possuem suas próprias dinâmicas processuais, resultantes de suas constituições e desconstruções, marcadas pelas crises e conflitos, falta de mobilização, renovação dos seus quadros, captação de recursos, entre outros condicionantes. Santos (2020) em seus estudos sobre os Pré-Vestibulares Populares e suas dinâmica de funcionamento, afirma que:

Os Pré-Vestibulares Populares (PVP) são iniciativas educacionais de entidades e movimentos diversos – em sua maioria de caráter não oficiais – incluindo trabalhadores em educação, grupos comunitários, grupos de graduandos, grupos religiosos, associações de moradores, coletivos. Essa rede de vários movimentos específicos e correlatos, onde seus ativistas transitam, permite a construção, reelaboração, continuidade e expansão desses projetos. Esses cursos são destinados a uma parcela da população que é colocada em situação de desvantagem pelo racismo estrutural da sociedade e pelas condições socioeconômicas que lhe são impostas (SANTOS, 2020: 85).

Sem uma rede nacional que congregue os Pré-Vestibulares Populares, torna-se difícil precisar a quantidade deles em todo o país e, ratificando o que apresentei anteriormente, devido à importância dos Pré-Vestibulares Populares para o sistema educacional brasileiro como um todo, torna-se fundamental que se crie um órgão popular que busque mapear periodicamente as atividades dos cursos.

Não tenho como objetivo nessa pesquisa fazer um levantamento preciso sobre a quantidade dos Pés-Populares atuantes na cidade e no estado do Rio de Janeiro, até por que o fato desses projetos terem estruturas físicas, políticas e pedagógicas variadas, a grande maioria deles enfrenta dificuldades financeiras para darem continuidade em suas atividades. Os Pré-Vestibulares que eram e ainda são ligadas aos sindicatos e instituições religiosas, ou mesmo às ONGs, tem um maior tempo de duração.

A atuação do Projeto “*Tecendo Diálogos e Produzindo Conhecimento: Juventude, Favela, Promoção da Saúde e Educação Superior*”, que funciona na Fiocruz, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ e vários Coletivos e Movimentos Sociais das Comunidades da Maré (CEASM), é muito importante para o processo de mapeamento e acompanhamento das atividades dos Pré-Vestibulares Populares no Rio de Janeiro. O Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ) e o Fórum Favela-Universidade (FFU) são partes integrantes do *Projeto*

Tecendo Diálogos. Todos os profissionais participantes do projeto são oriundos de favelas e periferias e/ou militantes nesses territórios. A gestão do Projeto é realizada por um Comitê formado por representantes dos vários coletivos envolvidos, destacando: o FPVP-RJ, o CEASM, o Museu da Maré, a Rede CCAP (Rede de Empreendimentos Sociais para o desenvolvimento Socialmente Justo, Democrático e Sustentável), o Conselho Comunitário de Manguinhos, a Fiotec/Fiocruz e a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ.

Com verbas disponibilizadas por alguns parlamentares federais do estado do Rio de Janeiro, considerados progressistas, tem sido possível ajudar a manter muitos dos Pré-Vestibulares Populares em atividade. A cada três meses as coordenações dos cursos beneficiados devem prestar contas.

O FFU realiza encontros mensais voltados para moradores de favelas, graduados e pós-graduados, e estudantes de Prés-Populares, debatendo sobre as atividades relacionados à Pesquisa, Comunicação, Saúde Mental e Jornadas Científicas.

O FPVP-RJ, oficializado em 2018, já realizou seis Seminários de Educação Popular e um Encontro Regional de Pré-Vestibulares Populares da Região Sudeste, além de ter promovido vários Encontros Temáticos e continua desenvolvendo o mapeamento dos Prés-Populares na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse mapeamento encontra-se hospedado na plataforma Vicon – Vigilância e Controle (4), uma iniciativa nacional e livre de custos, desenvolvida pelo Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LAGEOP/UFRJ), em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento Aplicado da UFRural do Rio de Janeiro (LAGEOP/UFRRJ). No site é possível visualizar os endereços, informações de contato e disciplinas oferecidas por locais na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar da Pandemia de Covid-19, os pesquisadores de campo do *Tecendo Diálogos* realizaram um levantamento, entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2023, e conseguiram localizar e fazer contato com 301 Pré-Vestibulares Populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em que, infelizmente, uma parte foi forçada a fechar em função da Pandemia. Apesar das inúmeras adversidades apresentadas para fazer o levantamento, 130 Prés se disponibilizaram a participar do mapeamento socioeconômico realizado. Os dados completos desse mapeamento encontram-se

4. Site visitado em 21 de janeiro de 2024: <https://www.viconsaga.com.br/tecendodialogos>

detalhadamente no portal do projeto, destacando-se: seu recorte racial, as condições materiais, as disciplinas mais e as menos ofertadas, as dificuldades e o apoio financeiro, os temas mais debatidos, o nível de articulação para promoção da saúde e parcerias com instituições públicas,

Taisa Falcão, historiadora, e também professora do VIVE, e uma das aguerridas coordenadoras do *Tecendo Diálogos*, falou da importância desses Pré-Vestibulares Populares na Agência Fiocruz de Notícias (5), afirmando que *“Esses espaços não são apenas uma plataforma de acesso à universidade, mas pólos de engajamento da juventude favelada e periférica com os movimentos sociais”*.

5. Depoimento extraído em 29/02/2024 de: <https://agencia.fiocruz.br/projeto-mapeia-pre-vestibulares-populares-do-rio-de-janeiro>

2.3. História da AMV

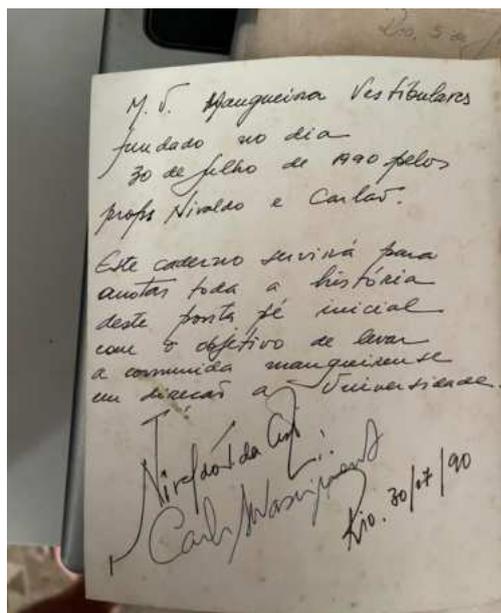


Figura 3: Nota de Criação do Mangureira Vestibulares (MV).

A Associação Mangureira Vestibulares (AMV) acabou sendo identificada e chamada, no momento de sua criação, como Mangureira Vestibulares (MV). Isso em 30 de julho de 1990, dentro de um universo de *Pré-Vestibulares Comunitários* que surgiram em várias regiões do país à época, em especial nas áreas mais populares e carentes, lutando pelo acesso das classes populares às Universidades Públicas. Segundo o primeiro Estatuto da AMV, ela era definida como:

Um movimento social, político, apartidário, de esquerda, que luta por uma educação pública, gratuita, transformadora, interdisciplinar, de qualidade e não mercadológica, que se foca principalmente na luta pelo acesso à Universidade Pública por jovens e adultos historicamente excluídos, trabalhando continuamente a conscientização política, visando elevar o nível de criticidade de tod@s, buscando, para tanto, diversos espaços de construção do conhecimento para seus militantes, dentro e fora do movimento. (Estatuto elaborado e registrado em 1996, incluído nos anexos.)

No ano de 1992 foram realizados muitos debates acerca do modo de gestão e dos caminhos que o projeto Mangureira Vestibulares deveria seguir, e se incluiria ou não os alunos, haja vista sua maioria ser constituída de adultos, trabalhadores, e com muitos conhecimentos que poderiam ser ensinados, fato que se comprovou na prática. Inclusive, que num futuro não tão distante, os ex-alunos passariam a dirigir o Projeto, substituindo os professores originais. Nesse ponto, mais uma vez, ficou comprovada a previsão, pois, muitos ex-alunos acabaram tornando-se professores e/ou coordenadores da AMV.

Debateu-se bastante também para tornar a direção do projeto amplamente democrática, composta por pessoas dispostas a colaborar, independentes se eram professores, alunos antigos ou novos. As assembleias ampliadas deveriam ser seu principal fórum de decisões, em que todos os envolvidos no projeto deveriam ter o mesmo poder de voz e voto. À época desses calorosos debates, a Secretaria Geral do MV estava sob a coordenação do professor de História, Fernando Vieira.

Outro aspecto que gerou muita polêmica quanto aos rumos que o projeto deveria seguir referia-se ao possível financiamento do mesmo. No final de 1991, início de 1992, a Fundação Ford financiou parte das atividades do grupo, inclusive fazendo o pagamento de pró-labore aos professores. Este financiamento era intermediado por uma instituição chamada Roda Viva, que tentou interferir no funcionamento da AMV. Era essa ajuda financeira que ajudava a pagar as inscrições para a UERJ, pois quase não concedia isenção, providenciar a reprodução de cópias de material a ser entregue aos alunos, compra de papel, canetas e todo outro tipo de material necessário. Tal interferência, possibilitada pela intermediação da Roda Viva, acabou sendo repudiada por boa parcela dos participantes, levando a intensos debates, que culminaram no fim do financiamento e, conseqüentemente, do pró-labore.

O sucesso do projeto, seja pelo bom percentual de aprovação dos alunos em universidades públicas, seja por suas práticas democráticas e de inclusão de seus membros em várias atividades, demonstrando seu caráter pedagógico inovador, aumentou sua visibilidade, o que levou a uma grande procura por parte dos que gostariam de participar como alunos/as (muitos/as professores/as também se apresentavam para participar). A partir de 1999, quando a procura anual por vagas chegou a uma média de 200 inscritos, a coordenação da AMV aprovou a criação de mais duas turmas, que passariam a funcionar aos sábados, uma pelo turno da manhã e outra à tarde, além da turma que já funcionava no horário noturno, durante os cinco dias da semana, que possuía 65 alunos matriculados.

Com a criação das turmas de sábado, foi possível zerar a fila de candidatos que esperavam por vagas na turma noturna. Sempre que alunos da turma noturna saíam, por motivos variados, alunos matriculados nas turmas de sábado interessados em estudar à noite, inscreviam-se para a transferência. Muitos ex-alunos que retornavam ao projeto ainda como estudantes universitários, sentindo-se um pouco preteridos como professores pelos alunos da turma noturna passaram a conquistar seu espaço ministrando aulas nas turmas de sábado. Dificuldades as

mais variadas em manter as duas turmas de sábado levaram as mesmas a serem extintas três anos após suas criações.

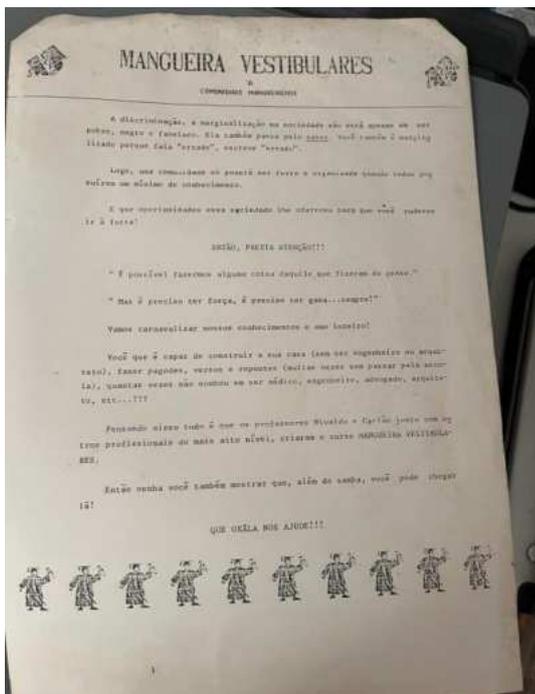


Figura 4: Convocatória do M.V. junto à comunidade mangueirense (1991).

Foi apenas em 1996, seis anos após sua criação que, fruto das discussões acerca da necessidade da definição de seu Estatuto (ver anexo), que o mesmo foi registrado. Pressionado pelas exigências burocráticas e estatutárias, o Projeto foi registrado como AMV – Associação Mangueira Vestibulares. Sua estrutura organizacional, promovendo algumas mudanças no Estatuto, passou a contar, inicialmente com quatro e, posteriormente, com seis membros dentro da Equipe Coordenadora, responsáveis pela/o:

1. Coordenação de Disciplinas;
2. Coordenação de Cursos;
3. Coordenação Política;
4. Secretariado;
5. Tesouraria;
6. Cultura.

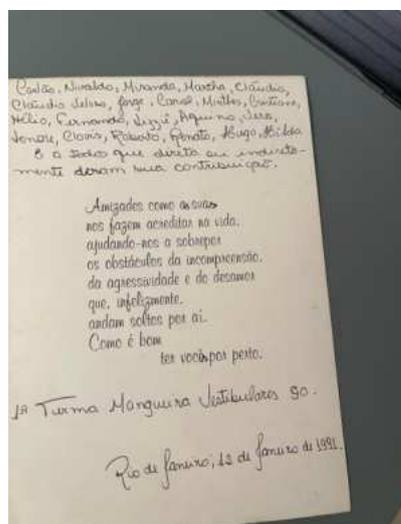
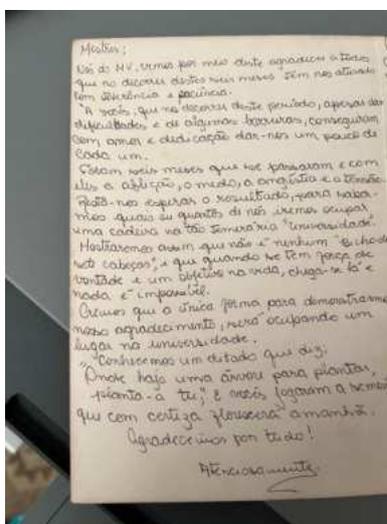
Pequenos atritos com a direção do Colégio Estadual, resultado de dificuldades como a falta de cadeira para os alunos ou que o auditório estaria ocupado, levaram ao surgimento de um movimento interno, intitulado MCA (Mangueira Comunidade em Atividade), que fora presidido por um ex-aluno da AMV. Em 2004 a turma

conquistou uma sala de aula para funcionar. A criação e atuação desse movimento ratificava a conquista, cada vez maior, do protagonismo por parte dos/as alunos/as.

Passados os primeiros embates acerca dos rumos a serem trilhados, do financiamento e custeio da AMV, as aulas e todo o processo de formação política e cidadã passaram a se oferecerem de forma totalmente gratuita, com o projeto mantendo-se através de doações espontâneas dos próprios alunos. Vários professores, inclusive, utilizavam várias estratégias para ajudarem a contribuir como, por exemplo, levando material impresso que sobrava de outros locais de trabalho, fato que se tornou corrente.

Após acalorados debates promovidos nas assembleias convocadas pelas coordenações, foi aprovada a cobrança de uma pequena mensalidade e/ou semestralidade para aqueles que teriam condições financeiras mínimas que fossem. Além dessa nova fonte de recursos, foram colocadas em prática formas variadas de arrecadação de recursos, em especial para custear a reprodução de material didático.

Como o projeto ganhava maior organicidade, a AMV passou a seguir sua linha de ação, configurando-se como um *“Movimento Social, Político, Apartidário, definindo-se como de Esquerda, e que deveria lutar em defesa da Educação Pública, Gratuita, Transformadora, Interdisciplinar, de Qualidade e Não Mercadológica, agindo de forma a convergir na luta pelo acesso à Universidade Pública para os/as jovens historicamente excluídos”* (Estatuto, 1996. Ver nos Anexos). Ficava cada vez mais claro que esse processo buscava, de forma permanente, conscientizar politicamente seus participantes, ampliando seus níveis de crítica, e sua forma de atuação se faria dentro e fora do projeto.



Figuras 5 e 6: Agradecimento da primeira turma do M. V. aos professores.

Muitas bandeiras de luta em defesa dos historicamente excluídos, principalmente as mulheres, a população negra e afrodescendente, nordestinos e homossexuais, passaram a ser a tônica de formulações de projetos e ações na AMV. A partir de então foi intensificada a articulação junto aos diversos movimentos sociais e organizações que estivessem ideologicamente de acordo com os princípios da AMV. À época ocorreu um envolvimento orgânico com as comunidades locais, fato que ganhava sentido a partir da formação política de várias lideranças comunitárias.

Várias atividades sociais foram promovidas, como as festas anuais de aniversário da AMV em agosto, com modelos variados em sua formatação: com entrada gratuita ou paga, com consumo liberado ou pago, com fins de arrecadação ou não. As festas tinham de livre acesso aos convidados, organizações e movimentos sociais variados, outros Pré-Vestibulares Populares, etc.

Em praticamente todas as festas promovidas, peças teatrais criadas pelo Grupo de Teatro da AMV, eram apresentadas, destacando-se entre elas: “Manga Rosa”, “Sátira aos Professores da AMV”, “Nem Tudo é Passageiro”, “O Mundo que as Crianças Querem”, “Família Capital” e “Histórias da AMV”. Foi organizada uma peça infantil, intitulada “O Mundo que as Crianças Querem”, que foi apresentada fora da AMV, no Centro de Cultura Proletária que, em 1992, conseguiu viabilizar a ida de Augusto Boal e seu Teatro do Oprimido à AMV.

Foram criados na AMV um Grupo de Música e um de Dança que, geralmente, apresentavam-se nas festas de aniversários da AMV, com danças africanas, ciganas e jongo. O Grupo de Coral também se apresentava periodicamente, assim como aconteciam Concursos de Poesia, que resultou na edição de um pequeno livro.

Apesar de sua curta duração (entre 2000 e 2001), a AMV editou um Jornal Informativo, com oito tiragens mensais apenas, divulgando seus projetos internos, falando a respeito dos diversos vestibulares, e apresentando noticiários nacionais e internacionais.

Esses agentes sociais, que protagonizaram inúmeras atividades, seja no ambiente interno à AMV ou nos ambientes externos, foram fundamentais para o fortalecimento da AMV, pois, como observa Gohn (2015) sobre essa importância:

Na realidade histórica, os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividade e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2015: 13).

Essa minha hipótese principal da pesquisa refere-se ao processo de inclusão política e social dos/as alunos/as, dos colaboradores e também dos professores, que resultou no aumento de seus respectivos protagonismos como *intelectuais orgânicos*, e que se tornou o objetivo fundamental no desenvolvimento da AMV. Desde sua criação, seus idealizadores reconheciam a importância de buscarem alianças junto a outros movimentos sociais (político-partidários progressistas, companhias de teatro e cinema, instituições populares as mais variadas etc). Essas alianças contribuíam na busca dos objetivos definidos pela AMV e vice-versa. Essas parcerias resultaram na realização de várias atividades extraclasses, como os diversos cursos promovidos, os inúmeros debates, vários seminários, manifestações as mais variadas. Grupos de alunos do projeto passaram a ir a teatros e cinemas, exposições, manifestações políticas, ampliando cada vez mais o *capital cultural* tão distante e negado às parcelas marginalizadas da sociedade.

Muitas alunas, ex-alunas e professoras que atuavam na AMV, também formaram um grupo responsável por promover periodicamente discussões e debates sobre questões de gênero, além de questões étnicas. Esse grupo foi responsável pela realização de oficinas para discutirem com as turmas do projeto. Mesmo após ter sido desativado, o grupo ainda teve bastante influência nas discussões sobre a necessidade de criação de uma Linha de Atuação da AMV e no programa da disciplina Cultura e Cidadania.

A professora Patrícia Barbosa, já apresentada anteriormente, foi bem ativa na articulação com as alunas e ex-alunas nesse enfrentamento, ao citar que:

“Criamos um grupo chamado “Mulheres de Atitude” onde discutíamos questões referentes ao processo de apagamento e silenciamento das mulheres na sociedade, nossas angústias, medos e possibilidades de transformação desse cenário. Lemos e estudamos bastante sobre o tema, acredito que até hoje carregamos muito de tudo que vivenciamos nessas reuniões”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

A ex-aluna Adriana, também já apresentada anteriormente, relatou ter participado de várias dessas iniciativas, afirmando que:

“Considerando que estar na AMV nos possibilitava participar de vários momentos, e também organizar coisas para pensar as nossas trajetórias dentro da universidade e dentro do próprio AMV. (...) consegui estar à frente junto com outras pessoas, do grupo de discussões sobre mulheres negras na AMV. Assumi a Coordenação Coletiva, a criação da Comissão de Biblioteca, realizando o Concurso de Poesia, conduzi coletivamente a Comissão de Cultura e Cidadania”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

A AMV realizou parcerias em suas ações político-pedagógicas junto a dezenas de grupos, associações e *novos movimentos sociais*, destacando-se: a Associação Cultural José Martí; Associação Popular Cultura e Educação (APOCE); Associação Triagem Vestibulares (ATREVE); Centro Cultural Cartola; Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM); Centro de Cultura Proletária (CCP); Cia. dos Comuns; Cia. Ensaio Aberto; Cia. Marginal; CINEMANOSSO; Coletivo 13 de Maio; CRIOLA; Estamos Aqui; Fórum de Educadores Populares; Fórum de Meio Ambiente do Trabalhador; Fórum de Prés Comunitários; Grupo Atobá; Grupo Delas; Grupo Estação; Grupo Tá Na Rua; Grupo Tortura Nunca Mais; Laboratório de Políticas Públicas da UERJ (LPP-UERJ); Mangueira Comunidade em Atividade (MCA); Movimento Consulta Popular; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Ocupação Chiquinha Gonzaga; Ocupação Manoel Congo; Ocupação Quilombo das Guerreiras; Pré-Comunitário de Oswaldo Cruz; Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC, da EDUCAFRO); Vila Isabel Vestibulares (VIVE) e muitas outros mais.

Foram tempos de intensa participação cidadã dos membros da AMV, cidadania que, para Gohn (2015: 18) *“envolve direitos e deveres (diferentemente da concepção neoliberal de cidadania, que exclui os direitos e só destaca os deveres, vendo o cidadão como um mero cliente de um mercado ou um usuário de um serviço prestado)”*. Foram tempos de aumentar o protagonismo da AMV como um *Agente Social Coletivo*, e de seus agentes sociais como autênticos *Intelectuais Orgânicos*, de uma importância fundamental para rechaçar qualquer forma de poder autoritário sobre as classes populares e construir uma cultura realmente popular e crítica. Tornava-se cada vez mais fundamental construir as condições materiais e históricas para transformar de forma efetiva, um discurso em uma prática que, segundo Gramsci (1978), analisa:

É evidente que uma construção de massa de tal gênero não pode dar-se arbitrariamente, à volta de qualquer ideologia, pela vontade formalmente construtiva de uma personalidade ou de um grupo que se prolonga pelo fanatismo das próprias convicções filosóficas ou religiosas. A adesão de massa a uma ideologia ou a não adesão é o modo como se verifica a crítica real da racionalidade e da historicidade dos modos de pensar. As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas da competição histórica, ainda quando, por vezes, por uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, conseguem gozar de uma certa popularidade, enquanto as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico acabam sempre por impor-se e prevalecer mesmo atravessando muitas fases intermediárias em que a sua afirmação se dá apenas em combinações mais ou menos bizarras e heteróclitas (GRAMSCI, 1978d: 37).

Outras atividades complementares às aulas regulares também merecem ser citadas, pois contribuíram para ampliar os horizontes pedagógicos e o capital cultural dos alunos, que contavam com ampla participação dos mesmos, destacando-se:

- Trabalho de campo na Floresta da Tijuca, cuja atividade era realizada conjuntamente com as disciplinas de Biologia, Geografia e Cidadania;
- Visita à Acampamentos/Assentamentos do MST, onde foi possível ver na prática a luta dos assentados pela terra;
- Aula Campo de História e Geografia, caminhando pelo Centro Histórico da cidade do Rio de Janeiro;
- Visitas ao Museu de Astronomia, à Feira da Cultura Nordestina em São Cristóvão, à Casa da Ciência;
- Participação em debates os mais variados então realizados na UERJ;
- Assistir nas Universidades às formaturas de ex-alunos/as da AMV.

Como parte de seu Estatuto, foram definidos como membros ativos do projeto Associação Mangureira Vestibulares, seja como alunos, ou como colaboradores, como professores ou como coordenadores, seguindo os critérios então estabelecidos em assembleias, os que aceitavam e assinavam um “*Termo de Adesão*” (ver nos anexos) que se adequava à legislação vigente respaldada pela Lei do Voluntariado, decretada em fevereiro de 1998 (ver em anexo). Abaixo seguem essas definições:

- **Membros:** Serão considerados membros da AMV as pessoas envolvidas com o projeto (professores, alunos, coordenadores e colaboradores) que se coadunem com o desenvolvimento social da Instituição.
- **Professor:** Participar das Equipes de Disciplina, realizando suas atividades pedagógicas mediante o programa estabelecido pelas mesmas.
- **Colaborador:** Participar da elaboração de atividades na AMV, contribuindo para a consecução do objetivo da Instituição.
- **Coordenador:** Coordenar as atividades da AMV, estando inserido em uma das Coordenações definidas no Estatuto da Instituição, com sua respectiva função.
- **Aluno:** Estar matriculado como tal, participando das atividades da Instituição de forma satisfatória.
- **Comissão Organizadora:** Coordenar as atividades da Instituição quando não houver uma Coordenação Eleita.

Em 2012, como parte da pesquisa de Mestrado de André Werneck, intitulado "*Juventude e Política: o Pré-Vestibular Comunitário como Espaço de Subjetivação*", apresentado ao Departamento de Psicologia da PUC-RJ (Pontifícia Universitária Católica do Rio de Janeiro), e que contou com o apoio da FAPERJ (Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e do GIPS (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa da Subjetividade da PUC-RJ), foi produzido um Documentário (6). Dirigido por Daniel Paes, com a assistência de direção do mestrando André Werneck, com duração de 55 minutos, "*A Resistência dos Vagalumes*" relata o cotidiano da AMV a partir das falas dos agentes sociais envolvidos diretamente com o projeto.

No documentário estão presentes, pelo menos, falas de 13 agentes sociais que se prontificaram a participar de minha pesquisa, respondendo ao questionário apresentado. Seus depoimentos no documentário enfatizam a importância da AMV como um autêntico *intelectual orgânico coletivo*, representante das comunidades da Mangueira e de outras próximas, e dos envolvidos diretamente no projeto. Aborda a democracia participativa que marcou os debates calorosos sobre temas mais variados, como as dificuldades que a AMV enfrentava em seu cotidiano de funcionamento e os rumos traçados e alcançados. Realizado após 21 anos da criação da AMV, o documentário comprova como seus ex-alunos assumiram seus papéis de *intelectuais orgânicos*, como Gramsci afirma ser de fundamental importância para assumirem protagonismos tão necessários às transformações sociais de uma sociedade, como a brasileira, que por séculos sofre a prepotência das elites dominantes.

6. Acesso em 04/03/2024: <https://www.youtube.com/watch?v=MghuM1uOZ10>

III. O MUNDO DA POLÍTICA

3.1. Espírito Prático da Política: Democracia, Estado, Independência e Autonomia

Diante de uma conjuntura nacional e internacional deste início de século XXI que, de forma acelerada, e causando muita surpresa para os defensores da democracia, tem ocorrido o avanço da extrema direita muitas das vezes empunhando bandeiras e defendendo práticas nazi-fascistas, torna-se mais que urgente incentivar os debates sobre a democracia como forma de organização dos Estados. Refletir sobre democracia é buscar analisar as relações entre Estado e Sociedade, debater sobre cidadania, diversidade, cultura e educação, elementos fundamentais e basilares dos movimentos populares.

Assistimos no Brasil nesses últimos anos, em especial sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o avanço dessas forças políticas conservadoras e tipicamente fascistas, que ameaçaram nas suas várias práticas autoritárias, o pleno exercício da cidadania. Ainda refletindo o avanço neoliberal no país a partir dos anos 1990, que promoveu a redução do Estado e o enfraquecimento de suas instituições, o que se tem assistido é cada vez mais a subordinação da sociedade brasileira à economia de mercado. Diante dessa realidade tão adversa para a grande maioria da população, em que as Políticas Públicas voltadas para a proteção social foram esfaceladas, fragilizando as mínimas garantias sociais, não se pode falar em consolidação e triunfo de nossa tão frágil democracia.

Até mesmo o modelo típico da Democracia Liberal e Representativa, nascida com as Revoluções Liberais Burguesas europeias, em que a Revolução Francesa foi seu grande modelo, e que atingiu seu ápice no século XIX, está longe de ser vista no Brasil. Ainda mais que o processo de transição do regime autoritário para a redemocratização da Nova República, ocorrera de forma tutelada pelos que engendraram a ditadura e que, ainda hoje, alguns de seus antigos agentes sociais se encontram à frente de parte da elite dirigente do país.

Na sociedade brasileira, que por séculos viveu o autoritarismo social, pensar numa democracia plena é pensar em relações dinâmicas capazes de assegurar aos cidadãos a igualdade, com respeito às suas diversidades, em que nas relações entre Estado e a Sociedade, e os governos e os movimentos sociais, sejam estabelecidas as metas a serem alcançadas, as ações a serem praticadas, as políticas públicas a

serem implantadas, assim como saber definir quais as instituições que deverão ficar responsáveis pelas realizações.

Ao retornarmos aos clássicos conceitos sobre a relação entre Estado e Sociedade e de Democracia, em que pressupõe o *poder do povo organizado*, suas redefinições servem de inspiração para nutrir as artérias dos inúmeros movimentos sociais organizados. Essas reflexões, aliadas às relacionadas à raça, gêneros e culturas, levam às buscas conceituais acerca do que seja a verdadeira democracia.

Alguns dos estudos que foram desenvolvidos por Gramsci, através dos Cadernos do Cárcere, acerca do papel a ser exercido pelo Estado, basearam-se em sua prática militante e em suas relações com o Estado italiano, como uma pessoa que vivera as agruras de uma Itália recém-constituída como Estado Nação que, diante dos interesses imperialistas de sua classe dirigente, levou o país a ingressar, mesmo que tardiamente, na Primeira Guerra Mundial. Um país que sofrera as sérias consequências do imediato pós-guerra, mas que, influenciado pela possibilidade da revolução proletária mundial advinda da Rússia Soviética, levou o jovem Gramsci a atuar de forma a fazer o sonho do proletariado italiano se concretizar. Também viu florescer e consolidar-se o regime totalitário fascista de Benito Mussolini, o qual combateu arduamente, e que o aprisionou, calou sua voz e ceifou sua militância, mas não o impediu de aprofundar seus estudos na prisão como um exímio intelectual orgânico que foi.

Incansável militante político sindical, partidário e parlamentar entre os anos de 1914 e 1926, ano de sua prisão, Gramsci aprofundou seus estudos e desenvolveu, dentre outros, um novo conceito, o de *Aparelho de Hegemonia*. Preocupado com a formação educacional do operariado italiano, Gramsci buscou diferenciar a típica escola clássica, que promovia as fontes de privilégios voltada para as classes mais favorecidas e dominantes, atuando como um instrumento de hegemonia dessa classe, da escola elementar destinada à classe trabalhadora, levando-o a defender um novo modelo de escola, libertadora, na defesa da livre iniciativa. Nos Cadernos do Cárcere (Nº 2), Gramsci (2001) destaca que:

A diferente distribuição dos diversos tipos de escola (clássicas e profissionais) no território “econômico” e as diferentes aspirações das várias categorias destas camadas determinam, ou dão forma, à produção dos diferentes ramos de especialização intelectual. Assim, na Itália, a burguesia rural produz, sobretudo, funcionários estatais e profissionais liberais, enquanto a burguesia urbana produz técnicos para a indústria: por isso, a Itália setentrional produz, sobretudo, técnicos e a Itália meridional, sobretudo, funcionários e profissionais (GRAMSCI, 2001: 18).

Gramsci não chegou a estudar sistematicamente as várias instituições representativas da sociedade civil, como a igreja, a escola e os sindicatos, mas, mesmo de forma parcial, realizou uma rica articulação e abordagem das práticas políticas.

Althusser já vinha estudando sobre os *Aparelhos Ideológicos de Estado*, que exercem a função de assegurar a reprodução das relações sociais, e observou como eles dificultam em perceber politicamente os vários vínculos entre a base, a superestrutura e a luta de classes. Buscou abordar o conceito gramsciano de hegemonia, discorrendo sobre como os *Meios Ideológicos* da hegemonia da classe dirigente, que se agrupam todos em torno do Estado, estão nas mãos e sob o poder da classe dominante, como os religiosos, jurídicos, morais e políticos.

Gramsci inova em seus estudos e amplia seu conceito acerca do que seja o Estado, seja rejeitando a dicotomia entre campo da reprodução da classe dominante e a constituição de classe que, para ele, esse último extrapola o modelo exclusivo da reprodução, pois acrescenta ao seu conceito de Estado a dupla relação entre Estado e classe e Estado e sociedade.

Gramsci também realizou críticas ao pensador italiano Benedetto Croce, que teria desenvolvido sua teoria da história como um aspecto fundamental para a elaboração de sua teoria política, a do *historicismo*, entre os movimentos do espírito e sobre a afirmação de um momento da política, de seu espírito prático, autônomo e independente que, para Schlesener (2007):

De certo modo, Croce parece se aproximar de um movimento que se constituiu na Itália e que, na opinião de Gramsci, se denominava “liberal” à medida que transformava “a posição especulativa e contemplativa da filosofia hegeliana em uma ideologia política imediata”, fazendo dela um instrumento de hegemonia social. No fundo, se a teoria de Croce transpôs para a prática política italiana a filosofia de Hegel, por outro lado, traduziu para a linguagem especulativa a filosofia de Marx (Gramsci, Q. 10, p. 1229-1230). Dessa forma, Croce fez a mediação entre o pensamento italiano e a filosofia clássica alemã, tanto que, na leitura de Gramsci, para desenvolver a filosofia da *praxis* seria necessário, antes, acertar as contas com Croce (SCHLESENER, 2007: 4).

Gramsci, ao buscar aprofundar seus estudos sobre “A Política como Ciência Autônoma”, retorna à Maquiavel quando esse delineou os princípios fundamentais para a constituição dos Estados Modernos. Chama a atenção para uma série de considerações que devem ser feitas acerca do momento em que Maquiavel elaborava seus estudos, que se apresentava “*estritamente ligado às condições e às exigências de seu tempo*” (GRAMSCI, 1974: 272): as convulsões sociais que

marcavam a Península Itálica à época, em especial na República de Florença; a dificuldade em eliminar os resquícios feudais; o enfrentamento entre as Repúblicas italianas para buscar um equilíbrio interno e entre essas e os Estados europeus que buscavam hegemonia. Gramsci (1974) observava que:

Maquiavel é um homem todo da sua época; e a sua ciência política representa a filosofia do tempo, que tende para a organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um ulterior desenvolvimento das forças produtivas burguesas. Em Maquiavel pode descobrir-se *in nuce* a separação dos poderes e o parlamentarismo (o regime representativo): a sua “ferocia” dirige-se contra os resquícios do mundo feudal, e não contra as classes progressistas. O Príncipe deve pôr termo à anarquia feudal (...) (GRAMSCI, 1974: 273-274).

Para Gramsci, foram as experiências políticas advindas do processo revolucionário francês que teriam contribuído para que Hegel desenvolvesse sua doutrina sobre os partidos e as associações como parte integrante e privada do Estado, e que foram fundamentais para transformar o constitucionalismo em algo mais concreto. Esse modelo de Estado seria o resultado do consenso da sociedade, fruto de sua organização, e não como algo vago e sem sentido. Ainda segundo Gramsci (1974: p. 397) “(...) o Estado obtém e exige o consenso, mas também ‘educa’ este consenso, com as associações políticas e sindicais que, porém, são organismos privados (...)”.

Retornando ao cenário brasileiro, e pensando no difícil processo de se reconstruir o Estado como fruto de um consenso democrático, a consolidação dessas relações só ocorrerá quando se reconhecer e valorizar todos os segmentos sociais, com suas diversidades étnicas e culturais, elementos integrantes e fundamentais das identidades da sociedade brasileira, possibilitando conquistar a igualdade de oportunidades e de tratamento. Dar visibilidade social para os vários grupos que constituem a sociedade brasileira, transformando o processo educativo nesse lugar de debates e reflexões sobre essa enorme diversidade, tem sido um grande desafio dos Pré-Vestibulares Populares, que vai além de possibilitar o acesso da população mais pobre e periférica às carteiras universitárias, prioritariamente das universidades públicas.

Dando continuidade aos relatos dos agentes sociais que participaram do Projeto da AMV, destacando seus protagonismos como *intelectuais orgânicos* que se constituíram, cito a fala da ex-aluna Joli Alessandra, formada em Pedagogia pela UERJ, hoje professora dos municípios do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, e

militante do SEPE, acerca da importância da AMV nesses debates políticos, afirmando que:

“O AMV é o movimento mais importante que participei. O Mangureira fazia um processo de formação política, onde todos participavam de forma direta e democraticamente, com um prática de participação de todas as instâncias. Estar em algum momento em todos os cargos de um movimento faz a formação dos indivíduos.

A minha formação política se inicia no AMV, se expande nele e continua, como ele continua em todos os participantes.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

Suas lutas durante o processo de redemocratização do Brasil, ao lado dos demais movimentos sociais, fizeram com que seus protagonismos deixassem de ser invisíveis. Ao promoverem fóruns de debates sobre política, ética, economia, desigualdades sociais, participação cidadã, relações sociais e raciais, os Pré-Vestibulares Populares continuam a contribuir enormemente para o processo de construção da tão almejada democracia brasileira, ao colocarem não apenas o sistema educacional brasileiro em questão.

Também formada em Pedagogia, pela UFF, a ex-aluna Karla da Silva ratifica essa formação política possibilitada pela AMV ao afirmar que:

“A AMV foi um espaço de muito aprendizado para mim, me possibilitou a ampliação de conhecimentos sobre as diversidades, sobre os conflitos sociais, políticos e econômicos, me auxiliando na construção de minha identidade ao ampliar a discussão sobre gênero, raça e classe. Sua importância afetou minha vida no aspecto pessoal, profissional e social, pois os aprendizados adquiridos influenciam minhas ações e decisões até hoje. Ter tido a oportunidade de estabelecer vínculos tão saudáveis e de amadurecimento foi único. Hoje sou grata pelas amizades de mais de 20 anos adquiridas na AMV. Me tornar amiga de professores ressignificou a relação professor/aluno.” (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

A ex-aluna Ludmila de Lis Lima, formada em Letras e Literatura pela Universidade Veiga de Almeida após conseguir 100% de bolsa através do Programa Universidade Para Todos (Pro-Uni), é assessora da escritora Conceição Evaristo desde 2017, e fala dessa importância da formação política também adquirida na/no AMV:

“O AMV me deu tudo. A visão, o olhar atento e cheio de questionamentos, o entendimento de classe, a atenção ao discurso do opressor. Me ensinou a perceber as estratégias dos poderosos para anular nossa participação na sociedade, a política e seus meandros. Me ajudou a votar melhor, a ser melhor, a lutar pelo mundo e por todos a minha volta. Me fez entender o significado da palavra justiça e me educou para a vida.

Sempre me considerei uma pessoa política. Sempre atuei nos movimentos sociais ligados às classes trabalhadoras, no movimento negro e nas ações de luta contra o racismo e a discriminação aos indivíduos dissidentes. (Como assessora da Conceição Evaristo) estive em 4 países por diversas vezes, mais de 11 estados, em grande parte do estado do RJ, SP e Minas Gerais. Escrevi alguns livros, fiz o mestrado em Relações Étnico-Raciais no CEFET-RJ, e sigo acreditando que o mundo melhor é aquele que fazemos!”

(Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

São esses protagonismos sociais e políticos assumidos pelos vários agentes sociais envolvidos no projeto desenvolvido pela AMV, que ratifica a tese defendida por Gramsci sobre a definição de um intelectual orgânico.

Segundo depoimento do professor Leon, que iniciou na AMV ainda recém-formado em Geografia, a importância política da AMV foi fundamental, pois:

“Estando no último ano da faculdade, estava bem perdido, não querendo dar aula em escola particular e não sabendo quando teria concurso para escola pública, aí achei o AMV, fundamental para a minha formação enquanto geógrafo e enquanto comunista. Ali aprendi o verdadeiro sentido dessa palavra COMUNISTA.

Comecei em 1991, dando aula juntamente com o Chinelo (professor de Geografia Paulinho), com o Marquinho e com o falecido Naílson. Lá fiquei até o fim do projeto”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

No Brasil atual, ainda vivendo um difícil processo de consolidação do Estado Democrático de Direito que, diante das inúmeras provas das tentativas golpistas envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro, de seus aliados políticos e de boa parte do primeiro escalão de seu governo, e que se deve avançar para a fase da punição dos envolvidos, ainda temos muito que caminhar para apresentar alternativas viáveis a esse projeto de precarização e desumanização das relações em nossa sociedade, ainda marcadamente desigual.

Concluo mais essa etapa dos depoimentos colhidos junto aos ex-alunos da AMV, citando a comovente fala de Marlúcia Barbosa, formada em Serviço Social pela UERJ, acerca do processo de formação política desenvolvido pelo projeto:

“A AMV para mim foi um divisor de águas. A AMV me possibilitou ter outras formas de pensar, de coletivizar, onde entendi que era parte integrante desse sujeito, de um grupo social desfavorecido, socialmente falando. Quando me apropriei dessas informações não sou mais a Marlúcia que só queria passar pela Universidade, mas sim ocupar, pois a AMV me deu essa base social de pertencimento de classe, da favela, não me envergonhando mais por ser favelada, não me escondendo. Passo a entender que sou favelada por que faço parte dessa classe que precisa lutar por espaço, por direitos e por tantas outras coisas que, inicialmente, não via esse lugar. A AMV não foi só um Pré-Vestibular que te dava letramento apenas como a Gramática te ensina, mas sim um letramento de classe, social, de vida, racial, onde me enxergo como mulher negra. Não queria ser só aluna e me sentia tão integrada que passei a fazer parte da Coordenação, antes de ingressar na Universidade, das Aulas de Cultura e Cidadania, da organização do espaço. Eu fiz parte desse coletivo, desse movimento social, entendendo que eu também estava já ocupando, tendo privilégios de informação que me levava a retornar pros meus grupos, de familiares, amigos, que não é algo fácil, pois cada um tem seu momento de crescer e de pensar, de visitar. Mas minha gana era tanta que eu queria que todos ao meu redor se modificassem assim como eu estava me modificando.”

(Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

Num *Seminário Sobre Alternativas ao Neoliberalismo*, realizado na cidade de Porto Alegre em fevereiro de 2002, o cientista político César Benjamin discorreu sobre as possibilidades de se construir um modelo de desenvolvimento alternativo para o Brasil, num momento em que as críticas ao neoliberalismo estariam bastante desenvolvidas sem, no entanto, estar tão claro e definido a proposição de um projeto alternativo.

Benjamin (2002) falou de quatro frentes necessárias de mudanças, fundamentais para alterar a correlação de forças sociais, e fazer com que a sociedade brasileira deixe de ser subordinada às classes dirigentes, aos seus interesses então hegemônicos. Apenas aprofundando a democratização nessas quatro frentes, segundo ele, será possível promover essa necessária correlação de forças: a democratização da terra, a democratização da riqueza, a democratização da informação e a democratização da cultura que, segundo ele:

Precisamos democratizar a cultura (...). O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior patrimônio de um povo é sua cultura. É a cultura que lhe permite expressar melhor conceitos e sentimentos, explorar as potencialidades de sua língua, reconhecer sua identidade, exigir mais direitos, aumentar sua capacidade de organização, comunicar-se melhor consigo mesmo e com outros povos, aprender novas técnicas, ter acesso ao que de melhor a humanidade produziu na ciência e na arte. Eis a quarta democratização necessária, que exige transformar a disseminação do aprendizado em prioridade nacional, revitalizar a escola pública, devolver dignidade ao ofício de ensinar, incrementar um processo intensivo de estímulo à criação e à difusão do saber, para que os avanços mundiais da ciência e da técnica sejam assimilados, reprocessados internamente e integrados em um acervo nacional de conhecimentos e práticas (BENJAMIN, 2002: 14).

3.2. Os Intelectuais Orgânicos Segundo Antônio Gramsci

Antônio Sebastiano Francesco Gramsci nasceu na Sardenha em 1891, localizada em pleno Mar Mediterrâneo, fora da Península Itálica, no recém-criado Reino da Itália, que ainda se construía como um Estado Nacional de formação tardia. Foi sob a liderança política do Reino de Piemonte, então em pleno desenvolvimento econômico e industrial à época, e que já possuía uma burguesia em plena consolidação, que ocorreu o longo, difícil e belicoso processo de Unificação, consolidado apenas em 1870.

O historiador Eric Hobsbawm, considerado o pensador contemporâneo que mais teria contribuído para a compreensão dos conceitos de *Nação*, de *Nacionalidade* e de *Nacionalismo*, alertava para os riscos que se pode cometer quando se reduz demais os critérios que se deve levar em consideração ao se tratar do tema. Os nacionalismos e as nacionalidades presentes no caso italiano, tal como ocorrera no caso da unificação tardia alemã, não deve fugir à regra. Para Hobsbawm (1998), para uma melhor compreensão dos temas, deve-se considerar que:

As tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência de nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram 'nações' e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, a história comum, os traços culturais comuns e outros mais. (...) Todas as definições objetivas falharam pela óbvia razão de que (...) sempre é possível descobrir exceções. (...) os critérios usados para esse objetivo são em si mesmos ambíguos, mutáveis, opacos (...) (HOBSBAWM, 1998: 14-15).

Foi nessa Itália que se formava com sua burguesia ávida pela consolidação de seus interesses econômicos internos e externos, em que apenas a sua elite mais instruída, que não ultrapassava os 2,5% de toda a população da Península, buscava uma unidade através da língua italiana, que o jovem Gramsci deu seus primeiros passos como um exímio observador político e social.

Gramsci, quando jovem, viu sua família passar por dificuldades financeiras, situação agravada pela prisão de seu pai por, pelo menos, cinco anos, condenado por crimes como peculato e falsidade ideológica. Esse ambiente familiar e comunitário foi fundamental em sua formação política, haja vista ter presenciado mais de perto diversos problemas sociais que afligiam a população mais pobre e trabalhadora da Sardenha. Gramsci, ainda com 17 anos, conseguiu por seus méritos intelectuais uma bolsa para estudar história, filosofia e filologia na Universidade de

Turim que, como parte do Reino de Piemonte, viveu um acelerado processo de industrialização e urbanização.

No caso específico do histórico movimento conhecido como Risorgimento (como ficaram conhecidos os vários momentos ocorridos na Península Itálica, entre 1815 e 1870, que resultaram na sua unidade política e administrativa), a unidade nacional deu-se em favor de Piemonte, então a região mais industrializada, com uma poderosa burguesia que conseguiu impor seu modelo de desenvolvimento e organização do novo Estado italiano. Já nas primeiras décadas do século XX, no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, no momento em que as influências soviéticas ainda se faziam presentes na Península em crise, mais precisamente em 1920, Gramsci retoma suas preocupações e estudos sobre o papel dessa burguesia que, diferente do ocorrido em outros países europeus, acabou não se aliando ao setor agrário, e nem criou um caminho democrático e constitucional na organização do Estado, assim citado por ele:

O estado italiano jamais foi democrático, e sim despótico e policial (um único poder, o governo, com um corpo consultivo, o Parlamento); ele sempre foi uma ditadura exercida pelos industriais contra a classe operária e contra as massas camponesas (GRAMSCI, 1976: 239).

Considerado um complexo e polêmico pensador, Gramsci foi um linguista, filósofo, escritor e um ativista militante de formação marxista, que aderiu em 1913 ao partido socialista italiano, partindo para a defesa política de um espectro socialista da sociedade. Sua adesão ocorrera tanto pelo que viveu na Sardenha quanto pelos seus estudos pessoais, associado ao ativismo que assistia com o movimento operário de Turim. Logo a seguir buscou aproximar-se das inúmeras correntes revolucionárias ligadas ao internacionalismo operário, com destaque para o movimento bolchevique. Gramsci tratou de traduzir os escritos feitos pelo líder revolucionário russo Lênin, bem como as publicações feitas pelo Partido Bolchevista, que passavam a ser debatidas e discutidas junto ao operariado italiano em seus locais de trabalho. Já nessa época, Gramsci realizou sérias críticas aos reformistas, o que contribuiu para a formação da ala revolucionária do Partido Socialista Italiano (PSI).

Nessa época que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, o partido (PSI) passou a ser, predominantemente, dirigido pelas lideranças marxistas. Nessa linha de atuação, Gramsci (1976) em seus *Escritos Políticos*, falava de forma assertiva da necessidade de se organizar a classe trabalhadora italiana, dizendo que:

Não sabemos nunca o que os nossos camaradas poderão fazer amanhã; estamos desabitados de pensar concretamente e, por isso, não sabemos fixar o que se deve fazer amanhã e se o sabemos por nós, não o sabemos pelos outros que são camaradas de luta, que deverão coordenar os seus esforços aos nossos esforços.

Na complexa vida do movimento proletário falta um órgão, sentimos que falta um órgão. Deveria existir, paralelamente ao jornal, às organizações econômicas, ao partido político, um órgão de controle, desinteressado, que fosse o fermento perene de vida nova, de análise nova, que favorecesse, aprofundasse e coordenasse as discussões, fora de todas as contingências políticas e econômicas (GRAMSCI, 1976: 170).

Sua aprendizagem política ocorreu em plena Primeira Guerra Mundial, período em que atuou como jornalista e crítico literário, alternando-se nas observações sobre o movimento sindical liderado pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) e sobre as atividades que eram promovidas pelo Partido Socialista Italiano. Terminada a Guerra, Gramsci foi responsável pela criação de dois jornais periódicos, com a função explicitamente educativa voltada para o operariado: o *Ordine Nuovo* e o *Unità*. Na preocupação educativa defendida por Gramsci, a formação dos quadros políticos dirigentes do país diferenciava-se da formação técnica e profissional voltada apenas para o mundo do trabalho, pois, segundo Monasta (2010):

A análise de Gramsci era diferente sobre esses problemas, sem cair, porém, na arrogância positivista de considerar que os problemas humanos podiam ser resolvidos pela ciência e tecnologia, nem tampouco na ilusão idealista da “independência” da vida intelectual e cultural com relação aos condicionantes econômicos e políticos. Gramsci considerava, ao contrário, que o vínculo entre a organização do trabalho e a organização da cultura representava a nova “cultura profissional”, a nova preparação técnica e profissional necessária para a mão de obra (desde o trabalhador especializado até o administrador), para esta controlar e dirigir o desenvolvimento industrial e também a nova sociedade que esse desenvolvimento, inevitavelmente, criava (MONASTA, 2010: 14-15).

As conjunturas nacional e internacional que marcaram o ingresso de Gramsci na seara da disputa política foram marcadas pelas rivalidades imperialistas envolvendo as principais potências à época, levando-as a uma corrida armamentista e à formação das duas principais alianças político-militares que protagonizaram a Primeira Guerra Mundial (1914-18): a Tríplice Aliança e a Tríplice Entente. O Estado Nacional italiano fazia parte da Tríplice Aliança, que reunia as nações de formações e desenvolvimentos industriais tardios que, portanto, sentiam-se prejudicadas com a partilha imperialista. Essa Aliança era liderada pela Alemanha, sob o *Segundo Reich*, então comandado pelo Chanceler Otto Von Bismarck que, diante do fracasso de sua diplomacia que buscava promover uma nova divisão dos mercados mundiais, viu na guerra a saída necessária para que a Alemanha se posicionasse como a potência que passava a ser. E foi essa guerra que ratificou seus interesses

nitidamente imperialistas, como identificados na reunião da Internacional Socialista, ocorrida na cidade suíça de Zimmerwald, em plena Guerra Mundial:

Após um ano de massacre, o caráter imperialista da guerra cada vez mais se afirmou; essa é a prova de que suas causas encontram-se na política imperialista e colonial de todos os governos responsáveis pelo desencadeamento desta carnificina. [...] Hoje, mais do que nunca, devemos nos opor a essas pretensões anexionistas e lutar pelo fim desta guerra [...] que provocou misérias tão intensas entre os trabalhadores de todos os países (CONFERÊNCIA DE ZIMMERWALD - 5 a 8 de setembro de 1915) (apud JANOTI, 1992).

Os comunistas internacionalistas teceram uma série de críticas a essa guerra imperialista e tão devastadora, fato que interferiu nas decisões dos vários partidos comunistas diante do apoio e participação que o operariado deveria dar ao conflito. Diante da Guerra que começara e, posteriormente, do ingresso da Itália no conflito, Gramsci, que se opunha a essa posição italiana, intensificou suas duras críticas à postura de grande parte dos intelectuais italianos que, ao defenderem o nacionalismo, pelo menos até o ano de 1915, eram favoráveis ao intervencionismo estatal, e que a maioria deles acabou capitulando e, posteriormente, aderindo ao Estado Fascista italiano, em especial os intelectuais que se encontravam descolados do movimento operário italiano, como atesta Buci-Glucksmann (1980) ao falar que:

A crítica ao “nacionalismo dos intelectuais” não está ligado a um universal abstrato; ela deve ser *política* e explicar politicamente a gênese do nacionalismo, suas razões estruturais: “A guerra precisamente demonstrou que essas posições nacionalistas não eram ocasionais, nem se deviam a causas intelectuais (erro lógico). Elas eram, e continuam sendo, ligadas a um certo período histórico, em que a união de todos os elementos nacionais pode conduzir à vitória” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: 61).

No caso da participação italiana no conflito mundial, é importante destacar que, quando ocorreu seu ingresso na Guerra Mundial, quando já se encaminhava para a sua fase final, ficaram ainda mais evidentes os verdadeiros motivos e interesses imperialistas responsáveis pela eclosão do conflito mundial, haja vista a Itália ter ingressado ao lado da Entente, pois a Inglaterra prometera ceder áreas coloniais para satisfazer seus interesses expansionistas. Gramsci e outras lideranças sindicais chegaram a liderar uma greve operária na cidade de Turim entre os dias 23 e 28 de agosto do ano de 1917, defendendo além da não participação da Itália no conflito, que a Primeira Guerra Mundial chegasse ao fim. Nesse momento Gramsci foi eleito secretário da seção da cidade de Turim do Partido Socialista Italiano.

Foi nessa Itália bastante destruída pela guerra, mesmo tendo atuado ao lado dos vencedores, e bastante descontente com o não cumprimento das promessas inglesas, que o movimento operário italiano cada vez mais passava a ser dirigido

pelas correntes marxistas. Greves e ocupações de fábricas aumentavam as ameaças à propriedade capitalista. Foi nessa fase da vida de Gramsci que a influência do leninismo ganhou força, haja vista a “Revolução Mundial” parecia estar cada vez mais próxima, a partir da vitória revolucionária então protagonizada pelos *soviets russos*, e Turim reunia algumas condições necessárias, como relata Bucí-Glucksmann (1980):

É em Turim, cidade moderna, industrial, de meio milhão de habitantes, entre os quais oitenta mil assalariados, uma cidade onde “a atividade capitalista palpitava no enorme turbilhão de fábricas ciclópicas”, onde a humanidade se divide em duas classes bem claras, que a revolução de 1917 “surpreende” Gramsci. É preciso lembrar o caráter excepcional de Turim na Itália para compreender todo o alcance político de um acontecimento que foi acolhido “com uma alegria indescritível”: “Os operários choravam de emoção ao saberem que o poder do czar havia sido derrubado pelos trabalhadores de Petrogrado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: 162).

Diante do perigo do *contágio vermelho*, em especial nos países derrotados na Primeira Guerra Mundial e penalizados pelos Tratados de Paz, o temor das burguesias capitalistas só aumentava. A *Revolução de tipo Soviética* expandiu-se pela Europa destruída pela Guerra, mesmo diante da *Política do Cordão Sanitário* imposta à nascente URSS.

Gramsci, seguindo o modelo soviético de organização da classe trabalhadora, sabia da importância da unidade dessas forças sociais, sob a vanguarda revolucionária exercida pelo PCI. Em seus *Escritos Políticos*, Gramsci (1976) destacava a importância desse momento histórico para a classe operária italiana afirmando que:

O mundo aproximou-se de nós, mecanicamente, por impulsos e forças que nos eram estranhos. Inconscientemente, muitos veem em nós a salvação. Éramos os únicos que preparávamos um futuro diferente, melhor do que o presente. Todos os desiludidos, mais especialmente toda a enorme multidão que três anos de guerra conduziu à luz da história, motivaram um interesse pela vida coletiva, esperam de nós a salvação, a ordem nova. Foi suscitada uma crise espiritual enorme. Necessidades inauditas despontaram em quem, até ontem, não tinha sentido outra necessidade que não fosse a de viver e de nutrir-se. E isto precisamente no momento histórico — como, de resto, necessariamente devia suceder — em que se verifique a maior destruição de bens que a história registra, aqueles bens que, só eles, podem satisfazer a maior parte daquelas necessidades (GRAMSCI, 1976: 168-169).

No caso da Itália, que ficara descontente com o desfecho do conflito mundial, ao tentar seguir o exemplo da tentativa revolucionária alemã assim que era derrotada na Guerra, a Liga Espartaquista, liderada por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, entre os anos de 1918 e 1919, a reação capitalista não tardaria a ocorrer. Foi nesse contexto de aprofundamento dos antagonismos sociais, bastante propícios à luta

revolucionária, que a burguesia capitalista italiana passou a financiar os grupos paramilitares, o braço armado das falanges fascistas, e que eram engrossados pelas massas de ex-combatentes de guerra, na repressão ao operariado. O reacionarismo contrarrevolucionária saía vitorioso.

O Gramsci ativista político ganhou destaque no enfrentamento a esses movimentos reacionários que varreram, principalmente, as áreas mais urbanizadas e industrializadas italianas, onde o cenário ficava mais propício para a atuação das milícias de extrema direita fascistas.

Diante dessa conjuntura de crise do imediato pós-Guerra, que tanto alimentava e fortalecia os projetos ultranacionalistas fascistas, sob a liderança de Benito Mussolini, a luta política acirrava-se. Parte significativa dos intelectuais italianos, diante da ascensão do Estado fascista, viu no fortalecimento da autoridade do Estado a saída para normalizar esse cenário caótico de crise, pois, segundo avalia Buci-Glucksmann (1980):

Nesse período da crise do Estado liberal, a maioria (dos intelectuais italianos) via na participação dos fascistas no governo um simples meio para uma normalização posterior, restabelecendo a autoridade de um *Estado forte*. Em 1926, após as leis de exceção, enquanto centenas de comunistas são presos, “a maioria aceitou o fato consumado”. Nacionalismo, culto da ordem, da autoridade, do Estado forte, antiparlamentarismo, desprezo, ou até ódio do proletariado, apoliticismo ou romantismo rasteiro, contribuíram para alimentar essa “ideologia camaleão” e eclética que será a ideologia fascista (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: 65).

O Fascismo italiano, sob o comando do líder da Falange Fascista conhecida como *Camisas Negras*, Benito Mussolini, chegou ao poder em 1922, após a *Marcha Sobre Roma* (28/outubro/1922), consolidando o Estado de tipo Totalitário quatro anos após, em 1926. Ao assumir o governo em 1922, Mussolini abandonou de vez qualquer caminho democrático na tentativa de encontrar as soluções para os graves problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e educativos que o país, mergulhado numa grave crise, passava.

Em 1924 Gramsci ajudou a fundar o PCI (Partido Comunista Italiano), primordial para fazer oposição ao governo fascista de Mussolini que, sob esse Estado Totalitário, intensificou as perseguições e prisões aos considerados inimigos do Estado. As principais lideranças oposicionistas, comunistas ou não, foram presas. Então como deputado da Assembleia Nacional italiana e exercendo o cargo de Secretário Geral do PCI, logo após a decretação pelo governo fascista de Mussolini da proibição do partido, Gramsci foi conduzido à prisão no dia 8 de novembro de

1926, sem nem mesmo considerarem o direito à imunidade parlamentar que possuía.

Em 1927 António Gramsci foi condenado a cumprir uma pena de reclusão de 20 anos, acusado de ter liderado um complô contra a segurança do Estado, e só foi libertado, condicionalmente, apenas em 1934, pois sua saúde encontrava-se bastante debilitada. António Gramsci veio a falecer em 27 de abril de 1937, quando havia completado 46 anos.

Obstinado em transformar o presente, Gramsci sabia que, para tal tarefa, tornava-se fundamental identificar as origens, a gênese de seus problemas. Aprofundando as questões que envolviam de forma a se cruzarem a criação e a atuação do Partido Comunista e a atuação dos intelectuais, o fascismo sempre aparecia nesse embrião que estava sendo gestado, transformando a luta antifascista na luta diária, como afirmava Gramsci (1966):

Tal como ele se apresenta na Itália, o Fascismo é uma forma particular da reação burguesa, relacionada com as condições históricas específicas da classe burguesa em geral, e com as de nosso país em particular (GRAMSCI, 1966: 6).

Para ajudar a entender as origens do nacionalismo defendido pelas burguesias europeias, que cimentaria a estrada para a consolidação do projeto fascista de Estado nas primeiras décadas do século XX, deve-se buscar compreender a conjuntura polarizada que marcou a Europa Ocidental a partir de meados do século XIX quando, a partir de uma profunda análise da realidade social em que viveram, Karl Marx e Friedrich Engels perceberam que a sociedade burguesa e capitalista que se consolidava era dinâmica e bastante contraditória. Os avanços tecnológicos e científicos permitiam o domínio sobre a natureza, gerando o progresso e o enriquecimento da classe dirigente burguesa, enquanto a classe operária cada vez mais era explorada e empobrecida. Portanto, tornava-se fundamental estudar os fatores materiais geradores dessas desigualdades e dos antagonismos de classe, bem como a forma que os bens eram produzidos, para poder compreender a sociedade e explicar sua evolução que, para Marx e Engels (1978):

A sociedade moderna burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão e novas formas de lutas em lugar das velhas. No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam - a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 1978: 93).

O avanço da mobilização operária a partir do Manifesto Comunista (1848), que defendia o caráter internacionalista do movimento operário frente ao processo de globalização capitalista, em bases imperialistas, levou as burguesias a fortalecerem seus ideais nacionalistas, peças fundamentais nos processos das *Unificações Tardias* da Alemanha e da Itália, como já abordado anteriormente. Esse ideário nacionalista defendia a formação de Estados Nacionais fortes e autoritários, ao estilo da *Via Prussiana*, sob a organização política de reinados parlamentaristas, como se estruturaram a Alemanha de Bismarck e a Itália de Cavour que, por sinal, irão resgatar essa bandeira nacionalista levada aos extremos no processo de gestação de seus regimes totalitários fascistas posteriormente.

O Liberalismo político clássico que nascera fruto das Revoluções Liberais responsáveis pela destruição das monarquias absolutistas, pegando como exemplos as pioneiras Revoluções Inglesas do século XVII e a clássica Revolução Francesa que teve início em julho de 1789, cada vez mais cedia terreno para formas autoritárias de organização do Estado, derrotando os valores humanistas, racionalistas e otimistas então esperados. É no decorrer desses processos históricos que as burguesias nacionais dirigentes, vão impondo aos seus respectivos Estados Nacionais a defesa de modelos conservadores e cada vez mais antidemocráticos de organização política. A Primeira Guerra Mundial, que resultou das rivalidades geradas pela Partilha Imperialista, pôs tudo a perder do que ainda restava do Liberalismo Político Clássico, como pode ser demonstrado aqui por Buci-Glucksmann (1980) ao afirmar que:

O fim do século XIX e o início do século XX efetivamente deram origem a um “novo liberalismo”, que proclamou abertamente que não cabia confiar nas massas, que elas deviam ser guiadas por uma elite política. O desenvolvimento do movimento operário, o perigo que ele poderia representar para a hegemonia parlamentar da burguesia, perigo já previsto por Engels, provoca um desaparecimento progressivo dos aspectos mais “democráticos” do liberalismo burguês”, e o desenvolvimento de um liberalismo dos “moderados”, de um liberalismo conservador pronto a acolher um “Estado forte” em caso de perigo. Fenômeno que, de resto, ultrapassa o simples contexto italiano (BUCI-GLUCKSMANN, 1980: 72).

Os parceiros e companheiros de prisão que debateram e travaram profundas discussões políticas com Gramsci, sempre afirmavam que ele jamais procurou tratar de assuntos abstratos, separados e isolados da vida das sociedades, tornando ilusório tentar separá-lo de sua época, de sua ligação com a causa revolucionária, de sua prática política como um autêntico comunista. Seu grande projeto de se pensar a filosofia global foi buscar aprofundar a filosofia marxista e reinterpretar a

filosofia da prática revolucionária leninista. Desde o início de sua militância política Gramsci buscou o caminho do marxismo revolucionário, unindo filosofia e política. Esses seus olhares o levaram já em seus primeiros estudos a criticar os intelectuais tradicionais, pois os via sem que possuíssem as tarefas necessárias e adequadas a suas capacidades, que permitiria provar seus intelectualismos.

Foi no longo período que passou na prisão que Gramsci aprofundou seus estudos, escrevendo e reunindo suas ideias nos *Cadernos do Cárcere* e nas *Cartas do Cárcere*. Em relação aos estudos que o levaram à definição e conceituação do que viria ser um *Intelectual Orgânico*, de forma bem consciente, fugindo da concepção tradicional, ele buscou ampliar o conceito de intelectual, num primeiro momento, para além de seu campo da erudição e do academicismo. Para ele, o intelectual pode ser qualquer pessoa que consiga exercer um papel, uma função diretiva, no amplo universo cultural e político, disputando o convencimento das pessoas, independente de seu grau de instrução ou formação acadêmica. Ou seja, qualquer pessoa, independente também de sua posição social pode, no exercício de sua práxis, assumir o papel de um intelectual. Já em relação aos que se aproximam das classes dirigentes, então responsáveis pela elaboração das ideologias das classes dominantes, Gramsci os denomina de “intelectuais puros”.

Esses “intelectuais puros”, ao liderarem o conjunto dos intelectuais de seus respectivos países, vão se servir em parte da filosofia da práxis para buscar fortalecer e proteger suas concepções ideológicas que, para Gramsci (2001):

Pode-se observar, em geral, que as correntes que tentaram combinações da filosofia da práxis com tendências idealistas são, numa parte muito grande, de intelectuais “puros”, ao passo que a corrente que constituiu a ortodoxia era de personalidades intelectuais mais acentuadamente dedicadas à atividade prática e, portanto, mais ligadas (por laços mais ou menos extrínsecos) às grandes massas populares (o que, de resto, não impediu a maioria de fazer piruetas não destituídas de importância histórico-política) (GRAMSCI, 2001: 34).

Ao aprofundar ainda mais seus estudos conceituais, Gramsci situa o *Intelectual Orgânico* como um agente transformador em sua época histórica de ação, haja vista os considerados *intelectuais tradicionais* o terem sido em seu contexto passado, a exemplo do corpo eclesiástico ligado à Igreja Católica que, por séculos, exerceu o pleno controle político, econômico, cultural e ideológico sobre a sociedade europeia ocidental. Sua visão mais ampliada acerca da definição dos *Intelectuais Orgânicos* extrapola o campo da ação político-partidária, do militante sindical ou comunitário, pois, mesmo nas mínimas esferas de relações sociais, como numa empresa, numa

comunidade de camponeses ou numa escola, o *Intelectual Orgânico* assume esse papel de direcionar as ações em cada um desses universos relacionais, tornando-os predominantes em cada um desses universos de ações. Para ele esses *Intelectuais Orgânicos* assumem um papel fundamental no processo de construção de uma legitimidade política, pois, ao atuarem em vários espaços, serão os agentes responsáveis pela circulação de suas ideias, exercendo uma grande influência sobre a opinião pública.

Pensar na categoria social dos intelectuais é pensar num seletivo grupo de pessoas que acaba assumindo o papel dos responsáveis por construir a hegemonia de cada respectiva época. Gramsci promoveu uma rica reflexão marxista acerca do papel dos intelectuais no século passado, aprofundando os estudos já realizados por Lênin, que liderara a maior experiência até então de uma Revolução Proletária. Em seu trabalho intitulado “Os intelectuais e a organização da cultura”, Gramsci renovou os estudos e os caminhos que já vinham sendo traçados, passando a desenvolver uma concepção bastante original sobre o papel então exercido pelos intelectuais na organização da produção cultural, pois, segundo ele:

Por intelectual, cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública (GRAMSCI, 2001: 43).

O olhar gramsciano inovador sobre o papel do intelectual, extrapola a análise feita pelo marxismo ortodoxo em que o cerne das transformações se encerra na luta de classes e em seus impactos sobre a produção de ideias, na geração de novos hábitos e valores. A histórica luta de classes não se reflete de forma imediata e direta sobre as formas simbólicas na sociedade, mas sim de maneira mediada, sem que apenas os intelectuais burgueses e o proletariado atuem de forma monolítica, promovendo a cisão no diverso e amplo bloco da cultura, segundo Gramsci.

A interpretação gramsciana amplia a dinâmica sociológica e classista, valorizando a incorporação dos conceitos da divisão social do trabalho e do conhecimento. Para ele a divisão entre o trabalho manual e o espiritual gera a categoria de letrados que busca se posicionar, de forma ilusória, acima das demais classes sociais então em disputa na sociedade. Nesse ponto, como já afirmado anteriormente, Gramsci inova bastante ao ampliar sua visão sobre o papel do intelectual, que pode ser exercido por qualquer pessoa em seu respectivo convívio social, desde que assuma o papel de dar a direção aos grupos sociais dos quais fazem parte.

Sempre se procurou formar um grupo social especializado e responsável pelo desempenho de funções culturais ao longo da história. Gramsci procurou analisar de forma inovadora dentro do pensamento marxista, que se faz necessário distinguir as funções exercidas pelos intelectuais na comparação com os outros grupos sociais, considerando-se a complexidade das relações sociais em que o grupo de intelectuais se encontra. Ou seja, é no conjunto das relações sociais que, segundo ele, se pode categorizar as funções exercidas pelos intelectuais, e não num olhar apenas para dentro do exercício de suas funções pois, segundo Gramsci (1982):

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é "mediatizada", em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os "funcionários". Poder-se-ia medir a "organicidade" dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima) (GRAMSCI, 1982: 10).

O questionamento fundamental levantado por Gramsci refere-se à dúvida que alguns pensadores levantavam quanto aos intelectuais constituírem um grupo social autônomo e independente. Para ele este fato ocorre, no entanto, todo grupo social possui a capacidade de criar seu próprio grupo especializado de intelectuais. Ou seja, constata-se a existência da dupla natureza de todo processo cultural, de duas linhas de ações, a que a relaciona ao mundo do trabalho e a que relaciona à cultura como exercício do poder e que, ainda segundo Gramsci, elas não se apresentam de forma dissociada uma da outra.

Quanto aos intelectuais orgânicos identificados por ele, os mesmos assumem a responsabilidade de administrarem o poder hegemônico então exercido pelas classes dominantes. No caso do sistema capitalista, a classe burguesa dominante, proprietária dos meios de produção, carrega consigo vários intelectuais orgânicos especializados em suas várias funções sociais que, dentro da engrenagem empresarial, determinam a hegemonia do sistema.

Quanto mais complexa a sociedade vai se constituindo, vão surgindo cada vez mais novas categorias sociais responsáveis por planejamentos, programações, controles e, principalmente, a divulgação das novas ideias que tenderão a consolidar o poder hegemônico da respectiva classe dominante.

Gramsci define essas várias categorias sociais como intelectuais tradicionais, que são preexistentes aos processos históricos de mudanças, pois surgiram nas estruturas econômicas e sociais anteriores, pois suas funções tendem a ser de

preservar, de dar continuidade ao exercício de seus papéis, que resultam de um trabalho acumulado ao longo dos tempos. Esses grupos chegam a se considerar, de forma bastante equivocada, independente das classes sociais privilegiadas e dominantes, como analisa Gramsci (1982):

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista "ideológica" dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982: 8-9).

Essa categoria formada pelos intelectuais tradicionais constituiu, por exemplo, o corpo burocrático que, à época da formação dos Estados Nacionais Modernos europeus, ocorrido no início da Época Moderna, tornou-se fundamental para a administração do poder público sob o poder real e de toda a sua corte sustentada pelo Estado. Esse exercício do poder burocrático pode se manifestar de, pelo menos, duas formas: seguindo a via da legalidade e funcionando dentro das várias instâncias de um Estado, ou através do poder paralelo da pressão de cada um desses segmentos burocráticos.

Como já analisado anteriormente, a divisão entre os intelectuais orgânicos e os tradicionais não se dá de forma tão certa e esquemática, haja vista a presença de seus entrelaçamentos de funções, fruto de suas dinâmicas sociais, presentes nos vários contextos históricos.

Durante o longo Período de Transição feudal-capitalista na Europa Ocidental (entre os séculos XIV/XV e XVIII/XIX), à medida que a burguesia mercantil associada à realeza ia se consolidando no poder, afirmando sua hegemonia, mesmo sustentando o Estado Absolutista e sua aristocracia nobre e parasitária, tornava-se necessário deslocar das esferas de poder as categorias sociais representantes da velha ordem nobiliárquica e clerical, atreladas ao poder local dos senhores feudais e à universalidade do poder papal ligado à Igreja Católica. Ou seja, o grupo social dos letrados e intelectuais católicos, cada vez mais perdia o poder, num contexto em que os estudos humanísticos, o cientificismo e a razão faziam emergir uma nova categoria social constituída pelos pensadores e estudiosos renascentistas, muitos deles patrocinados pelos mecenas burgueses.

Gramsci teceu várias críticas aos intelectuais tradicionais constituídos, em sua grande maioria, pela burocracia estatal, em especial os ligados ao Poder Judiciário que, segundo ele, constituíam a aristocracia da toga que, diante dos poderes que possuíam e de suas ligações com a classe dominante, se constituem como uma categoria social privilegiada. Esse corpo jurídico é formado por intelectuais não orgânicos que, na sua essência, zelam pela manutenção das tradições jurídicas e seus mecanismos funcionais, mesmo que não se apresentem de forma coesa o tempo todo, capazes de impor seus interesses às classes altas e dirigentes do Estado que, segundo o pensador italiano expressava:

No mundo moderno, a categoria dos intelectuais, assim entendida, ampliou-se de modo inaudito. Foram elaboradas, pelo sistema social democrático-burguês, imponentes massas de intelectuais, nem todas justificadas pelas necessidades sociais da produção, ainda que justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Daí a concepção loriana do "trabalhador" improdutivo (mas improdutivo em relação a quem e a que modo de produção?), que poderia ser parcialmente justificada se se levasse em conta que estas massas exploram sua posição a fim de obter grandes somas retiradas à renda nacional (GRAMSCI, 1982: 12).

IV. A AMV COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO COLETIVO

Após três décadas do fim da lógica bipolar que marcou meio século da duração da Guerra Fria, com alguns pensadores liberais decretando, de forma afoita, *o fim da História*, o mundo tem assistido uma nova onda neoliberal que, além de promover o desmonte do que restou das políticas de proteção social, principalmente nas regiões mais pobres e periféricas do planeta, tem promovido redefinições dos atores sociais e de suas lutas políticas, tornando-as cada vez mais pragmáticas.

Assumo nos estudos realizados para a minha dissertação o papel de *observador participante* ao desenvolver essa pesquisa, seja atuando como um intelectual orgânico junto à AMV, seja desenvolvendo um trabalho de memória em que analiso o papel do Pré-Vestibular Comunitário *mangueirense*, popularmente conhecido como AMV, como um autêntico *Agente Social Coletivo*. Além de aferir a continuidade e os desdobramentos de seu trabalho, identifico seu papel pedagógico e político a partir do momento em que seus agentes sociais constituídos pelos alunos, colaboradores e professores, assumiram e continuam a assumir diversos protagonismos sociais e políticos em suas trajetórias de vida.

Procurei dividir os agentes sociais diretamente envolvidos no projeto desenvolvido pela AMV em três grupos: de alunos, de colaboradores e de professores. Tive o cuidado com os três questionários elaborados, pois procurei identificar a diversidade dos atores sociais e depoentes, divididos em três grupos de testemunhas, assim como pude perceber as combinações e os cruzamentos dos depoimentos, pois todos atuaram como testemunhas/sujeitos. Por exemplo, está registrado nas respostas dos questionários que vários alunos também atuaram como colaboradores e que, alguns deles, acabavam retornando regularmente à AMV como professores.

A AMV buscou romper o quadro de exclusão das camadas populares no acesso ao ensino superior no Brasil, num cenário de hegemonia neoliberal em que, a transformação de seus agentes sociais em intelectuais orgânicos, tornou-se seu itinerário principal.

Para a elaboração dessa dissertação, desenvolvo o método dos depoimentos registrados sob a forma de um questionário *semiestruturado*, respondido por alguns de seus antigos membros que, a partir dos três segmentos, eram compostas as coordenações. Trabalho com um grupo de 12 ex-alunos/as que procuraram traçar suas trajetórias, como alunos da AMV, como estudantes das Universidades Públicas e Privadas onde ingressaram e no exercício de seus protagonismos como

intelectuais orgânicos que se formaram. Seis professores participaram dessa pesquisa e, pelo menos, 2 colaboradores ex-alunos, totalizando 20 agentes sociais, em que todos trilharam, e continuam a trilhar, suas trajetórias como intelectuais orgânicos.

Ao atuar nessa pesquisa como um *observador participante*, considero minha intensa aproximação e diálogo com os universos e atores sociais envolvidos no projeto desenvolvido pela AMV. Ingressei na AMV no ano de 1998 e trabalhei, pelo menos, por quase seis anos como professor de História no Projeto. A partir de vários estudos clássicos da Sociologia e da Antropologia, procuro fazer nesse trabalho um recorte social de forma mais intensiva, haja vista estar buscando analisar meu objeto de estudo do qual vivenciei. Velho (2005) analisa o desafio do *observador participante* afirmando que:

Nesse sentido, viver e conviver com os universos pesquisados, participando de suas dificuldades e dramas, por períodos de tempo mais extensos, representava, de saída, um esforço para não ficar preso ao senso comum, estereótipos e preconceitos, estudando situações em que matizes, ambiguidades e contradições são características inescapáveis (VELHO, 2005: 13).

Busquei aprofundar meu olhar contra-hegemônico, pegando como referencial teórico Antônio Gramsci e seus estudos e análises acerca dos Intelectuais Orgânicos e a Cultura. Mesmo sem aprofundar a temática Educação Pública, dialogo com alguns dos estudiosos de educação popular, inclusiva e emancipatória, como Paulo Freire, Kuenzer e Gaudêncio Frigotto.

Ao priorizar o acesso às universidades públicas, uma das bandeiras de luta dos Pré-Vestibulares Populares, cabe aqui ressaltar a crítica que Marx fazia à educação estatal por ser burguesa, passando a focar seus olhares e observações no modelo de educação que era patrocinado pelas comunidades nos EUA, sinalizando para uma possível ponte com uma linha autônoma de ação, que, segundo Junior (2004):

Para MARX, inicialmente, a escola tem um lugar muito bem definido dentro das preocupações proletárias. A escola, tal como se estrutura na modernidade, é uma instituição burguesa, no sentido de que é filha da sociedade do capital, na medida em que toma parte na dinâmica desta sociedade. Portanto, a escola como microestrutura da sociedade burguesa, seria incapaz de se transformar numa instituição antagônica à dinâmica social à qual está vinculada (JUNIOR, 2004: 2).

Para Bourdieu (2014), a função da sociologia é a de contribuir para a ação efetiva de emancipação dos explorados, de ajudar a elucidar o caráter arbitrário de esquemas de pensamento, ao ver a escola como esse espaço de reprodução de

estruturas sociais dominantes. A partir de seus olhares é possível que se abra caminho para uma análise mais crítica dos currículos, dos métodos pedagógicos e da avaliação escolar, haja vista toda essa estrutura educacional, em especial os currículos, serem selecionados em função dos interesses das classes dominantes. A manutenção do sistema educacional e sua inconsciente reprodução relacionam-se à evolução das oportunidades escolares, conjugado diretamente ao aumento das taxas de escolarização de todas as classes sociais e a estabilidade da estrutura das irregularidades entre as classes, assim observada na grande maioria dos países europeus durante a década de 1960 que, para Bourdieu (2014):

(...) a evolução do sistema das relações entre a Escola e as classes sociais, tal como é objetivamente revelada pela estatística das probabilidades de acesso à universidade e das probabilidades condicionais de entrar nas diferentes faculdades (...) frequentemente imputado a uma democratização do recrutamento, a estrutura da distribuição das oportunidades escolares segundo as classes sociais foi efetivamente para o alto (...). Dito de outra maneira, o crescimento da taxa de escolarização da classe de idade de 18 a 20 anos distribui-se entre as diferentes classes sociais em proporções sensivelmente iguais àquelas que definiam a distribuição antiga das oportunidades (BORDIEU, 2014: 122-123).

É possível relacionar a experiência da AMV ao contexto histórico e social, ao tecido social que marcou o lento e gradual processo de redemocratização do Brasil, à retomada dos movimentos sociais e seus protagonismos à época. Ratifico citando Mills (1975), quando fala da tarefa do cientista social em reconhecer a importância de entender o contexto histórico em que se processam os acontecimentos e se situam os objetos de estudo, percebendo seus condicionamentos recíprocos entre indivíduos e a sociedade.

Foi possível perceber como a experiência vivida pela AMV aproximou-se muito mais dos Movimentos Sociais do que das ONGS, e que consta em seu Estatuto de 1996, fato que foi confirmado por vários dos ex-alunos, colaboradores e professores ao responderem os questionários, como está presente no depoimento do professor Marcos Aurélio, reproduzindo a fala do saudoso professor Fontinha, de Biologia, afirmando que *“deixou nítido que a AMV não era simplesmente um ‘pré-vestibular para ajudar pessoas pobres’, e sim um Movimento Popular focado, dentre outras coisas, na formação de Lideranças Comunitárias”*.

A ex-aluna Joli, que já teve parte de seu depoimento reproduzido, ratifica essa identidade da AMV atuando como movimento social, ao afirmar que:

“O AMV deixa de dar atendimentos no fim do ano de 2013. Está fazendo 10 anos e estamos escrevendo, pesquisando sobre a potência desse Movimento Social iniciado em 1990 que atendeu diversas pessoas, negras,

faveladas, que talvez não estariam nas universidades, porém muitos de nós já chegávamos nas universidades de modo diferente, entendendo nosso lugar, o que é nosso enquanto indivíduo e o quanto o sistema capitalista não era democrático.

O AMV vive em todos nós.

PS. Eu chamo de 'o' AMV para dar importância ao Movimento Social e menos ênfase à Associação". (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

A ex-aluna Rejany, que também já teve parte de seu depoimento reproduzido, atesta esse caráter de movimento social assumido pela AMV, dizendo que:

"A AMV foi e sempre será de muita importância na minha vida, pois esse movimento social travestido de Pré-vestibular me proporcionou construir junto com os meus pares a perspectiva de um mundo que fosse melhor para todos e todas. Não era só passar na faculdade e seguir a vida. Era entrar ou não, mas buscar a mudança nesse mundo que não estava bom para a maioria de nós, mas pensando em fazer isso junto e não sozinha e isolada, construir um outro mundo, revolucionar de verdade e não individualizar as conquistas. Estar com outros movimentos e organizações que também buscavam um mundo melhor para todos e todas, mas como também precisamos de diversão e arte, as idas ao cinema, teatros, trabalhos de campo, também nos proporcionavam a arte, em direção da revolução das nossas mentes e das nossas conquistas individuais e coletivas.

Falar da AMV é falar de amor, de sonho que não se sonha só, da busca de transformar esses sonhos coletivos em realidades.

Falar da AMV é falar de amizades revolucionárias e continuar em busca do ideal e sorrindo junto quando o possível chegou, mas seguindo em busca da mudança que revoluciona para os menos favorecidos". (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

As ações exercidas pela AMV atuando como um *Intelectual Orgânico Coletivo* possibilitaram ao longo do processo de formação política e educacional, a inclusão social e política dos alunos/as e ex-alunos/as, dos colaboradores e professores, destacando os protagonismos dos ex-alunos junto aos diversos movimentos sociais, nas carteiras das universidades públicas ou privadas as quais ingressaram e atuando como lideranças comunitárias, políticas e profissionais.

Fica confirmado pelas entrevistas realizadas, com boa parte dos agentes sociais envolvidos no projeto optando por chamar a AMV de "o", pois assumiam a identidade do projeto como um Movimento Social, não apenas por constar em seu Estatuto, mas pela dinâmica própria que foi assumindo. Não pretendo, com essa Dissertação, aprofundar os estudos teóricos que permitam debater sobre a classificação desses Projetos Comunitários de Educação como Movimentos Sociais, mas, com certeza, as trajetórias militantes de seus agentes sociais, como atestado nas respostas ao questionário, ratificavam suas atuações como *Intelectuais Orgânicos* que se constituíam.

Foi no decorrer dos anos 1990 que o país conquistou a universalização do Ensino

Fundamental relacionada ao quantitativo de matrículas efetivado, o que também contribuiu para o aumento dos alunos matriculados e concluintes do Ensino Médio, levando a aumentar as pressões pelo acesso ao Ensino Superior, que também olhava para as exigências do mercado de trabalho por uma maior qualificação da mão de obra. O grande desafio estava em democratizar o acesso à educação superior, rompendo com o caráter elitista e excludente então existente.

Os números da Educação Superior no Brasil no final dos anos 1980 e início dos 1990, ainda refletiam o caráter privatista em que se deu a ampliação do setor determinada pela Reforma Universitária promovida em 1968 e pela LDB (Lei nº 9.394/96), numa conjuntura marcada pelo início do período áureo do Estado policial e repressivo expresso, principalmente, pela decretação do Ato Institucional nº5, o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Essa realidade do acesso ao ensino superior no país tornava-se cada vez mais excludente para a população mais pobre, constituída pelos filhos da classe trabalhadora e pela população afrodescendente predominante nas áreas periféricas do país. A expansão quantitativa do sistema, em detrimento da qualidade oferecida, foi assim constatada por Pinto (2004) ao afirmar que:

[...] o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil [...] não logrou sequer resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do país, além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade (PINTO, 2004, p. 730).

Com a criação de inúmeros Pré-Vestibulares Comunitários, aumentava a pressão sobre os poderes constituídos em suas três esferas (federal, estadual e municipal), para que incluíssem suas demandas na elaboração de novas Políticas Públicas. Pegando como exemplo a atuação da AMV, novos desafios foram e continuam a ser lançados no que diz respeito às formas de se fazer política no Brasil, pois o Estado brasileiro, diante de seu formato centralizado e hierarquizado, não comportava e ainda cria enormes dificuldades para esse novo tipo de relação em que se inclui uma maior participação popular, mesmo diante dos avanços na Educação Básica e no Ensino Superior, obtidos concretamente com os governos exercidos pelo Partido dos Trabalhadores (Lula entre 2002 e 2010, e Dilma Rousseff entre 2011 e 2016 e, mais recentemente, no primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2023).

Com formação em Direito, Mestrado em Economia e Doutorado em Filosofia, o licenciado professor de Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), o hoje Ministro da Fazenda Fernando Haddad, esteve à frente do Ministério da

Educação entre julho de 2005 e janeiro de 2012, durante parte do primeiro governo do presidente Lula, de todo o segundo governo, e parte do primeiro mandato da presidente Dilma Rouseff. E foi sob sua gestão que se ampliou de forma significativa a Educação Pública Superior, seja construindo mais 14 Universidades Federais, totalizando 126 Campis Universitários, passando de 148 para 274 no total, representando um aumento de 85%, e 214 Institutos Federais de Educação (IFES) e 587 Polos de Educação à Distância. O número de vagas no ensino superior no Brasil passou de 139,9 mil em 2007 para um total de 218,2 mil em 2010. O número de municípios brasileiros que passaram a ser atendidos pelas universidades públicas passou de 114 para 272 (BRASIL, 2019).

Ainda sob a gestão de Fernando Haddad à frente do MEC foram criados: o Programa Universidade Para Todos (Pro-Uni), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a reformulação e a ampliação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a Universidade Aberta do Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Foram tempos de mudanças profundas no ensino superior no Brasil, com conquistas históricas quando se olha para os períodos anteriores da educação brasileira, não apenas na ampliação de seus índices, mas, principalmente, na nova identidade que as Universidades Públicas, e as Universidades Privadas também, assumiam de forma significativa. E nesse ponto, a AMV e os demais Pré-Vestibulares Comunitários, com suas trajetórias de protagonistas e *Intelectuais Orgânicos Coletivos*, cada vez mais assumiam seu papel transformador dessa nova “cara” das universidades, em especial democratizando o acesso ao ensino superior, historicamente negado às classes populares e trabalhadoras. As universidades brasileiras deixaram de ser as mesmas a partir desses novos *Agentes Sociais Coletivos*, pois os entes egressos desses cursos preparatórios populares chegaram e passaram a ocupar as carteiras universitárias, predominantemente, nos cursos das Áreas de Humanas.

Mas, mesmo diante dessa nítida transformação do ensino superior no Brasil, os grupos sociais considerados marginalizados continuam a encontrar muitas dificuldades, não apenas no acesso, mas, também, em permanecerem cursando a graduação e pós-graduação. Ainda prevalece uma acirrada disputa de poder entre os setores públicos e privados, tornando-se necessária a adoção de uma série de

Políticas Públicas que busquem apoiar esses milhões de estudantes oriundos das camadas populares a permanecerem nas universidades enquanto durarem suas formações acadêmicas, em especial custeando nos transportes de acesso aos Campis, na alimentação, no material de estudo e, nos cursos nas áreas biomédicas, na aquisição de equipamentos para suas aulas práticas.

Diante dessas dificuldades enfrentadas pelos seus ex-alunos, a grande maioria dos Pré-Vestibulares Comunitários criou uma série de mecanismos que buscavam e buscam acompanhá-los nas universidades, em suas trajetórias, desde as isenções das taxas de matrícula, levantando os resultados dos exames, até o enfrentamento de suas dificuldades, seus desafios, suas ações nos novos ambientes que passaram a viver, seja frequentando os diversos cursos, nas diversas faculdades, seja atuando nos Diretórios Acadêmicos (DAs) e nos Diretórios Centrais Estudantis (DCEs), participando dos Congressos Estudantis, de Seminários, de Grupos de Estudo e afins.

Em sua configuração interna a AMV configurou-se como uma instituição autônoma em relação ao Estado, como já mencionei anteriormente sem, no entanto, assumir uma postura anarquista de negação do mesmo, mas sim, através de encaixes institucionais de forma a levar suas contribuições e evitar correr o risco de ser cooptado. Foi possível constatar que a marcante participação dos discentes em sua gestão, enfatizando sua atuação nas lutas políticas da educação e da sociedade em geral, levou cada vez mais os seus alunos a assumirem um protagonismo político e social de fundamental importância.

Na pesquisa realizada, foi possível aferir que a AMV desenvolveu-se e consolidou-se de forma autônoma, diferente dos inúmeros projetos populares de pré-vestibular à época, destacando o desafio frente ao risco de submeter-se ao *filantropismo*, seja ele político, empresarial, intelectual ou mesmo eclesiástico, de vários setores da sociedade brasileira, assim abordado por Frigotto (1995):

Se as perspectivas filantrópicas persistem, de várias formas, e retomam força no interior do ajuste neoliberal, como a tese da sociedade do conhecimento que transforma o proletariado em “cognitariado”, elas convivem com demandas que o inventário da literatura internacional e nacional identifica como uma nova “qualidade” da educação escolar e dos processos de qualificação ou requalificação da força de trabalho (FRIGOTTO, 1995: 43).

Costa, em trabalho de 2015, destaca o fato da Sociedade Civil organizada, que se apresenta de forma bastante complexa e contraditória, ter passado a exigir cada vez

mais dos poderes constituídos. Ou seja, não bastava apenas aumentar a participação na implantação de novas Políticas Públicas, mas torna-se necessário ser propositivo na elaboração e na avaliação de seus resultados, levando-se em consideração a necessidade de preservarem sua autonomia, levando-os a redefinirem seu novo papel, pois, ainda segundo Costa (2015):

(...) um campo amplo de estudos que era muito focado nos movimentos sociais, na primeira fase dos anos [19]80, e contra o Estado, no contexto do combate à ditadura e da redemocratização, está passando por importantes transformações. Os movimentos sociais, as ONGs [organizações não governamentais], estão profundamente enraizados, articulados nas políticas, mas, muitas vezes são também vítimas desses processos, criando e invertendo o processo de representação dos interesses sociais. Os setores da sociedade civil, hoje, estão diante de certos dilemas, de participar ou não participar de certas políticas, em função da questão da cooptação, da perda de autonomia desses movimentos diante dessa intrincada e complexa articulação de interesses sociais, interesses privados, interesses estatais no campo das políticas (COSTA, 2015: 153).

Num encontro realizado em outubro de 2013, na UNESP, que foi promovido pelo NEPPs – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – o professor Valeriano Costa, do Departamento de Ciência Política do IFCH/UNICAMP, que possui uma trajetória em pesquisas sobre Políticas Públicas, em sua conferência apresentou uma série de reflexões sobre o tema, destacando a abordagem sobre as noções de desenvolvimento, justiça social, o contexto federativo e a necessária reforma do Estado brasileiro.

A demanda pela participação ativa da Sociedade Civil organizada resultou num novo protagonismo, em especial com a inclusão das Políticas Públicas Identitárias, que passaram a ser geridas, em parte, pelos próprios agentes sociais coletivos. E foi durante os dois primeiros governos petistas, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2010), que esse novo protagonismo se apresentou, a partir das Secretarias de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial. A partir da institucionalização dessas novas Políticas Públicas e, conseqüentemente, do aumento de sua burocratização, ganhou destaque a presença de profissionais ligados à Sociologia e à Antropologia, bem como os ambientalistas.

Falam de uma multiplicidade de atores e organizações, caracterizados não tanto pela sua temática (meio ambiente, juventude, feminismo, etc.), mas sim pela sua luta comum por criar um espaço de liberdade comunicativa. A transição para a “sociedade civil” envolveu, portanto, uma ampliação da unidade de análise, para incluir uma coleção muito mais diversificada de organizações e grupos. Habermas (2003) apresentou essa questão, afirmando que:

O (...) núcleo central [da sociedade civil] é formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas, as quais ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida. A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas (...) (Habermas, 2003: 99).

Como *Agente Social Coletivo* a AMV atuou frente à conjuntura de redemocratização do país, que passaria a sofrer os efeitos nefastos da adoção das políticas neoliberais no Brasil, responsável direto pela redução da atuação do Estado, da flexibilização das relações no mundo do trabalho e da drástica redução das políticas de proteção social, num mundo cada vez mais globalizado e pós-moderno. À época a educação pública superior no Brasil era destinada quase que exclusivamente aos filhos das classes privilegiadas da sociedade, destinando às camadas populares, no máximo, a terminalidade de suas vidas escolares no Ensino Médio.

Como um dos referenciais teóricos acerca desses novos movimentos sociais que surgiam, o estudo realizado por Gohn (1997) os analisa na atuação como ações coletivas, de viés associativo ou de solidariedade, compreendendo as dinâmicas variadas dos mesmos, grupo do qual procuro enquadrar a experiência da AMV.

Minha pesquisa apresenta a trajetória percorrida pela AMV, desde sua criação em 1990, até o encerramento de suas atividades em 2014, destacando seu processo de formação política e social, sua imensa capilaridade em suas formas de atuação e suas dinâmicas funcionais internas. Nos estudos realizados, procurei abordar, também, os seguintes aspectos:

- 1 - A importância do desenvolvimento da AMV como alternativa de Educação Popular para a comunidade *mangueirense*, frente ao processo de exclusão no acesso às Universidades Públicas;
- 2 - A Gestão Administrativa Democrática e Autônoma da AMV;
- 3 - A relação e parceria da AMV com os demais movimentos sociais;
- 4 - A formação política e social de seus agentes e atores sociais, transformando-os em intelectuais orgânicos.

As ações interativas da AMV demonstravam como seus agentes sociais iam assumindo e consolidando suas *práxis* militantes diárias.

Como *intelectual orgânico coletivo*, o MV se apresentava como um movimento social que abrangia a educação enquanto espaço de inclusão, definido em seu Estatuto (1996), e presente em suas práticas, representando uma pequena, porém

significante, fatia de uma enorme rede de projetos populares preparatórios para o ingresso no ensino público superior, possuindo um alcance nacional, em especial nas regiões mais carentes e marginalizadas. Essas experiências, infelizmente, não aparecem na amostragem das inúmeras categorias de movimentos sociais estudados por Gohn (2015), mas, nem por isso, merece pouca atenção, muito pelo contrário, pois seu estudo se associa a outras pesquisas que já foram realizadas ou estão sendo gestadas.

A luta coletiva por uma sociedade com mais igualdade de direitos e mais justiça social, ajudou na consolidação da AMV. E sobre a importância dessa luta coletiva, os depoimentos colhidos junto aos agentes sociais ratificam tal fato, como o do professor Leon, ao afirmar que:

“Em 2015, comecei a trabalhar na CDH da Alerj com o deputado estadual Marcelo Freixo, onde fiquei até o ano passado (2023), com a deputada Dani Monteiro. Em fevereiro do ano passado, comecei a trabalhar com a vereadora Mônica Cunha, na parte de Educação, Comunicação e na Comissão Antirracista, onde fizemos um filme e um relatório. Em 2000 começamos um projeto junto aos Pré-Vestibulares, chamado Domingo é Dia de Cinema. Cinema e debate, e vamos continuar esse ano”. (Sua entrevista completa encontra-se nos Anexos, bem como todas as demais entrevistas.)

Perceber que não estavam sozinhos, e que outros coletivos já lutavam pela melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, foi fundamental para consolidar a linha de ação da AMV. Numa época em que surgiram várias organizações sociais, destacando as sexistas, as afrodescendentes, as indígenas, contra a violência urbana, em defesa dos direitos humanos, em defesa da educação e da saúde, entre outros, a AMV aproveitou-se da tendência dos mesmos passarem a se organizar em redes, e estabeleceu várias parcerias de atuação, num momento em que, segundo Gohn (2015):

A noção do novo sujeito histórico, povo, um dos eixos estruturantes do movimento popular, reformulou-se, assim como deu novos sentidos e significados às suas práticas. Resulta desse processo uma identidade diferente, construída a partir da relação com o outro, e não centrada exclusivamente no campo dos atores populares. Esse outro estava presente nos relacionamentos desenvolvidos com novas formas de associativismo emergente (...) (GOHN, 2015: 24).

Alguns desses movimentos parceiros da AMV, como já mencionados, serviram como exemplo, proporcionando um importante processo de inclusão social e política dos membros participantes do projeto, de suas atuações como *Intelectuais Orgânicos* em processo de formação, destacando-se novamente:

- o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, na luta histórica contra a violência do latifúndio;
- o Movimento Negro Unificado, o MNU, que luta contra a violência do preconceito racial;
- os Grupos Atobá e Arco-íris, que lutam contra a violência do preconceito aos homossexuais e congêneres;
- a Associação Cultural José Martí e a Casa Cuba Brasil, que lutam contra o criminoso bloqueio à Cuba, que já dura mais de meio século;
- o Grupo Tortura Nunca Mais, que agiu de forma histórica num momento tão delicado de nosso retorno ao Estado de Direito, entre várias outras organizações.

Foi e continua a ser de fundamental importância o ativismo dessas redes associativas, que tanto lutaram para serem constituídas e continuam bravamente suas lutas no enfrentamento contra um Estado autoritário e voltado para atender os interesses de uma elite historicamente patrimonialista e exploradora dos recursos públicos. Sobre a trajetória de alguns desses movimentos Sader (1987) analisa que:

Os diferentes movimentos sociais tiveram trajetórias relativamente diferenciadas, conforme as particularidades de seu setor de ação. O movimento operário – expresso na CUT e na CGT –, assim como o dos trabalhadores rurais – cujas mobilizações mais significativas foram protagonizadas pelos boias-frias – continuaram enfrentando-se a situações similares àquelas existentes até 1983 (SADER, 1987: 8).

Esses movimentos não podem e não devem se isolar numa visão apenas corporativa em suas lutas cotidianas, diante das adversidades enfrentadas sob a égide da hegemonia capitalista, e também não podem rejeitar a construção de uma ação unificada e global que reafirme a luta de classes e o permanente combate à exploração capitalista.

Pesquisar e analisar o Projeto da AMV – Associação Mangueira Vestibulares –, organizado como um projeto de Educação Popular, Autônomo, Democrático e que assumiu o papel de *Intellectual Orgânico Coletivo*, ao promover a inclusão social e o protagonismo político de seus agentes sociais, então pertencentes à comunidade *mangueirense* e de comunidades vizinhas, contribui para a ciência da Sociologia Política ao relacionar sua experiência às pesquisas ligadas ao processo de exclusão da população marginalizada do sistema educacional estudado por Kuenzer (2007), e aprofundado por Bourdieu (2014), que analisa como os educandos reproduzem de forma inconsciente o modelo de educação hegemônico nas sociedades burguesas.

Foi para enfrentar o estrutural processo de exclusão das classes pobres, periféricas e trabalhadoras do acesso às universidades públicas, que se concebeu a criação da AMV. A conjuntura nacional à época assistia à ascensão de inúmeros movimentos sociais organizados que, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, citando como exemplos a criação da FAMERJ – Federação das Associações de Moradores do estado do Rio de Janeiro – e da FAFERJ – Federação das Associações de Favelas do Rio de Janeiro, tanto contribuíram para dar um grande impulso no processo de organização das populações marginalizadas.

Foi ao longo de sua existência que a AMV expressou, gradativamente, sua própria dinâmica de participação e aprendizado, encontrando seus próprios caminhos pedagógicos e de participação social e política. À época de sua criação seus idealizadores não planejaram criar a AMV como um novo movimento social, mas, em seu Estatuto de 1996, a AMV foi denominada como um *Movimento Social, Político, Apartidário e de Esquerda*, como já mencionado anteriormente.

Freire (1968), em sua *Pedagogia do Oprimido*, assim avalia a importância da *dialogicidade* com as massas como sendo a essência da Educação, como a autêntica prática da liberdade:

Estamos convencidos de que o diálogo com as massas populares é uma exigência radical de toda revolução autêntica. Ela é revolução por isto. Dos golpes, seria uma ingenuidade esperar que se estabelecessem diálogo com as massas oprimidas. Deles, o que se pode esperar é o engodo para legitimar-se ou a força que reprime (FREIRE, 1968: 72).

A reprodução do processo histórico de exclusão da população pobre e marginalizada em países como o Brasil, onde predomina o autoritarismo social, consolida-se à medida que, segundo Bourdieu (2014, pp. 130) “(...) *a Escola torna-se capaz de eliminar os que não preenchem suas exigências implícitas e em que ela consegue obter dos outros a cumplicidade necessária para o seu funcionamento*”. Assim se observa como a *qualidade social* torna-se o fator primordial e pré-requisito fundamental que exclui e frustra as parcelas mais pobres dos estudantes, que não se enquadram no sistema escolar bastante elitizado, típico de uma sociedade profundamente desigual como a brasileira.

A manutenção do sistema educacional e sua inconsciente reprodução relacionam-se à evolução das oportunidades escolares, conjugado diretamente ao aumento das taxas de escolarização de todas as classes sociais e a estabilidade da estrutura das irregularidades entre as classes, assim observada na grande maioria dos países

européus durante a década de 1960 que, ainda citando Bourdieu ao pesquisar sobre os setores da sociedade francesa, afirmou que:

(...) a evolução do sistema das relações entre a Escola e as classes sociais, tal como é objetivamente revelada pela estatística das probabilidades de acesso à universidade e das probabilidades condicionais de entrar nas diferentes faculdades (...) frequentemente imputado a uma democratização do recrutamento, a estrutura da distribuição das oportunidades escolares segundo as classes sociais foi efetivamente para o alto (...). Dito de outra maneira, o crescimento da taxa de escolarização da classe de idade de 18 a 20 anos distribui-se entre as diferentes classes sociais em proporções sensivelmente iguais àquelas que definiam a distribuição antiga das oportunidades (BORDIEU, 2014: 122-123).

Para ele torna-se função da sociologia contribuir para uma ação efetiva de emancipação ao elucidar o caráter arbitrário de esquemas de pensamento. É a desigualdade social resultante da concentração dos capitais econômico, social e cultural em que algumas classes sociais dominam as demais.

Ao dialogar com alguns educadores brasileiros que pesquisam sobre educação e crise do trabalho frente à consolidação do projeto neoliberal, pego como exemplo Frigotto (2003) que, acerca do fim da *sociedade do trabalho*, afirma que:

Os debates do início da década de (19)90 sobre a natureza das novas tecnologias caracterizadas como configuradoras da *Terceira Revolução Industrial*, as mudanças na base técnica da produção e o impacto sobre o conteúdo do trabalho, divisão do trabalho e qualificação e formação humana nos permitem identificar uma problemática que se expõe como desafio teórico e político prático para quem tomou como eixo de compreensão dos processos educativos e da organização da escola unitária e politécnica, a categoria trabalho (FRIGOTTO, 2003: 53).

A AMV consolidou seu caráter inovador de atendimento às parcelas marginalizadas no acesso a um projeto popular de educação. A participação de seus alunos em apoio e solidariedade a vários movimentos sociais, como nas inúmeras visitas aos acampamentos do MST, atuando junto ao movimento estudantil e sindical, além de projetos culturais os mais variados, merecem destaque. Destacou-se, também, a formação para a cidadania, e não apenas de preparação e informação, incentivando seus alunos a exercerem seus protagonismos, atuando como agentes transformadores de realidades adversas à inclusão social. Aliás, essa funcionalidade do Projeto foi ratificada de forma unânime pelos ex-alunos entrevistados, que chamaram de “*experiência de vida*”.

Em seu trabalho “*Situando a Sociologia Política*”, Reis (2002), analisa a contribuição de historiadores como Eric Hobsbawm e Edward Palmer Thompson para a Sociologia Política, quando abordam a noção de classe e incluem o conteúdo histórico à discussão. Partindo dessa observação pode-se aferir o quanto a

multiplicidade de bandeiras, de nichos, em sociedades muito desiguais, como a brasileira, pode gerar riscos de se criar privilégios que podem *atropelar* a dimensão sociológica de classe social, à medida que se privilegiam determinadas categorias. Dessa clivagem de classe, permeando outras categorias, surgem novas formas de representação na busca do reconhecimento da diferença. Partindo-se da teoria marxista, que foca a questão de classe social a partir da noção de desigualdade, de antagonismos de interesses, privilegiar as inúmeras categorias sociais podem mascarar a historicidade da luta de classes.

Ao referir-se a Gramsci (1978) quando analisou o Americanismo e o Fordismo, Kuenzer (2000) destaca a conclusão dele sobre a eficácia do processo de valorização do capital através dos processos pedagógicos, afirmando que:

(...) a partir das relações de produção e das novas formas de organização do trabalho, são concebidos e veiculados novos modos de vida, comportamentos, atitudes, valores. O novo tipo de produção racionalizada demandava um novo tipo de homem, capaz de ajustar-se aos novos métodos da produção, para cuja educação eram insuficientes os mecanismos de coerção social; tratava-se de articular novas competências a novos modos de viver, pensar e sentir, adequados aos novos métodos de trabalho caracterizados pela automação, ou seja, pela ausência de mobilização de energias intelectuais e criativas no desempenho do trabalho. O novo tipo de trabalho exigia uma nova concepção de mundo que fornecesse ao trabalhador uma justificativa para a sua crescente alienação e ao mesmo tempo suprisse as necessidades do capital com um homem cujos comportamentos e atitudes respondessem às suas demandas de valorização (KUENZER, 2000: 2).

No Brasil, os vários sistemas educacionais refletem fielmente todas as suas mazelas, suas desigualdades e seus inúmeros contrastes. Suas salas de aula reproduzem o modelo de exclusão social que, em maior ou menor grau, acaba por marcar as relações de produção e humanas.

A proposta de Educação Popular praticada na AMV foi responsável pelo desenvolvimento de várias atividades culturais por parte dos alunos, que resultou, por exemplo, na criação de um grupo de teatro responsável pela encenação de várias peças, inclusive apresentada para públicos maiores. Alunos/as e professores/as, como parte integrante de seu planejamento anual e da grade de estudos, participavam prestigiando apresentações culturais de grupos amadores ou profissionais em vários bairros da cidade.

Kuenzer, em artigo publicado abordando a nova modalidade de dualidade estrutural que visa fundamentar as novas relações entre o processo educativo e as relações de trabalho, assinala que:

Em decorrência, a ciência, e o desenvolvimento social que ela gera, ao pertencerem ao capital, aumentando a sua força produtiva, se colocam em oposição objetiva ao trabalhador; assim, o conhecimento científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, contribuindo ainda mais para aumentar a alienação dos trabalhadores.

(...) Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão (KUENZER, 2000: 2).

O compromisso político de seus professores com o projeto de educação popular da AMV (por muitos anos seu quadro de professores foi constituído por experientes educadores, de renomadas instituições do ensino particular e público do Rio de Janeiro), muito contribuiu para que os/as alunos/as apresentassem bons resultados no acesso às universidades públicas, e desenvolvessem o compromisso social de retornarem ao Projeto, seja como monitores ou como professores da AMV. Freire (1993), em sua *Pedagogia da Esperança*, defende que uma das tarefas da educação popular e progressista deva ser a de fortalecer os oprimidos no enfrentamento contra seus opressores.

Apenas com a adoção de políticas públicas comprometidas com o desenvolvimento, a melhor distribuição de rendas e a valorização da escola pública de qualidade para todos os seus cidadãos, ou seja, apenas sob o modelo de sociedade socialista, será possível pensar num sistema educacional comprometido com as maiorias que, referindo-se a Gramsci, afirma Frigotto (2003):

Ou como nos ensina Gramsci, esta luta contra-hegemônica demanda aguçar a inteligência para analisar melhor a realidade, ter vontade política e, sobretudo, organização. Trata-se, pois, de um embate que se dá no terreno teórico e político-prático, ou seja, no plano da práxis (FRIGOTTO, 2003: 182).

Aliás, esse foi o compromisso da Terceira Edição do Fórum Mundial de Educação (Porto Alegre, 2003):

O Fórum Mundial de Educação está organicamente articulado com o Fórum Social Mundial, porque para outro mundo possível, uma outra educação é necessária.

Afirma-se o direito universal a uma educação emancipatória.

Afirma-se o pleno e inalienável direito à educação pública, gratuita, de qualidade social para todos (as). Rechaça-se qualquer forma de privatização e mercantilização da educação, da ciência e da tecnologia.

Condena-se a apropriação ilegítima dos saberes populares.

Reafirma-se a centralidade da educação para os direitos humanos, a justiça e a paz. (...). (7)

Funcionando por mais de 10 anos numa sala de aula “cedida” pela Escola, o compromisso social dos que participaram do Projeto e o convívio da AMV

7. http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/2802/FPF_PTPF_12_046.pdf

acabava gerando situações inusitadas e/ou constrangedoras junto aos professores da Escola pertencente à rede estadual do Rio de Janeiro que, muitas vezes *dispensavam* seus alunos bem antes da saída dos alunos da AMV, gerando, inclusive, alguns questionamentos por parte dos alunos da rede estadual que, por várias vezes, acabavam assistindo as aulas da turma da AMV, logo que terminavam suas aulas.

O vento do futuro e a busca de um novo paradigma centrado nas relações humanas, já bastante sentido no presente, e soprado pelos centros de dominação, nos leva a propor uma ação que possa envolver amplos setores da sociedade organizada. Torna-se fundamental a união de forças e a elaboração de projetos que visem buscar saídas para escapar da exploração e enfrentar o poder globalizado e *cibernético*, a mercantilização da vida, pois é esse processo que determina uma completa precarização das relações de trabalho e das relações sociais, através do desemprego estrutural e das grandes tragédias sociais, como a destruição do ambiente, do crescimento da criminalidade, da prostituição infantil e do racismo. O momento é de buscar alternativas de resistência coletiva.

Diante desses enormes e novos desafios, Jacobi (1987) aborda a necessidade dos movimentos populares buscarem novas formas de apresentação ao falar que:

Em fins da década de 70, nossa reflexão centrava-se muito mais no terreno da micropolítica, das noções de revoluções moleculares ou das contracriações no plano político-cultural. O que estava presente na balança era o papel dos movimentos para a transformação da sociedade. Com o passar do tempo e dos acontecimentos, fomos percebendo que a postura teórica presente no paradigma não correspondia à realidade dos fatos, na medida em que as mudanças e a ampliação do sistema institucional – reorganização partidária, abertura política – traziam à tona as transformações na dinâmica da ação do Estado (JACOBI, 1987: 18).

Concluo esse capítulo final fazendo referência, mais uma vez, o quanto que a AMV atuou de forma eficaz como *intelectual orgânico coletivo*, responsável que foi pela formação de uma geração de atores políticos que atuaram e continuam a atuar no campo social.

IV. Conclusões

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, "humanismo", em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. (...) A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família, no que toca à manutenção dos escolares, isto é, que seja completamente transformado o orçamento da educação nacional, ampliando-o de um modo imprevisto e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações torna-se, ao invés de privada, pública, pois somente assim pode ela envolver todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas.

(GRAMSCI, 1982: 121.)

Apesar de se referir à *escola unitária* na Itália de sua época, o equivalente ao ensino básico hoje no Brasil, Gramsci (1982) fala não apenas do caráter formador dos educandos, em que possam desenvolver sua criatividade intelectual e prática, e suas conquistas de autonomia e iniciativa, mas enfatiza no caráter prioritariamente público que a educação deve assumir, para que não se reproduza a marginalização e a exclusão das camadas sociais mais empobrecidas, filhos da classe trabalhadora.

Espero que essa dissertação tenha possibilitado trazer essa discussão tão importante e necessária para o Brasil já faz tempo, em que as dinâmicas de funcionamento dos Pré-Vestibulares Populares, focando em meu objeto de estudo que foi a atuação da AMV, assumem um papel de suma importância no processo de formação política, ética, cultural e cidadã, de seus integrantes.

Está evidente em seus depoimentos, a forma como os agentes sociais diretamente envolvidos no projeto Mangueira Vestibulares transformaram-se em *intelectuais orgânicos* atuantes, em que suas *práxis* foram e continuam a ser fundamentais em seus locais de trabalho, e nos seus convívios sociais os mais variados.

Com o fortalecimento das relações sociais verdadeiramente democráticas e inclusivas, fruto do crescimento da capacidade dos agentes sociais envolvidos, pegando como destaque a atuação dos milhares de Pré-Vestibulares Populares espalhados pelo país, será possível avançar na luta contra a lógica e a funcionalidade do projeto neoliberal que ainda se encontra hegemônico no mundo, com destaque para o cenário brasileiro, bem como o conjunto de seus impactos que tanto assolam nossa sociedade.

No Brasil essa conjuntura tão desfavorável foi aprofundada por esse governo distópico, representado pelo fenômeno do bolsonarismo que, apesar de ter perdido as eleições presidenciais de 2022, ainda se encontra bastante fortalecido, mesmo

sob tantas evidências dos inúmeros crimes cometidos, que culminou com a tentativa fracassada de golpe de Estado capitaneado pela extrema direita brasileira.

Nossas Universidades Públicas e IFES espalhados por todo canto de nosso país, bem como as privadas, tiveram seu perfil social, econômico, sexista, étnico, profundamente alterado fruto, não apenas de uma séria de políticas públicas aprovadas pelos últimos governos progressistas, sob a liderança do Partido dos trabalhadores, nas três esferas, mas, também, das pressões promovidas por esses milhares de Pré-Vestibulares Populares, em que a AMV foi um dos pioneiros, e que hoje ainda se fazem presentes nas regiões periféricas de milhares de municípios brasileiros.

Que essa nova realidade da educação brasileira sirva para despertar no conjunto da sociedade a necessária atuação na luta contra todo tipo de exclusão social e política, de combate a todas as formas de discriminação e racismo, buscando afirmar nossas identidades étnico-culturais.

Sabemos que são inúmeros os desafios a serem enfrentados, resultantes de séculos de dominação e de uma globalização neoliberal tão nefasta às relações humanas, que não se refletem apenas na educação, mas em todas as formas relacionais da vida. Não é a lógica do mercado que vai superar essas adversidades, pois, a cultura que se faz global, principalmente a partir da internet das coisas, e que revoluciona as redes sociais numa tal rapidez, só tende a aprofundar essas desigualdades.

Espero que esse projeto de pesquisa sobre a experiência da AMV, bem como a atuação dos milhares desses outros projetos sociais e comunitários que ainda são desenvolvidos chamem a atenção dos especialistas em movimentos sociais, citando novamente uma das referências teóricas representadas pela Maria da Glória Gohn, para o fato de não ter registrado a atuação dos mesmos, apesar de ainda mobilizarem milhares de jovens pelas periferias do país.

A análise da AMV atuando como um *agente social coletivo*, como um *intelectual orgânico coletivo*, possibilitou demonstrar como que as ações coletivas, democraticamente constituídas, se apresentaram de forma contra-hegemônicas, como uma resistência política, social e cultural, como uma forma organizada e alternativa à lógica da mercantilização da vida, expressa pelo avanço neoliberal.

As defesas e práticas da solidariedade, da afetividade, da cidadania ativa, da igualdade, do respeito à dignidade humana e às diversidades étnico-culturais,

marcas presentes nos Pré-Vestibulares Populares, tornaram-se práticas correntes na AMV, e os ingredientes necessários para as trajetórias sociais e políticas de seus agentes sociais, na construção de um modelo de sociedade plena de justiça social.

Para Gramsci, superar o panorama ideológico de uma época reflete-se numa perspectiva da atividade intelectual, pois, torna-se prioritário que o processo de transformação deva ser experimentado no interior da própria sociedade. Sendo assim, a estratégia pensada para a mudança assume um caráter predominantemente superestrutural, em que a luta declarada deva ser contra os sistemas ideológicos. E esse confronto, sobre o qual fala Gramsci (1978), refere-se à capacidade concreta de construção de um pensamento que possa atuar na realidade, e não deve ser identificado como o resultado de uma mera abstração, mas sim de um processo histórico em que, por meio da ação dos agentes sociais, se promova o fortalecimento das consciências críticas coletivas que, segundo afirma ele:

Daqui se deduzem determinadas necessidades para cada movimento cultural que tende a substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo em geral: 1) nunca se cansar de repetir os próprios argumentos (variando literalmente sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar incessantemente para elevar intelectualmente sempre cada vez mais vastos estratos populares, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar para suscitar elite de intelectuais de um novo tipo que surjam diretamente da massa, permanecendo, no entanto em contato com ela para se tornarem "estacas" do busto. Esta segunda necessidade, se satisfeita, é a que realmente modifica o "panorama ideológico" de uma época (GRAMSCI, 1978: 36).

Ao acompanhar as trajetórias que os agentes sociais envolvidos na AMV traçaram e continuam a traçar, fica bastante evidente a força social e política que emergiu desse projeto, que se multiplicou e serviu de inspiração para a criação de outros mais. Que a ação coletiva, proporcionada no caminhar junto com uma série de movimentos sociais que deram vigor à luta pela inclusão e participação política de milhares de brasileiros historicamente marginalizados, encontre nesses egressos dos projetos de Pré-Vestibulares Populares um ânimo pela luta tão necessária em nosso país.

Como afirma Gramsci acerca da definição dos *intelectuais orgânicos*, esse conceito deve extrapolar o campo da ação político-partidária e da militância sindical, como explanei no terceiro capítulo da dissertação, pois, segundo ele, qualquer pessoa que desempenhe um papel, uma função de conduzir os demais agentes sociais frente ao amplo universo cultural e político, num sentido de convencimento,

independente de seu grau de instrução ou formação acadêmica, bem como de sua condição social, no exercício de sua práxis, pode assumir o papel de um *intelectual orgânico*.

A partir dessa análise gramsciana, observa-se o quanto os ex-alunos da AMV assumiram, e continuam a fazê-lo, esse papel fundamental em suas vidas, nos universos relacionais em que vivem, contribuindo para o processo de legitimidade política ao exercerem grandes influências sobre os grupos sociais e a opinião pública em geral.

Ainda citando Gramsci, essa categoria social de *intelectuais orgânicos* não se restringe aos grupos seletos de determinadas classes sociais, fato que pode ser observado na quase totalidade dos ex-alunos da AMV entrevistados, oriundos que eram de comunidades carentes, com destaque para as da Mangueira, de Triagem, de Vila Isabel e do Tuiuti.

Quanto aos professores que atuaram desde os primeiros anos do projeto, como se comprova nas entrevistas, sua maioria era constituída de militantes ecléticos, grupo do qual também fiz parte, em que nossas ações nos partidos de esquerda, sindicatos e alguns movimentos sociais, fortaleceram-se ainda mais por termos participado de um pioneiro e atuante Pré-Vestibular Comunitário, a AMV, fortalecendo ainda mais nossas condições de *intelectuais orgânicos*.

Ao analisar os depoimentos apresentados ao longo dos capítulos, atingi meus objetivos traçados para a minha dissertação, pois minha hipótese se concretizou ao convergir com as análises gramscianas acerca dos *intelectuais orgânicos*. Foi a partir das ações promovidas pelo *intelectual orgânico coletivo* representado pela AMV, que os membros integrantes da AMV, professores, alunos e colaboradores, de fato, tornaram-se e/ou fortaleceram-se como *intelectuais orgânicos*, em que suas trajetórias de vida e profissionais as mais variadas, confirmaram suas ações diretas em seus meios relacionais.

V. Anexos

5.1. Leio do Voluntariado

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.608, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

Art. 2º O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de termo de adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º O prestador do serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Paulo Paiva

5.2. Estatuto da AMV

ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE CIVIL ASSOCIAÇÃO MANGUEIRA VESTIBULARES

1. DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINALIDADE E DURAÇÃO

Art. 1º - A Associação Mangueira Vestibulares, doravante também denominada “AMV”, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos de Direito Privado, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro à Rua Visconde de Niterói, 354 parte, Mangueira, podendo exercer suas atividades em todo o território nacional.

& único - A AMV não tem compromisso, não difunde e não inibe qualquer manifestação da ordem de ideologia política partidária, religiosa, de credo, de raça ou de cor e de gênero.

Art. 2º - A AMV tem por finalidade e objetivo o seguinte:

1 - O desenvolvimento social através de:

- a) educação popular.
- b) atividade cultural.
- c) o trabalho pedagógico pré-vestibular.

2 - Apoiar e incentivar a formação e desenvolvimento de lideranças comunitárias.

& único - Para consecução dos seus objetivos, a AMV poderá firmar convênios e receber financiamento de órgãos públicos, privados, autarquias e sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, podendo também fazer parcerias com entidades congêneres.

Art. 3º - O prazo de duração da AMV é por tempo indeterminado.

2 - DOS ASSOCIADOS E SUAS MODALIDADES

Art. 4º - Serão associados todas as pessoas envolvidas com o projeto AMV, bem como professores, alunos, ex-alunos e todos que vierem prestar serviços, trabalho e fizerem doações e contribuições que se coadunem com o desenvolvimento do objetivo social.

& 1º – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

& 2º – A admissão de associados se fará através de indicação de um membro da AMV, com ratificação da Assembleia Geral.

& 3º – A exclusão de associados se fará através da indicação de um membro da AMV, com ratificação da Assembleia Geral, somente em questões relevantes que atentem contra os princípios da Instituição e seus objetivos.

3 - DA ORGANIZAÇÃO, DOS PODERES, COMPOSIÇÕES E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º - Para sua organização a AMV terá os seguintes órgãos:

- 1 - Assembleia Geral,
- 2 - Coordenadoria Executiva,
- 3 - Conselho Fiscal,
- 4 - Equipes Disciplinares.

4 - DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 6º - A Assembleia Geral é o órgão máximo da AMV e será composta por todos os associados.

& único - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por 3 (três) membros eleitos por maioria simples dos associados presentes.

Art. 7º - À Assembleia Geral compete:

- 1 - Eleger a Coordenadoria Executiva e o Conselho Fiscal,
- 2 - Dispor sobre a reforma ou modificação estatutária,
- 3 - Resolver os casos omissos nesse estatuto,
- 4 - Aprovar a admissão e exclusão de associados,
- 5 - Exercer qualquer poder não expressamente atribuído a outros órgãos da AMV,
- 6 - Resolver sobre a dissolução da AMV.

Art. 8º - A Assembleia Geral se instalará em 1ª convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos Associados, e em 2ª convocação com os associados presentes.

& 1º - Nos casos de dissolução, reforma e modificação do Estatuto o quórum mínimo será de maioria absoluta da Assembleia.

& 2º - A convocação da Assembleia Geral ordinária e extraordinária se fará através de edital afixado em local de visibilidade na sede, com o prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência.

& 3º - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas pela Coordenadoria Executiva, podendo a Extraordinária ser convocada por pedido de 10 (dez) associados.

5 - DA COORDENADORIA EXECUTIVA

Art. 9º - A Coordenadoria Executiva será composta de:

- 1 - Coordenador de Disciplinas,
- 2 - Coordenador Secretário,
- 3 - Coordenador Tesoureiro,

- 4 - Coordenador Cultural,
- 5 - Coordenador de Cursos,
- 6 - Coordenador Político.

Art. 10º - Ao Coordenador de Disciplinas compete:

- 1 - Organizar as grades disciplinares das turmas do pré-vestibular da AMV,
- 2 - Zelar para que o conteúdo programático nas disciplinas ministradas sejam iguais em todas as turmas de pré-vestibular da AMV,
- 3 - Zelar para que o conteúdo programático nas disciplinas ministradas seja o estabelecido nas reuniões das equipes disciplinares,
- 4 - Organizar o calendário de aulas extras, de modo a que todos os alunos tenham acesso às mesmas,
- 5 - Organizar o Simulado, de forma a que todos os alunos tenham acesso ao mesmo, e também ao gabarito ao término da prova,
- 6 - Organizar, quando possível, a apresentação de filmes seguidos de debates, de modo a que todos os alunos possam usufruir desta atividade.

Art. 11º - Ao Coordenador Secretário compete:

- 1 - Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria Executiva,
- 2 - Manter a documentação geral da AMV em ordem, incluindo livro de atas das reuniões e assembleias,
- 3 - Organizar o processo de Seleção, Classificação e Reclassificação dos candidatos a alunos das turmas de pré-vestibular, de acordo com os critérios decididos em Assembleia,
- 4 - Controlar a frequência dos alunos das turmas de pré-vestibular.

Art. 12º - Ao Coordenador Tesoureiro compete:

- 1 - Assinar, em conjunto com outro Coordenador, os cheques da AMV,
- 2 - Movimentar conta bancária e documentos necessários, relativos ou não ao patrimônio da Instituição,
- 3 - Preparar relatório para a apreciação do Conselho Fiscal,
- 4 - Cuidar do patrimônio da AMV,
- 5 - Controlar o Cadastro de Contribuintes Voluntários,
- 6 - Afixar em local visível na AMV, mensalmente, as prestações de contas,
- 7 - Controlar a Biblioteca e a Vídeoteca.

Art. 13º - Ao Coordenador Cultural compete:

- 1 - Organizar o Grupo de Teatro,

- 2 - Organizar o Time de Futebol,
- 3 - Organizar a Comissão de Festa,
- 4 - Organizar o Informativo AMV.

Art. 14º - Ao Coordenador de Cursos compete:

- 1 - Realização de Oficinas,
- 2 - Realização de Cursos para membros da AMV,
- 3 - Organização de Grupos de Estudo,
- 4 - Organizar a apresentação de trabalhos dos alunos,
- 5 - Organização de Cursos Abertos.

Art. 15º - Ao Coordenador Político compete:

- 1 - Intercâmbio entre a AMV e outras Instituições,
- 2 - Organização das palestras de “Cultura e Cidadania”,
- 3 - Organização das Atividades Extras,
- 4 - Organização de atividades que visem contato com ex-alunos.

Art. 16º - Poderá o Órgão Colegiado, em caso de necessidade relevante, nomear Comissões para o desenvolvimento das atividades da AMV, sendo estas Comissões subordinadas ao Coordenador responsável por tal atividade.

Art. 17º - Todo documento da AMV enviado à alguma Instituição deverá ser aprovado por, no mínimo, 4 (quatro) Coordenadores.

& único – Excetua-se desta obrigação o prescrito no Art. 12, inciso 1.

6 - DO CONSELHO FISCAL

Art. 18º - O Conselho Fiscal será composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros substitutos, e tem como competência a fiscalização e aprovação ou não das contas da AMV, e se reunirá uma vez a cada semestre ou por convocação do Coordenador Tesoureiro ou quando se fizer necessário.

7 - DAS EQUIPES DISCIPLINARES

Art. 19º – As Equipes Disciplinares serão formadas pelos professores de cada disciplina, e têm como competência a realização de um programa a ser cumprido por todos os professores daquela determinada disciplina, nas diferentes turmas de pré-vestibular da AMV.

8 - DO PATRIMÔNIO

Art. 20º - O patrimônio da AMV será constituído de:

- 1 - Bens Móveis e Imóveis,

2 - Contribuições e doações.

& 1º - As contribuições financeiras dos próprios membros à AMV serão organizadas de acordo com o Cadastro de Contribuintes Voluntários, obedecendo às regras próprias de funcionamento, à disposição de qualquer membro interessado.

& 2º - As regras do Cadastro de Contribuintes Voluntários deverão ser aprovadas em Assembleia, assim como qualquer modificação da mesma.

& 3º - A renda líquida proveniente de donativos e das atividades sociais será incorporada ao patrimônio social.

Art. 21º - Os bens da AMV serão utilizados exclusivamente na realização das finalidades e objetivos da Instituição.

& único - Em caso da dissolução da AMV o seu patrimônio será destinado à uma Instituição congênere considerada de utilidade pública.

9 - DAS ELEIÇÕES

Art. 22º - As eleições na AMV ocorrerão anualmente, na segunda quinzena do mês de maio.

Art. 23º - São legítimos para concorrer todos os associados da AMV.

Art. 24º - As chapas serão apresentadas ao Órgão Colegiado no prazo mínimo de até 10 dias antes da previsão da eleição.

Art. 25º - A eleição se fará através do voto secreto, não sendo permitido o voto por procuração.

Art. 26º - A chapa vencedora assume a Coordenação a partir do dia 01 de dezembro, podendo ficar, até esta data, acompanhando o trabalho da atual Coordenação.

Art. 27º - O prazo do mandato dos eleitos é de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição.

10 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28º - Os casos omissos no presente estatuto serão dirimidos pela Assembleia Geral.

Art. 29º - Os alunos usuários do Projeto Mangueira Vestibular deverão, oportunamente, durante e após a formação universitária, manter seus vínculos através da socialização dos conhecimentos adquiridos, contribuindo para a consecução dos objetivos sociais.

Art. 30º - Em caso da vacância de cargos nos poderes da AMV, será convocada extraordinariamente a Assembleia Geral para indicação ou eleição do Substituto, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 31º - Qualquer Coordenador poderá renunciar ao cargo, devendo esta renúncia ser formalizada na Assembleia Geral.

Art. 32º - Qualquer membro poderá propor, perante a Assembleia Geral, o próprio nome em substituição a um Coordenador que não estiver satisfazendo adequadamente os interesses da AMV.

Art. 33º - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no cartório competente e publicação no Diário Oficial.

5.3. Termo de Adesão à AMV

TERMO DE ADESÃO VOLUNTÁRIA AO SERVIÇO MILITANTE DA ASSOCIAÇÃO MANGUEIRA VESTIBULARES

Nome: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Órgão emissor: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Tels: _____

Forma de participação na Instituição: _____

(Aluno, Colaborador, Comissão Organizadora, Coordenador, Professor)

Declaro que estou ciente e aceito os termos da Linha de Atuação da Associação Mangueira Vestibulares e de sua Definição de Membros, assim como dos termos da Lei do Serviço Voluntário, nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Rio de Janeiro: _____ de _____ de _____.

Assinatura do Militante: _____

Nome (Coordenador) Assinatura: _____

Nome (Testemunha) Assinatura: _____

Nome (Testemunha) Assinatura: _____

5.4. Questionários Semiestruturados

5.4.1. Respondidos pelos ex-alunos

1. Sua identificação, como nome, idade.

Adriana dos Santos, 52 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci o AMV através de uma palestra no Colégio Estadual João Alfredo, em Vila Isabel. O assunto era como entrar na UERJ e o grupo falou sobre o Projeto mangueira. Fiquei muito motivada e fui conhecer o Projeto.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Os motivos que me levaram a ingressar no AMV...foi a oportunidade de participar de espaço que iria me auxiliar no processo para entrar na universidade.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Minha trajetória como aluna se deu por vontade de ingressar em uma universidade. Tentei 2 vezes e passei nas duas, a primeira foi na UFF Arquivologia . Esqueci a data e perdi a vaga. No ano seguinte tentei a UniRio, e consegui para o 2º semestre. Considerando que estar na AMV nos possibilitava participar de vários momentos, e também organizar coisas para pensar as nossas trajetórias dentro da universidade e dentro do próprio AMV. Com isso consegui estar à frente junto com outras pessoas, do grupo de discussões sobre mulheres negras na AMV. Assumi a Coordenação Coletiva, a criação da Comissão de Biblioteca, realizando o Concurso de Poesia, conduzi coletivamente a Comissão de Cultura e Cidadania. Além de participar de encontros com o MST, atividades de extraclasse na Floresta da Tijuca, que virava um evento sempre. Saída de estudo em outros municípios e atividades culturais. Foi de grande aprendizado.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Eu consegui vaga em arquivologia na Uni-Rio, no ano de 2001 me graduei em 2005.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Estudava à noite na Urca, morando na zona norte. Fazer esse trajeto era sempre estressante, já que oriunda de classe popular, e sem passe de estudante, tinha que esperar o ônibus da universidade, e se perdesse tinha que pagar a passagem. Então, só estudar, não era uma opção, tinha que trabalhar também. Mas logo no 2º

período consegui através da universidade um estágio remunerado. Participei de festas, palestras, congressos e seminários em outros estados.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Conclui o Curso de Arquivologia. A grande dificuldade no mercado de trabalho era o numero de vagas. Eu já atuava como Agente de cidadania em uma organização. Mas não foi difícil trabalhar na área. Fiquei um pouco afastada, mas trabalho como arquivista ainda hoje.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Então como eu disse, eu já atuava como Agente de Cidadania e neste processo como defensora dos direitos das mulheres negras, na formação, orientação, e como palestrante. Criei junto com outras mulheres, uma ONG em território de favela, para atuar em direitos humanos das mulheres negras.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A importância da Associação Mangureira Vestibulares para minha vida... foi entender a minha existência neste mundo. Pois saber quem sou, de onde venho e onde estou, me fez entender as diferentes existências, e que entendendo isso, eu posso criar a minha própria narrativa, para a minha mudança individual e também coletiva.

10. Suas considerações finais.

Quero te agradecer por essa oportunidade de me fazer lembrar, que para as mudanças acontecerem precisamos movimentar o mundo em coletivo, precisamos nos aquilombar para ter força para encarar os desafios que nos mantem no mesmo lugar. Mesmo com passar do tempo muita coisa não mudou e ainda temos um longo caminho.

Um grande abraço e Axé!

1. Sua identificação, como nome, idade.

Anderson Almeida da Silva. 38 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci a AMV através de uma amiga, a Suelen, que depois virou professora de Língua Portuguesa no projeto.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Inicialmente queria estudar apenas matemática e português para fazer prova para Sargento do Exército. Alertado pela amiga Marlúcia, ela me disse que não podia. Como já trabalhava, tinha filhos, desisti e voltei no ano seguinte.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Foi um período muito importante para mim, de muito companheirismo, na força contra hegemônica.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Entrei na UERJ por Cotas e na UFRJ sem cotas.

Me sentia fora de casa na UFRJ, pois o único negro na fila, quando fui para me inscrever, era eu. Por isso preferi a UERJ. Era mais próxima da Mangureira e tinha bolsa. Ingressei em 2009.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

A UERJ me deu um Up. Me deu ferramentas para me tornar uma pessoa com um pouco mais autonomia. De sentar em qualquer lugar e conversar com qualquer pessoa sobre qualquer tema. De igual para igual.

Particpei de eleições do CA, DCE, e ajudei a unificar tantas chapas que disputavam as eleições. Enfrentamos grupos de evangélicos bem conservadores.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Concluído o curso, no pós-golpe que derrubou a presidente Dilma, demoraram a chamar nos concursos. Era bem idealista e não gostaria de trabalhar na rede privada, para as classes médias. Na Rede Pública foi diferente, pois foi onde me encontrei. Sou apaixonado. Tento fazer o melhor. Trabalho no estado e na prefeitura de Teresópolis.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Hoje estou um pouco parado. Tentando ser feliz. Ver a vida. Viver e ser nesse mundo. Por isso fiquei um pouco afastado. Nem em Pré-Vestibular Popular consigo trabalhar.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

O que tento ser como professor é seguir o que aprendi na AMV, pois me possibilitou a entrar numa universidade pública de qualidade, de acessar pessoas, professores,

amigos. Depois fiz uma Pós no Cp2. Depois fiz um Mestrado Profissional no CAP (Colégio de Aplicação) da UERJ. Me ajudou bastante a alinhar minha metodologia de trabalho. De dar dignidade, argumentos, conceitos, críticas. Estamos aí, caminhando nesse mundo ainda muito escuro. A AMV me possibilitou entrar num mundo que dificilmente conseguiria entrar.

10. Suas considerações finais.

A AMV mudou minha vida. A AMV pra mim foi um marco na minha vida. Foi um dos 5 pilares que estão na minha vida, pois possibilitou que eu acreditasse que poderia ir além. Que tenho a minha importância no mundo. Meu lugar de fala. Passei a pensar de forma mais crítica, analisar meu lugar de onde venho. Como ele é subalternizado por forças coloniais e capitalistas. Isso me revoltou e acabei escolhendo fazer Geografia para trabalhar dando aula.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Dejany Ferreira dos Santos. Idade: 44 anos

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através do meu irmão Rony e da minha irmã Rejany, que entraram no Pré antes de mim.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Pela possibilidade de sonhar em entrar em uma universidade e ela teria que ser pública, pois não poderia pagar por uma faculdade privada. Pelas discussões sociais e econômicas que eram feitas na AMV, eu frequentava mesmo antes de ser estudante do Pré. Minha mãe era brizolista roxa e militante e as diferenças sociais sempre foram faladas por ela. Ela nascida e criada no morro da Mangueira, e nós filhos e filhas nascidos e criados alguns na Mangueira e outros no morro do Tuiuti. A AMV trouxe para mim pela primeira vez a possibilidade de ingressar em uma universidade. Antes eu sonhava em terminar meu segundo grau e fazer concurso para auxiliar em casa. Faço parte da primeira geração que chegou à universidade e concluiu a mesma, tanto na minha família materna quanto paterna.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Entrei na AMV em 2004, e já participava das atividades extraclasse antes por causa dos meus irmãos, que sempre me chamavam para ir. Prestei vestibular para a UFRJ em 2004, pois foi a única universidade que eu consegui isenção de taxa naquele

ano. Não passei. No ano seguinte consegui isenção de taxa para a UFF e para a UERJ. Passei para a UERJ. As aulas dadas com as provas anteriores eram essenciais para entendermos como as questões eram formuladas. Tínhamos aula de todas as matérias e isso foi essencial. Fazíamos redação pelo menos uma vez por semana, a professora de redação corrigia todas, até as que fazíamos no grupo de mulheres com leituras temáticas, que tínhamos alguns sábados por mês. Tínhamos aula de segunda à sexta das 18h às 22h30, e aos sábados, das 9h às 15h. Fazíamos mutirões para organizar a sala e a biblioteca. Eu entrei quando a AMV já havia saído do colégio e já estava no antigo prédio do Banco do Brasil. Tínhamos uma coletividade muito importante, tomávamos decisões coletivas, buscávamos na UERJ as fichas de solicitação de isenção para todos e todas, preenchíamos coletivamente, onde quem tinha mais experiência auxiliava quem nunca havia feito e um ou dois de nós levava de volta para a universidade as fichas preenchidas. As atividades extraclasse eram maravilhosas, como a ida ao acampamento e/ou assentamento do MST, subidas à Floresta da Tijuca tendo aula de Geografia e Biologia durante a subida e ao chegar ao topo, como passeios históricos pelo centro do RJ. Além do Domingo é dia de Cinema que rolava uma vez por mês no Odeon com debates após a exibição do filme. A AMV foi uma escola e tanto.

5. Em que faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Ingressei na UERJ. Psicologia. Ingressei no ano de 2006.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Quando o JJ me ligou para me dizer que eu havia passado na UERJ, fiquei meio sem chão. O professor de português JJ tinha os números das nossas matrículas e acompanhava as classificações da casa dele, pois a maioria não tinha computador em casa ou não estava familiarizado com o sistema para acompanhar. Primeiro ele me ligou para dizer que eu havia gabaritado a prova de português e tirado 10 na redação dias antes e depois me ligou dizendo que eu havia tirado em quarto lugar para cotista. Fiquei meio sem saber o que dizer. A entrada na universidade tem um impacto, aquele lugar gigante, com tantas salas e pessoas. Eu tinha gente para me *brifar* e dizer como fazer e não dar mole nos trotes, minha irmã já tinha passado e me deu umas dicas, um amigo meu me salvou do trote me chamando. Com relação às aulas, quando uma professora passou um fichamento de um texto foi um festival

de 0 a 3 para quase todos da turma. Acredito que a maioria assim como eu, não fazia ideia do que era um fichamento. Depois refizemos o mesmo trabalho e nos saímos melhor. Eu estudava à noite, horário da galera mais velha e trabalhadora estudar. Eu dizia que tinha que passar para a UERJ, pois era a única universidade que a Psicologia não era integral e tinha horário só à noite. Precisava trabalhar. Tive meus percalços, mas fui me familiarizando com as pessoas e com o curso. A maior pedra de tropeço foi Estatística, bati nela duas vezes. Assistia a praticamente todas as aulas, o meu aprendizado funciona na troca, na observação e escuta. Mas também ia ao bar, apesar de não beber, ia ao samba, participava das vinholadas e de algumas festas e de alguns eventos que aconteciam na universidade. Sentia falta da galera da Psicologia nas pautas políticas da UERJ, era raro encontrá-los nas reuniões e debates. Eu era cotista, então tinham algumas atividades acadêmicas que precisava cumprir. Auxiliei a professora Vera na Psicomotricidade por um período para cumprir carga horária. Depois fui bolsista voluntária no Clio Psique, a pesquisa era: Mulheres na Psicologia. Tenho artigos publicados, trabalhos apresentados e uma premiação por um poster junto com uma amiga. No mês em que me tornei bolsista com bolsa, saiu o resultado do concurso para estagiário da prefeitura do Rio de Janeiro, que se chama Acadêmico Bolsista e então em saí do Núcleo de Pesquisa e fui tomar posse junto à prefeitura no estágio. Estaguei na Colônia Juliano Moreira em Jacarepaguá, no Núcleo de Geração de Renda para usuários do serviço de Saúde Mental da instituição. Ali me tornei uma outra pessoa e minha formação naquele espaço foi imprescindível para a profissional que sou hoje, pois compreendi sobre o sofrimento psíquico de um outro lugar. Sou militante da Luta Antimanicomial até hoje. Ao fim do estágio fiz prova novamente e fui estagiar no Hospital Maternidade Fernando Magalhães, em São Cristóvão. Outra escola maravilhosa na minha formação. Ambos me deram formação, conteúdo e conhecimento da rede psicossocial para entrar no último estágio que fiz antes de me formar. Fui estagiária na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ, por um período de mais ou menos 14 meses e ao término da graduação fui contratada e virei assessora e depois me tornei coordenadora da mesma. As trocas de conhecimentos e as transversalidades dos mesmos que fazíamos para fazermos os atendimentos às pessoas que iam até a CDDHC, os encaminhamentos, as redes construídas, pois sem Rede não é possível fazer o trabalho, as proposições de projetos de lei para resolução de questões que se repetiam no dia a dia da

Comissão consolidam muitas coisas na minha vida pessoal e carreira, enquanto profissional Psicóloga e como militante dos Direitos Humanos. Nos períodos entre os estágios, também fiz uma formação em Psicologia Clínica com uma bolsa de 80%, o que me levou a atender clinicamente com supervisão antes mesmo de ter esta experiência na Universidade. Os atendimentos eram remunerados, pois os estudantes atendiam na Clínica Social do Instituto.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Não tive dificuldades, pois já fazia atendimentos clínicos individuais no Instituto e também me tornei assessora parlamentar.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Trabalhei por mais de 11 anos na CDDHC-ALERJ e com a minha entrada, a Comissão passa a fazer encaminhamentos para os serviços de Saúde Mental das pessoas que tinham seus direitos violados e que com isso entravam em sofrimento psíquico, principalmente as mães de pessoas vitimadas pela violência de Estado. A violação de direitos muitas vezes gera sofrimento psíquico. Fui a primeira psicóloga a trabalhar na CDDHC. Pedi para ser exonerada da ALERJ em fevereiro de 2022, para coordenar um projeto na Fiocruz. Na atualidade sou bolsista da Fiotec Coordenando o Projeto Rede de Defensores de Direitos Humanos e Promoção da Saúde no Estado do RJ, na Cooperação Social da Presidência da Fiocruz. Escrevi junto com amigos da Comissão o projeto e ele seria executado em 2020, porém com o advento da pandemia, o projeto só foi iniciado em julho de 2022. Já estamos na execução do Projeto 2, com a segunda turma. O mesmo consiste em cuidar de quem cuida com o objetivo de fortalecer as redes já existentes de cada defensor e defensora, assim como ampliar as mesmas, transversalizando saberes, coletivos e instituições. O Projeto é fruto das nossas experiências de trabalho na CDDHC. Ele é executado a partir de uma Emenda Parlamentar feita pelo Deputado Marcelo Freixo. Também faço parte da RAAVE – Rede de Atenção à Pessoas Afetadas por Violência de Estado. É uma Rede Psicossocial integrada com o serviço da Defensoria Pública do Estado do RJ.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A Associação Mangueira Vestibulares foi um divisor de águas na minha vida e na vida de tantas outras pessoas, assim como outros Prés-comunitários, pois além de proporcionar a nossa entrada nas Universidades, mudando muitos cenários

familiares, também discutiam e discutem os cenários políticos e socioeconômicos da nossa sociedade e do mundo. Abrindo possibilidade de mudanças para os que foram colocados à margem pelo nosso histórico escravocrata, classista e eugenista, mudando um pouco o perfil dos estudantes universitários que já estava cristalizado nas cadeiras das universidades e no imaginário social.

10. Suas considerações finais.

Recordar parte do percurso até aqui que vem antes da entrada na AMV, que se modifica com as interações e afetações provocadas por este espaço e se amplia para fora dele e que não se encerra em si mesmo e continuará se replicando e transmutando com o passar do tempo é muito interessante e gratificante. Relembrar e perceber que apesar de não haver mais um espaço físico que possamos chamar de AMV, ainda assim, carregamos em nós esta marca. Logo, o multiplicamos por aí e damos contornos a este existir que está em nossas histórias e narrativas.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Joli Arissandra do Nascimento, 41 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Meu professor de Geografia do Ensino Médio, Daniel Mauricio, dava aula no AMV e falava sobre o AMV nas aulas.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Embora eu tenha feito o Ensino Médio em uma escola particular, foi com bolsa, e meu pai não tinha condições de pagar um Pré-Vestibular.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Eu entrei no AMV em 2000 na turma de sábado. O curso era de 8 às 17h, mas não era muito confortável para mim estudar todo o dia. Logo depois comecei a trabalhar em uma fábrica e no ano seguinte fui para a turma que o atendimento era durante a semana, quando comecei a trabalhar. Tive condições de ir às atividades extraclasse, e a minha participação no movimento começou a ser mais orgânica. Eu era uma jovem tímida e não falava os motivos que faziam com que eu não fosse, mesmo com todo apoio dado às pessoas sem condições. Fiquei por 3 anos como aluna e isso foi importante para a minha participação no Mangureira. Participava de tudo e isso foi fundamental para as provas.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Eu ingressei na UERJ-Maracanã, para o curso de Pedagogia no ano de 2004. A minha ciência é a educação e eu continuei no AMV até o ano que fechou. Estar em contato com o Mangueira expandiu muito sobre o que penso sobre educação, no método pedagógico que usávamos, na teoria pedagógica que nos fundamentávamos, mesmo sem a rotulação e no momento político histórico da sua criação. A minha monografia foi sobre o AMV e quando fiz pós-graduação, o meu trabalho de conclusão de curso foi sobre Orientação Profissional no AMV.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Ao ingressar na universidade eu fui participar dos movimentos estudantis. Fui do Centro Acadêmico Paulo Freire, até a conclusão do curso. Lutávamos por todo as demandas que iam se apresentando ligadas diretamente com a nossa educação, com a universidade e com a política ampla. Participei como ouvinte e na construção de encontros estudantis e de movimentos políticos.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Durante o curso eu comecei com um estágio em uma escola particular e ao término da faculdade assumi a coordenação de um dos seguimentos.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Na atualidade sou professora dos municípios do Rio e Caxias e a minha atuação política é ligada ao SEPE e às movimentações sociais orgânicas.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

O AMV é o movimento mais importante que participei. O Mangueira fazia um processo de formação política, onde todos participavam de forma direta e democraticamente, com um prática de participação de todas as instâncias. Estar em algum momento em todos os cargos de um movimento faz a formação dos indivíduos.

A minha formação política se inicia no AMV, se expande nele e continua, como ele continua em todos os participantes.

10. Suas considerações finais.

O AMV deixa de dar atendimentos no fim do ano de 2013. Está fazendo 10 anos e estamos escrevendo, pesquisando sobre a potência desse Movimento Social

iniciado em 1990 que atendeu diversas pessoas, negras, faveladas, que talvez não estariam nas universidades, porém muitos de nós já chegávamos nas universidades de modo diferente, entendendo nosso lugar, o que é nosso enquanto indivíduo e o quanto o

sistema capitalista não era democrático.

O AMV vive em todos nós.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Jorge Marcio do Nascimento. Idade: 50 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através de dois amigos que me informaram a existência do Pré.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Num primeiro momento, a vontade de continuar estudando, porque já tinha terminado meu ensino médio e não tinha nada pra fazer após o trabalho. Não visualizava a possibilidade de entrar para a faculdade um dia, até ver meus amigos conseguindo e pensei: Eu também posso.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Ingressei na AMV em Agosto de 1996, após muito insistir porque eram muitos candidatos para poucas vagas. Minha primeira tentativa no vestibular foi para Educação Física na UERJ, passei para a segunda fase, mas infelizmente esqueci a data da segunda prova. Após isso tentei mais três vezes até conseguir o ingresso em Arquivologia na UNIRIO em 2000. As atividades extraclasse eram maravilhosas, como ida ao acampamento do MST, subida à Floresta da Tijuca tendo aula de Geografia durante a subida e ao chegar ao topo, bem como ida até Santa Cruz, de trem, tendo também aula de Geografia pelo caminho. Fizemos passeios históricos pelo centro do RJ. Aprendi muito.

5. Em que faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Ingressei na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Cursei Arquivologia. Ingressei no ano 2000 e me graduei em 2004.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Sempre fui um aluno dedicado, que buscava aprender o máximo sobre a profissão que estava escolhendo. Particpei de festas na universidade, claro, embora não fosse presença constante nelas. Tentei ingressar no DA (Diretório Acadêmico), mas minha candidatura foi negada, me achavam “radical demais”, talvez por ter apenas alunos (as) oriundos(as) de pré comunitário todos(as) negros(as) e também pelo fato de eu ser o único homem...

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Nunca tive dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, até a ocorrência da pandemia. No entanto, fiz especialização em História da África e tirei a licenciatura em História, ambas pela Cândido Mendes. Já dava aula no pré da AMV desde 2006, mas não tinha o registro de professor que consegui em 2009. A partir daí surgiram possibilidades de atuar em outros Prés-comunitários, dois inclusive com remuneração, um deles ainda estou trabalhando. No meio do percurso, me tornei Mestre em Relações Étnico-Raciais (2021). Hoje além de professor, sou palestrante, tenho um canal no Youtube e também criei um Curso Livre online de História da África a partir da perspectiva do Pan Africanismo. E continuo trabalhando como Arquivista e também professor.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Como eu disse sou palestrante, pelo menos desde 2004, quando fui convidado à falar sobre minha Monografia da graduação em “Suporte Vivo – Uma abordagem sobre as origens e significado das marcas nos corpos dos negros”. Desde então tenho falado a respeito da História da África e das relações étnico-raciais em diversos espaços. De universidades à terreiros de religiões de matrizes africanas e também em morros e favelas.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

Pra mim, a Associação Mangueira Vestibulares foi um divisor de águas na minha vida. Embora eu já tivesse algum conhecimento sobre História e trajetória das populações negras no Brasil, fruto das lições aprendidas com meu irmão mais velho, entrar na AMV significou ampliar meus horizontes, me compreender como integrante da classe trabalhadora.

10. Suas considerações finais.

Agradeço muito professor a oportunidade de responder ao seu questionário. Me deu a possibilidade de relembrar minha trajetória acadêmica, a importância da AMV na

minha vida e me lembrar que ainda tenho um longo caminho a percorrer em busca dos meus objetivos. Agradeço também suas aulas pra lá de inspiradoras. Sem dúvida, como te falei, o senhor é uma das minhas referências como professor. Minhas aulas, apesar de terem minha característica pessoal, têm é claro, influências suas e de outros mestres que me ensinaram sobre História, essa disciplina apaixonante. Grande abraço e sucesso sempre. Axé pra nós. África no Centro.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Sou Karla da Silva Mero, 46 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através de um amigo de meu esposo, Augusto, que participava do Projeto.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Por desejar ir para a faculdade pública, eu não tinha conhecimento do percurso, mas sabia que minha chance estaria em um Pré-vestibular Comunitário.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Todas as atividades organizadas auxiliavam para a ampliação do conhecimento e para sensibilização sobre as causas sociais, fosse assistir uma peça com o Teatro da Companhia dos Comuns, uma saída de campo para um assentamento do MST, ou na atividade de campo na Floresta da Tijuca, ou na passeata do Grito dos Excluídos de 7 de Setembro. Nossos professores contribuíram muito pra minha jornada na vida, no campo pessoal e profissional, seus questionamentos e propostas coletivas nutriram minha mente com uma postura questionadora. Isso faz muita diferença para mim no meu fazer diário, no meu agir no mundo.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Na Universidade Federal Fluminense – UFF / Pedagogia / junho – 2003.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Eu precisei fazer o curso noturno, eu precisava trabalhar, e ser uma aluna trabalhadora na universidade é um desafio, principalmente por ser uma universidade em outra cidade, pois morava no Rio. Como curso noturno em educação encontrei professores e colegas que eram também colaborativos, muitas já professoras e com

experiência de atuação. Minha turma foi maravilhosa, sempre trocamos ajudas. Nos vemos até hoje e temos um grupo no Whatsapp.

O que mais me frustrava era não poder estar em eventos, palestras, ou grupo de estudo, pois eu precisa trabalhar, então minha rotina era chegar correndo e sair correndo e fazer o meu melhor possível e assim seguir. Somente no último ano consegui ter mais tempo pra fazer eletivas e participar de algumas iniciativas da universidade, pois no trabalho consegui liberação parcial. Mais estar em um grupo de estudo ou pesquisa, era meu desejo e não foi possível, considero esse *dificultador* um fator problema para alunos trabalhadores, pois não há muita oportunidade.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Ao terminar continuei por um ano na atividade e trabalho que fiquei durante toda formação, na área administrativa. Decidi encarar o mercado, mas era um desafio sem experiência, somente depois de quase 2 anos iniciei na área de formação, e só consegui por ter uma amiga de faculdade trabalhando na escola. Assim consegui uma entrevista, fiquei por 4 anos e saí, depois fiz concurso pra prefeitura do Rio para Educação Infantil.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

No aspecto social tenho buscado formações que me tragam novos conhecimentos direcionados na perspectiva de uma educação mais holística, humanizada, que me promovam novos conhecimentos que tragam significados ao meu fazer enquanto profissional. Fiz formação em *Biodanza* e agora uma pós em Psicomotricidade em Educação. Atuo com humanização uma educação afetiva e me envolvo com as questões dos alunos, seus direitos. É algo que tenho como compromisso. Politicamente pouco participei de atividades do sindicato de professores, participo hoje do Movimento do Matriarcado Feminino das Mulheres Negras, no Espaço Terapretas.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A AMV foi um espaço de muito aprendizado para mim, me possibilitou a ampliação de conhecimentos sobre as diversidades, sobre os conflitos sociais, políticos e econômicos, me auxiliando na construção de minha identidade ao ampliar a discussão sobre gênero, raça e classe. Sua importância afetou minha vida no aspecto pessoal, profissional e social, pois os aprendizados adquiridos influenciam

minhas ações e decisões até hoje. Ter tido a oportunidade de estabelecer vínculos tão saudáveis e de amadurecimento foi único, hoje sou grata pelas amizades de mais de 20 anos adquiridas na AMV. Me tornar amiga de professores ressignificou a relação professore/aluno.

10. Suas considerações finais.

Eu percebo que espaços como a AMV são raros hoje, mas necessários para auxiliar os jovens em suas jornadas de vida e profissional. Alguns dos nossos alunos não permaneceram, não entraram na universidade, mas socialmente caminharam na vida com escolhas reflexivas que puderam. A AMV marcou suas histórias e os encontros. Muitas das demandas que discutíamos pra mudança de mundo, estamos hoje vendo que permanecem, por demandas das perspectivas sociais. Os enfrentamentos são os mesmos de 20 anos atrás. Essa é a nossa realidade. Mas no aspecto pessoal, faço as escolhas que acredito serem as melhores, as que levam para uma reflexão coletiva.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Ludmilla Lis A. Lima, 45 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Eu já tinha duas amigas que estudavam no AMV e já estavam se organizando para fazer as provas para as universidades. Elas me contaram que tinha um pré-vestibular perto de casa e gratuito. Fui conhecer e fiquei!

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Eu fui percebendo que se não estudasse não conseguiria trabalhos melhores e não teria bons salários. Sempre quis entender melhor a língua portuguesa e o Teatro, e fui fazer Letras para trabalhar em áreas afins. Como não tinha condições de pagar por um curso pré-vestibular, a proposta do AMV era maravilhosa.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Eu sempre fui aquela aluninha "CDF", que gostava de participar de tudo, de sentar na frente, de participar dos eventos. Estive envolvida em algumas apresentações artísticas do AMV, já que eu tinha experiência com teatro. Fui aos passeios e roteiros históricos. Estivemos em diversos acampamentos e assentamentos do MST. Participei da maioria das atividades internas e externas. E foi essa experiência

que moldou o meu pensar, o meu olhar, o meu entendimento sobre a nossa sociedade.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Preparada pelo AMV, eu consegui fazer o Enem. Fiz uma excelente prova e obtive bolsa de 100% para o programa do PROUNI. Entrei na Universidade Veiga de Almeida para cursar Letras/Literatura no ano de 2011.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Segui na universidade sendo a mesma aluna que eu fui no pré-vestibular. Participativa, era proativa e interessada. Com a pequena diferença de que o território da universidade era muito menos acolhedor do que o do pré-vestibular. Coordenei um Projeto de Extensão na Faculdade de Letras chamado Mosaico Literário, em que repensávamos e difundíamos a literatura em todo o espaço da universidade, incluindo os demais cursos. Aproveitei minha experiência no Teatro e o estudo da literatura. Já estava dando certo o objetivo da faculdade.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Enfrentei uma série de dificuldades, quase todas de ordem financeira, porque não tinha como "esperar" um bom emprego. Sempre tive a necessidade de conseguir um para conseguir me sustentar. E nem sempre você assume a vaga que deseja, e sim aquela que precisa. Mas confesso que não demorei tanto a estar inserida nos locais que desejei. Escolas, universidades, teatros...Sempre trabalhando com o que queria, a Língua Portuguesa.

Mas diversas vezes tive que conseguir trabalhos que não tinham a ver com minha formação, pois as oportunidades que surgiam era essas e precisava de dinheiro.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Sempre me considerei uma pessoa política. Sempre atuei nos movimentos sociais ligados às classes trabalhadoras, no movimento negro e nas ações de luta contra o racismo e a discriminação aos indivíduos dissidentes. No final de 2017, me tornei assessora da escritora Conceição Evaristo, e isso me trouxe todo o restante de experiência de que precisava. Estive em 4 países por diversas vezes, mais de 11 estados, em grande parte do estado do RJ, SP e Minas Gerais. Escrevi alguns livros,

fiz o mestrado em Relações Étnico-Raciais no CEFETRJ, e sigo acreditando que o mundo melhor é aquele que fazemos!

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

O AMV me deu tudo. A visão, o olhar atento e cheio de questionamentos, o entendimento de classe, a atenção ao discurso do opressor. Me ensinou a perceber as estratégias dos poderosos para anular nossa participação na sociedade, a política e seus meandros. Me ajudou a votar melhor, a ser melhor, a lutar pelo mundo e por todos a minha volta. Me fez entender o significado da palavra justiça e me educou para a vida.

10. Suas considerações finais.

Sinto que os pré-vestibulares populares estejam sempre lutando para existir. A falta de estrutura, dinheiro, material, etc, fazem com que a ideia termine por se esvaziar. Algo que comemoramos, é que nos últimos anos conseguimos ver uma virada nas universidades com muito mais estudantes de etnias diferentes e uma mudança ainda tímida nos quadros de professores nas instituições. Mas agradeço. O AMV foi minha base. A raiz. E essa raiz anseia sempre por produzir árvores e sementes. Obrigada pela oportunidade, professor Edelson.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Marlúcia Barbosa de Figueiredo, 45 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através de uma colega de trabalho, Karla Mero. Trabalhávamos na Petrobrás como ADM. Eu morava em Santa Cruz e ela na Mangueira.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Passar para a Universidade Pública. Tive na minha vó, uma nordestina analfabeta, que sofria violências domésticas por parte do companheiro del. Veio para o Rio de Janeiro, onde nasceu meu pai e foi uma grande inspiração, pois ela fez de tudo para que eu, minha irmã e seus natos estudassem. E fui orientada de que estudo, escola era o lugar de melhoramento de vida. Quando fui conhecer a AMV fui com essa perspectiva, de melhorar minha vida através dos estudos e a Graduação passou a ser meu objetivo.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

A AMV para mim foi um divisor de águas. Queria passar para uma Universidade Pública para ter uma Graduação, visando ganhos financeiros. A AMV me possibilitou ter outras formas de pensar, de coletivizar, onde entendi que era parte integrante desse sujeito, de um grupo social desfavorecido, socialmente falando. Quando me apropriei dessas informações não sou mais a Marlúcia que só queria passar pela Universidade, mas sim ocupar, pois a AMV me deu essa base social de pertencimento de classe, da favela, não me envergonhando mais por ser favelada, não me escondendo. Passo a entender que sou favelada por que faço parte dessa classe que precisa lutar por espaço, por direitos e por tantas outras coisas que, inicialmente, não via esse lugar. A AMV não foi só um Pré-Vestibular que te dava letramento apenas como a Gramática te ensina, mas sim um letramento de classe, social, de vida, racial, onde me enxergo como mulher negra. Não queria ser só aluna e me sentia tão integrada que passei a fazer parte da Coordenação, antes de ingressar na Universidade, das Aulas de Cultura e Cidadania, da organização do espaço. Eu fiz parte desse coletivo, desse movimento social, entendendo que eu também estava já ocupando, tendo privilégios de informação que me levava a retornar pros meus grupos, de familiares, amigos, que não é algo fácil, pois cada um tem seu momento de crescer e de pensar, de revisitar. Mas minha gana era tanta que eu queria que todos ao meu redor se modificassem assim como eu estava me modificando

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

UERJ / SERVIÇO SOCIAL, em 2009.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Via o Curso de Serviço Social como um momento para discutir a questão das classes sociais. Assumir um protagonismo nos apropriando de informações que foram nos tiradas por termos sido colônia portuguesa. Queria ajudar a questionar o papel de uma região colonizada pelos europeus, pelos portugueses, que nos colocaram suas culturas. Tínhamos que sair dessa condição de submissão, assumir protagonismos, conquistando direitos. E entender todo esse movimento nos adocece um pouco, mas me levou a buscar algumas frentes de combate, desde a AMV, passando pela crise provocada pela pandemia.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Assim que terminei a Faculdade fui mandado embora da Petrobrás, pois trabalhava numa empresa contratada que entrou em crise e não nos indenizou, que me levou a entrar num processo que dura até hoje. Assim que saí dessa empresa consegui concluir minha graduação e fiquei entre seis e oito meses, que não considero muito tempo, até conseguir trabalhar na profissão. Minha amiga foi dirigir um Centro de Acolhimento para meninas de 12 a 18 anos, onde trabalhei por dois anos em Nova Iguaçu. Com a Pandemia fui desligada em 2021 e tive dificuldades de retornar para trabalhar na minha área, agravado pelo governo do Bolsomínio, que acaba impactando na vida de muitos trabalhadores. Nesse momento ingressei na área de Gastronomia, começando a vender bolos, pães e com meu curso conseguia extras em cozinhas industriais, de hotéis, onde trabalhei até o início de 2023, trabalhando e me sustentando enlouquecidamente, pois os serviços na cozinha te tomam sua vida, seu corpo e sua alma.

Em junho de 2023 retornei para a área de Serviço Social, onde trabalho a cinco ou seis meses como Assistente Social.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Hoje eu entendo quem eu sou, de onde vim, de onde eu sou, e o que eu quero fazer com isso, e qual a minha função na vida de outras pessoas, sejam elas meus pares, sejam as pessoas que eu assisto né, enquanto profissional de Serviço Social.

Nós somos políticos por essência, nós vivemos política.

Hoje eu milito na causa do recorte racial, trabalhando com mulheres negras, na sua grande maioria vítimas de violências domésticas, atuando como Assistente Social na Secretaria de Promoção para Mulheres do Município do Rio. Não tenho ainda especialização ou Mestrado, mas sempre que posso estou nas rodas de conversas, trocando com amigos, sigo autores, leio autores que me ajudam minimamente a me atualizar, me humanizar também cada vez mais. Não sou concursada, mas sim contratada e enfrento vários perrengues, como trabalhadora, como vários trabalhadores. Estou trabalhando, estou feliz, mas não satisfeita com meu salário, e pretendo muito continuar estudando, pois se atualizar é muito importante para se manter viva e com a sua saúde minimamente bem.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A AMV foi esse espaço necessário dentro dessa desigualdade para tentar equalizar essa desigualdade social. A AMV vai na contramão, na contra hegemonia, tentando reparar essas desigualdades sociais no âmbito educacional, para que possamos minimamente ter ciência, pois não vamos salvar o mundo, mas vamos pelo menos informar as pessoas como podemos fazer, se juntar, se coletivizar, se aquilombar, para que possamos reivindicar nossos direitos que estão aí. A AMV se faz necessária ainda nesse contexto tão cruel em que vivemos nesse convívio social.

10. Suas considerações finais.

Sou uma outra mulher pós AMV. Ela me constituiu como mulher, sujeito social e eu so grata por esse espaço, por terem me apresentado pessoas comprometidas, pessoas que estão ainda no front, como Leon, como o Faxina, o Rony, como tantos outros professores. Como você, que não tive a oportunidade de conhecer. Educar não é uma tarefa fácil, sobretudo quando temos comprometimento de ir para além do letramento estrito. A AMV tem esse lugar para mim.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Rejany Ferreira dos Santos, 44 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através do meu irmão Rony, que já estudava no Pré.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Para ingressar na Universidade Pública.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Iniciei na turma de sábado do Pré e ao longo do ano passei a fazer parte da turma da semana. Como educanda do AMV eu participei de diferentes ações. No início eu contribuía na parte do controle da presença, pois sempre havia gente na fila de espera para ingressar. Realizava as impressões de alguns materiais para as aulas, dialogava com os educadores e educadoras sobre as mudanças de horários ou a necessidade de falta de alguns/algumas dele/delas. Participei das oficinas do grupo **Mulheres de Atitude** e depois passei a fazer parte do grupo e realizava junto com as outras mulheres do AMV, oficinas para dialogar sobre gênero e raça/etnia na sociedade.

Participei das peças do AMV e da realização das festas de aniversário do Pré.

Fui uma das coordenadoras do AMV, dialogando com os parceiros e contribuindo na organização dos nossos trabalhos de campo, como a ida ao MST, a subida da Floresta da Tijuca, trabalho de campo do roteiro histórico/geográfico do Centro do Rio de Janeiro, as Rodas de Conversa com o grupo Tortura Nunca Mais, Grupo Arco Íris e os Aulões sobre ditadura militar. Organização do Domingo é Dia de Cinema e a presença dos educandos e educandas e seus familiares nas peças da Companhia dos Comuns em diferentes teatros da cidade do Rio de Janeiro e no Municipal.

Levar a documentação dos estudantes para a Uerj e UFF, para solicitar a isenção da inscrição nos vestibulares.

Particpei dos debates e diálogos realizados pelo Pré, sobre as Cotas na Uerj e a sua importância para a parcela mais empobrecida da sociedade.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Entrei para Uerj-FFP, para cursar Geografia no ano 2004.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Quando entrei na Uerj, eu já trabalhava, desde que estava no AMV e o meu curso era integral. Optei pelo horário tarde/noite e tranquei as matérias da tarde e fazia as da noite.

Entrei na Uerj no auge do debate das cotas raciais. Como eu entrei no ano de 2004, era o início da implementação e o debate era intenso nas aulas, mas como eu já vinha de Pré comunitário e nós fazíamos esse debate intensamente no AMV, participava intensamente dos debates e discussões sobre o tema das cotas na UERJ.

Como fiz Geografia e esse curso tem muitos trabalhos de campos, participei de todos. Fiz parte do Grupo de Pesquisa do Professor Paulinho Chinelo que tinha me dado aula na AMV e agora estava dando aula na UERJ. Ele trabalhava com o MST e fiz parte dessa pesquisa por um tempo. Depois mudei para o Grupo de Pesquisa de Hidrologia que estudava sobre Agroecologia e a importância das raízes para manutenção do solo.

Depois do 3º semestre, fui dar Aula de Geografia na AMV com o Leon, que tinha sido meu professor no Pré e com a Luiza, e continuei participando dos trabalhos de campo, idas ao teatro, do Domingo é Dia de Cinema, idas aos acampamentos e assentamentos do MST e a Escola Florestan Fernandes do MST.

Particpei de todos os atos de greve e de reivindicação da Uerj, fiz parte do Centro Acadêmico, por um tempo.

Dei aula de Geografia no Presídio Edgar Costa, em Niterói, como estagiaria, lecionando Geografia e fazendo as inscrições dos estudantes nos vestibulares e na prova do Encceja (não lembro se era esse nome na época) e aplicando essas provas para os educandos para que pudessem pegar os seus certificados do Ensino Médio.

Depois fui lecionar como professora de Geografia em um Colégio particular na Vila da Penha.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Eu comecei a dar aulas em um colégio particular antes mesmo de me formar e quando me formei continuei a dar aula.

Não tive dificuldade de entrar no mercado de trabalho e nem para mudar as minhas atividades profissionais, pois continuei a dar aulas e comecei a trabalhar na área de meio ambiente e saneamento ambiental, que é o trabalho que eu realizo até hoje.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Atualmente trabalho como pesquisadora da Fiocruz. Iniciei o trabalho na Fiocruz trabalhando com gênero e raça/etnia, logo depois comecei a trabalhar com a questão de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos, e continuo a realizar esse trabalho até hoje. Depois que a AMV acabou, algumas mulheres que faziam parte do grupo se reuniram e chamaram outras mulheres que não eram do Pré e criamos a OMA – Associação Organização Mulheres de Atitude que foi criada em 2010, e começou a sua atuação em 2011, e continua a trabalhar com mulheres em situação de vulnerabilidade até hoje. Eu faço parte da organização e atuo na mesma.

Trabalho e milito também na área de Saneamento em Territórios Socioambientalmente Vulnerabilizados (favelas e periferias), dialogando com o poder público e a população para que haja a melhoria da condição do saneamento para a população favelada e periférica.

Fiz o meu mestrado na UFF em Dinâmicas dos Oceanos e da Terra, pois em um evento que realizamos na Fiocruz com pescadores e pescadoras artesanais da Baía de Guanabara, alguns falaram que sabiam que a baía estava poluída, mas não sabiam quais eram os tipos de poluição. Escolhi fazer a análise da areia do fundo de um rio que desagua na baía para responder a uma parte dessa pergunta feita pelos

companheiros pescadores e pescadoras, e para apresentar ao poder público responsável pelo saneamento quais são as soluções possíveis.

Faço parte do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, representando a sociedade civil organizada. Faço parte da Rede de Vigilância Popular de Saneamento e Saúde do estado do Rio de Janeiro.

Dialogo com mandatos legislativos municipais, estaduais e federais sobre a questão do saneamento ambiental e as questões de gênero.

Participo ativamente para que o saneamento do estado do RJ volte a ser público.

Realizamos trabalhos junto com Organizações dos Territórios Sociambientalmente Vulnerabilizados para pensar o saneamento desses locais.

Também sou formada em Psicanálise e faço parte de um grupo que atende mulheres, homens e adolescentes e jovens que não possuem condições financeiras para pagar as consultas ou podem pagar um valor social.

Esqueci de colocar que dei aula de Geografia na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, no território de Manguinhos, na sede da OSCIP-REDECCAP e na escola EPSJV ano de 2014 a 2018 para Eja Manguinhos.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A AMV foi e sempre será de muita importância na minha vida, pois esse movimento social travestido de Pré-vestibular me proporcionou construir junto com os meus pares a perspectiva de um mundo que fosse melhor para todos e todas. Não era só passar na faculdade e seguir a vida. Era entrar ou não, mas buscar a mudança nesse mundo que não estava bom para a maioria de nós, mas pensando em fazer isso junto e não sozinha e isolada, construir um outro mundo, revolucionar de verdade e não individualizar as conquistas. Estar com outros movimentos e organizações que também buscavam um mundo melhor para todos e todas, mas como também precisamos de diversão e arte, as idas ao cinema, teatros, trabalhos de campo, também nos proporcionavam a arte, em direção da revolução das nossas mentes e das nossas conquistas individuais e coletivas.

Falar da AMV é falar de amor, de sonho que não se sonha só, da busca de transformar esses sonhos coletivos em realidades.

Falar da AMV é falar de amizades revolucionárias e continuar em busca do ideal e sorrindo junto quando o possível chegou, mas seguindo em busca da mudança que revoluciona para os menos favorecidos.

10. Suas considerações finais.

A AMV tem um documentário que conta uma parte da nossa história, **A Resistência dos Vagalumes**. É uma síntese muito linda do nosso trabalho revolucionário.

Na AMV quando éramos convidados e convidadas para as formaturas dos educandas e educandos que passaram pelo Pré, nós organizamos a ida de todas as pessoas do Pré que poderiam estar presente e fazíamos cartazes com os nomes dos formandos e formandas. Era muito incrível. Lembro desse momento na minha formatura, onde vi os meus companheiros e companheiras ali, felizes com a minha conquista.

Gratidão pelo convite para responder a sua pesquisa, pois é sempre muito bom relembrar todos esses momentos e mudanças que a AMV me proporcionou!

1. Sua identificação, como nome, idade.

Ricardo Alves de oliveira, 59 anos, ex. aluno do Colégio Estadual Professor Ernesto Farias.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Convidado a participar do projeto inicial pelo então “professor do colégio estadual (Professor Ernesto Faria) – Tio Carlão”.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Estudar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, OBS: deixo aqui explícito que não escolhi a profissão e sim a Universidade.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Inicialmente, ao término do ensino médio, não havia por minha parte quaisquer interesse de cursar uma instituição de ensino superior. Apesar de uma influência de uma propaganda sobre um curso de “Biologia Marinha” na Faculdade Maria Tereza, na antiga rádio Fluminense, a qual eu era ouvinte, e achava a propaganda “irada” eu não tinha nada mais que isso. No entanto, tudo mudaria quando eu, passando na frente da UFRRJ-Rural, fiquei fascinado ao ver aquilo, ou melhor, a Rural. Já havia ouvido falar dela, (a Rural) mas não sabia onde era ou que era tão “linda e imponente”. Perguntei aos amigos que estavam comigo naquela tarde de sábado o que era aquele prédio lá, eles responderam: A universidade Rural! Então eu falei; será ai que irei estudar. Todos no carro riram de mim e falaram que eu era muito Burro pra passar pra lá. Simples assim!

Obs: Não havia terminado o 2º grau, voltando ao Ernesto Faria e falei que havia passado em frente à Rural, o então professor Claudio que dava aula de Biologia no Ernesto, falou que havia estudado e se formado na Rural e contou muitas histórias de sua graduação lá. Ai eu perguntei para ele, qual era o curso mais fácil de entrar na Rural, ele falou “Zootecnia”. Deste dia até hoje, foi o que me levou a entrar no curso “Mangueira Vestibular”.

Minha participação no então, “Projeto Piloto”, foi buscar mais pessoas que haviam estudado no Ernesto Faria e outras que eu conhecia e as convidar.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Como eu escrevi antes o meu caso de amor foi a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o curso no meu ver foi mera conveniência de propósito, a Zootecnia. Entrei na Rural no ano de 1991 e me formei em 2001.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Complicada, pois aprendi uma coisa na Rural, entrar era/foi fácil, sair que é difícil. Pois havia diversas coisas que se mostravam, como poderia dizer agora, “Insanas” para mim, já que eu realmente não estava preparado, tanto na parte acadêmica, quanto na psicológica. Uns universos totalmente desconhecidos para mim, por estes motivos precisaram de 10 anos para concluir a graduação.

Desde o inicio busquei meios de tentar sobreviver, desde alimentação, moradia, e não desistir, ate estágios. Convivi com muitos tipos de pessoas de outras regiões do Brasil, países, suas culturas e crenças. Tive um apoio tanto da universidade e seus funcionários quanto dos alunos que convivi ao longo de minha graduação.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Após o termino desta graduação, tive um pouco de, como poderia escrever: por conta do tempo e incertezas, “problemas adaptativos”, a uma nova realidade, pois, era de fato um mundo novo e com um vasto universo de conhecimentos, mas com um tempo fui observando que eu conhecia e tinha as ferramentas para desempenhar as atividades demandadas. Fui para a região norte do Brasil, sem eira e nem beira, pois não conhecia ninguém e o lugar até então. Mas respirei fundo e me organizeis, procurei contatos antigos que me apontaram algumas direções,

consegui abrigos e apoio até trabalhar. Dai pra frente foi só usar o que chamaria de “Experiência de Vida”.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Não saberia dizer sobre “protagonismo”, já que sempre fui como muitos falavam, “uma pessoa agregadora”, desde criança faço as coisas para ajudar, não por que busco o destaque, assim consigo seguir. Nasci e vivi no morro, mas também saia muito e vivia outras realidades em outras áreas na cidade do Rio. Isso se mostrou precioso nas relações coletivas e interpessoais, “Pré, durante e Pós Rural”.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

Desculpa a expressão “Porra, em tudo”, o Projeto Mangureira Vestibulares, abriu um portal para uma dimensão que estava ali ou poderia escrever está aqui o tempo todo, mais eu não via minha visão de mundo hoje, poderia classificá-la como “Holística, simples assim”.

10. Suas considerações finais.

Só agradeço a todos que me fizeram a pessoa que sou hoje, pois muitos me prepararam e até puxaram minhas orelhas quando fora preciso. Não acho justo declinar de muitos para falar ou escrever sobre poucos, não estou aqui sozinho ou tão pouco cheguei aqui só, certamente não irei mais adiante sem ajuda.

Valeu! “Quando abrimos as mãos e trocamos energia com o universo, recebemos mais energia do que damos.”

1. Sua identificação, como nome, idade.

Rony Martins, 49 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Através de um amigo que estudava no Projeto.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Procurava um Pré-Vestibular gratuito para poder estudar

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Iniciei como aluno e fui aprendendo a ter consciência cidadã, e fui forjando minha consciência política e passei a ser seduzido pelos exemplos dos professores e pela educação acolhedora de Paulo Freire em sua prática. Depois passei a fazer parte dos coletivos de organização e passei a lecionar também, tentando retribuir o que a mim havia sido dado.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Ingressei na UNISUAM no ano de 2003 no Curso de Licenciatura em Matemática.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Como estudei no curso noturno, a turma era em sua maioria de trabalhadores, então a luta foi árdua, visto que deveríamos dar conta de todas as atividades propostas, A dificuldade de traslado do emprego para a faculdade era um entrave, pois eu trabalhava na Barra e estudava em Bonsucesso, e o horário da aula era às 18:30 e eu saía do trabalho às 18:00 horas. As tarefas em grupos eram outra dificuldade, pois só tínhamos os finais de semana para dar conta.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Ao término do curso eu continuei a lecionar na AMV e no Pré-comunitário do VIVE, e trabalhava em outra área, área administrativa de um shopping center. Somente à partir de 2015 que passei a me dedicar integralmente à educação.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Acredito que, como estou na educação, consigo levar e apresentar uma educação de qualidade e acolhedora para os estudantes, mostrando que os estudantes podem ser protagonistas do processo político em que vivemos, como cidadãos. Hoje sou professor de Matemática da Escola Politécnica Joaquim Venâncio, na Fiocruz, no Ensino Médio regular e sou Coordenador da Modalidade EJA e lecionando nela também. E estou fazendo um mestrado também na EPSJV em Educação Profissional e Saúde.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

Toda minha bagagem política/cidadã, minha visão de educação acolhedora, de luta contra o racismo e contra o machismo, foi toda forjada na AMV. Posso dizer que, como a educação muda a vida das pessoas, a AMV mudou a minha. Hoje sou uma pessoa melhor. A AMV foi e é minha fonte de inspiração para dar prosseguimento no meu trabalho.

10. Suas considerações finais.

Deixar aqui explícito a minha eterna gratidão por todas as pessoas que participaram de todo o processo da AMV, entre professores e colaboradores, pois realmente fez

muito bem para a nossa sociedade, pois se hoje temos profissionais mais humanos na educação, tudo isso é graças à AMV.

E salientar que hoje só estou na educação por influencia direta da AMV, pois meu plano era outra área, porém ao ver a dedicação e a entrega com paixão e comprometimento em nos fazerem pessoas melhores, de todos os professores, me atingiram diretamente, e hoje posso ser chamado de PROFESSOR.

Abrço.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Sou Suelen Barbosa e tenho 38 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci por meio do meu irmão que me levava ao AMV quando era criança.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Como já frequentava com o meu irmão, aprendi que também iria estudar naquele espaço quando estivesse no tempo.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Desde que ingressei como estudante na AMV participava das atividades que eram propostas e tentava não perder nenhuma, pois todas eram sempre maravilhosas.

5. Em que Faculdade, Universidade você ingressou? Qual o Curso escolhido? Quando ingressou?

Das duas vezes em que passei para a UERJ foi para o curso de Letras/Literaturas. Também consegui bolsa 100% na Benet (em Direito). Na primeira vez que passei perdi o dia da matrícula. Mas no ano seguinte consegui finalmente ingressar na UERJ. (2005 e 2006)

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Como estudante universitária eu aprendi muito. Conheci um mundo muito diferente do que eu imaginava. Viajei pela graduação para apresentar um trabalho na UNB e ouvi de pertinho o Eduardo Galeano discursar (foi mágico). Além disso apresentei outros na própria UERJ. Também fui monitora e ingressei pelo sistema de cotas. Tudo que eu podia participar em relação às atividades da graduação, participava.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

Felizmente não tive dificuldade de ingressar ao mercado de trabalho. Quando estava no 4º período fui convidada para trabalhar num projeto social e desde então muitas outras portas foram surgindo.

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Atualmente atuo como professora dos municípios do RJ e de Saquarema. Trabalho num viés que vai na contramão da lógica hegemônica branca e eurocêntrica. Trabalho numa concepção produtiva do ensino de língua materna e da literatura afro-brasileira como fonte de equilíbrio mental, dialogando com numa perspectiva Decolonial para a formação de crianças, jovens e adultos.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A importância do que é o conhecimento. Conhecimento é poder! É emancipação.

10. Suas considerações finais.

Infelizmente a população carioca está cansada e desestimulada. Está triste. Ganha-se muito mal e paga-se muito. Logo, só resta sobreviver. Por isso, não se brigam por aberturas de Pré-Vestibulares. Eles foram sendo fechados e poucos lutaram e perceberam a enorme perda que isso é para uma sociedade. Muito trabalho, pouco sono, pouco descanso e muitas demandas... Estamos todos vivendo à toque de caixa. Como nos tempos de Carlito. Sendo engolidos pela *matrix* das redes sociais, das telas. Por isso é triste que não haja mais espaços como a AMV para discutir sobre “Como anda e funciona a sociedade”. Discutir sobre os algoritmos e as redes sociais... enfim.

5.5. Questionários Respondidos Pelos Professores

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

(Carlão). Carlos Alberto Nascimento, 71 anos. Licenciando em Física pela UERJ - 1975

2. Como conheceu o Projeto AMV?

O projeto AMV foi criado por mim e pelo professor Nivaldo Lemos, no Colégio Estadual Ernesto Faria em 1990.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

Eu era professor de Física nesta escola, manhã e noite, desde 1977. Já tinha um vínculo com a comunidade local através de um trabalho de teatro que começou na própria escola e se espalhou na comunidade em 1980.

A dimensão cultural do nosso projeto AMV se fez presente em vários momentos, como nos encontros no bar da Dilma, idas aos ensaios da Escola de Samba, churrasco e festa coletiva regada à cerveja e samba.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Conseguimos em 1990 juntar um grupo de professores voluntários de várias escolas privadas e públicas, desejosos de uma ação educativa transformadora no local.

OBS:

- há uma ata que eu e Nivaldo criamos para inaugurar o AMV;
- há uma carta encaminhada para a comunidade convidando os alunos da comunidade local para participar do projeto;
- vou digitalizar e enviar para você.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário?

Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

Não.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade.

Tem militância em algum Movimento Social?

Hoje não estou ligado a um movimento social específico, mas diálogo com vários (Rocinha e Mangueira) através da escola que eu dirigi até o ano passado (Escola Parque). Sou responsável também pela agenda socioambiental da escola que possibilita ações nas comunidades acima e trabalhos de campo em comunidades quilombola e indígena.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

8. Suas considerações finais.

Qualquer coisa pode me acionar.

Grande abraço,

Carlão.

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

(Fragoso). Cesar Augusto dos Santos Fragoso, tenho 72 anos. Professor de Ciências e Biologia, com Especialização em Biologia Marinha. Trabalhei por 46 anos no Magistério.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci através dos colegas de trabalho do CEAT, Paulinho Chinelo e Leon.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

Falo com orgulho do grupo de professores progressistas, que trabalhavam em escolas públicas, e que tinham um maior orgulho em fazer trabalho comunitário, que participaram da AMV e ajudaram a manter o projeto em andamento.

Minha presença no Mangueira Vestibulares foi um período muito bom para mim, glorioso. Eu morava na Tijuca, na Av. Maracanã, e ia à pé, atravessava a passarela sobre a linha do trem, entrava com a maior tranquilidade na comunidade mangueirense, sem nunca ter tido nenhum problema, tanto na entrada como na saída.

Era um projeto muito lindo, que tinha a UERJ como parceira.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Na AMV fizemos um trabalho político muito bom, em todos os seus aspectos sociais e políticos, trabalhando de forma interdisciplinar com Geografia, História, Sociologia, a questão da ética.

Lembro também do grupo de brilhantes e comprometidos alunos e alunas, criativos, contestadores, na sua grande maioria composta por adultos que já estavam no mercado de trabalho e que tinham um pouco da visão política e social que, mesmo com as dificuldades em algumas disciplinas, não abandonaram o barco, mesmo com alguns tentando vestibular pela sexta ou sétima vez, ainda mantinham toda a garra. Sabíamos que, diante da dificuldade em ingressar em cursos de graduação mais

disputados, como Medicina, os alunos acabavam optando pela Pedagogia e as Áreas de Ciências Sociais.

Muitos alunos passaram, mesmo com as dificuldades enfrentadas, demonstrando que as Cotas não diminuem em nada e tiveram trajetórias maravilhosas nas universidades. Defende a ampliação da Política de Cotas para além da educação.

Muito bacana também o fato de muitos ex-alunos retornarem para o projeto para nos ajudarem a dar aula e mostrar também a realidade dentro das universidades. Viam quantas diferenças existiam, com a discriminação dos alunos que ingressavam por cotas, até mesmo por parte de professores conservadores, principalmente os das Faculdades de Direito. Sentia muito orgulho por participar do projeto, mesmo que no seu início o percentual de aprovados fosse pequeno. O ingresso desses alunos tornava a universidade menos embauçada, menos no sentido do conservadorismo, do retrocesso político, com mais oportunidades e mais inclusão de várias pessoas. O início do Manguera Vestibulares abriu as portas para muitos outros Vestibulares Comunitários, como na Maré, no Morro do Macaco. Em Paty do Alferes, no colégio do estado, consegui junto à direção trabalhar com os alunos que terminavam e não tinham tantas oportunidades, indo trabalhar no comércio muitas das vezes em condições desumanas. Outra coisa que dificultava bastante era não ter horário fixo de trabalho.

Levamos os alunos para Paty, junto com o Paulinho Chinelo, fizemos trabalho de campo lá, visitamos grupos dos Sem Terra por lá. Coisa que não conseguia fazer na escola privada, que tem muitas regras, com pais não deixando.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário? Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

Cheguei a dar aula no Morro do Macaco (no VIVE).

Também trabalhei numa escola privada em Paty, o CEPE, uma escola progressista, muito boa e tive a oportunidade de levar vários colegas professores do Rio. Fizemos um trabalho bem bacana na escola. Minha carreira em Paty também foi muito rica. Realizamos várias atividades no Centro Cultural da cidade.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade. Tem militância em algum Movimento Social?

Eu continuo na luta, como aposentado, e tentando fazer um trabalho com produtores orgânicos, com rodas de conversa reunindo alunos da escola pública, mostrando as diferenças entre o agro e a agricultura familiar e agroecológica. Mostrando os

problemas sérios da utilização de agrotóxicos e fertilizantes, que contamina a bacia da cidade, levando a Iguá a só querer fazer tratamento na área urbana. Continuo com a cabeça voltada para projetos, não mais em sala de aula.

Apesar de aposentado da sala de aula, estou tentando montar para esse próximo ano, aqui num CIEP em Arcozelo, um Vestibular Comunitário. Estamos tentando viabilizar esse novo projeto. Estou ainda muito empolgado, pois a educação ainda não saiu de mim.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

A AMV não só contribuiu para a minha vida profissional, mas para uma nova visão de mundo, para a realidade que instalava naquele momento difícil, a dificuldade para inserir as cotas, os ataques que recebíamos por fazer um trabalho comunitário, por alguns colegas que nos criticavam pelo trabalho que fazíamos, numa visão completamente distorcida acerca da visão social por parte de muitos colegas nossos, muito bons em conteúdos, mas muito elitistas, que só gostavam de trabalhar nos grandes colégios privados, dando aula para aqueles que no futuro iriam explorá-los.

8. Suas considerações finais.

Proporcionou uma visão de mundo ampliada, junto com os alunos com vontade de lutar, de brigar. Nós só tivemos ganhos, que fico até arrepiado de lembrar. Serviu para mim como referência para a vida, não só para questão profissional em outros lugares.

Me senti muito valorizado, respeitado pelos alunos. Os colegas com a mesma proposta, e que dizíamos que ninguém estava ali de graça não, que ninguém estava fazendo favor algum. Era um trabalho político, comunitário. Isso que era bacana.

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

Leon Diniz Lima Júnior, 57 anos, Geografia na UFRJ.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Um amigo, Paulinho chinelo, em 1991, me chamou para dar aula lá.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

Estando no último ano da faculdade, estava bem perdido, não querendo dar aula em escola particular e não sabendo quando teria concurso para escola pública, aí achei

o AMV, fundamental para a minha formação enquanto geógrafo e enquanto comunista, ali aprendi o verdadeiro sentido dessa palavra COMUNISTA.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Comecei em 1991, dando aula juntamente com o chinelo, com o Marquinho e com o falecido Nailson, lá fiquei até o fim do projeto.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário? Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

De lá surgiu o filho que até hoje sobrevive, em Vila Isabel, o VIVE.

Em 2000 fui trabalhar no CEASM, que em 2007, após brigas internas, criaram o REDES. No CEASM trabalhei até 2019.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade. Tem militância em algum Movimento Social?

Em 2015, comecei a trabalhar na CDH da Alerj com o deputado estadual Marcelo freixo, onde fiquei até o ano passado (2023) com a deputada Dani Monteiro. Em fevereiro do ano passado, comecei a trabalhar com a vereadora Mônica cunha, na parte de Educação, Comunicação e na Comissão Antirracista, onde fizemos um filme e um relatório. Em 2000 começamos um projeto junto aos Prés-Vestilates chamado Domingo é Dia de Cinema. Cinema e debate, e vamos continuar esse ano.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

8. Suas considerações finais.

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

Marcos Aurélio Cardoso Moraes, 56 anos, médico veterinário.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Em 1996 eu estudava Espanhol em um curso da UERJ, aberto à comunidade, e outro estudante do curso, Augusto, que também era estudante da AMV (nós o chamávamos de “Seu Augusto”, devido à idade – tinha cerca de 60 anos), me convidou para dar aula de Espanhol, pois o pré só contava, no ensino de línguas, com uma professora de Francês.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

No início eu recusei o convite, pois não me achava capaz de dar aula. Mas Seu. Augusto me convenceu a tentar, já que estávamos aprendendo na UERJ, e eu fui

dar uma aula. Consegui passar o conhecimento para os estudantes, eles gostaram da aula, eu também gostei, e me senti seguro para continuar.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Com o passar das semanas houve uma assembleia, e a vontade de permanecer e me inserir no projeto surgiu “de verdade” quando, nesta assembleia, aberta a todos (professores e alunos, novos ou antigos – e todos com o mesmo poder de voz e voto), o Prof. Fontinha (Biologia) deixou nítido que a AMV não era simplesmente um “pré-vestibular para ajudar pessoas pobres”, e sim um Movimento Popular focado, dentre outras coisas, na formação de Lideranças Comunitárias. Acabei por participar mais ativamente do mesmo, entrando na Coordenação e, posteriormente, na Equipe de Biologia, quando da abertura das turmas de sábado. E, independente de estar ou não na Coordenação, muitos de nós (alunos, ex-alunos e professores) estávamos sempre na coordenação, apoio e execução das atividades.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário? Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

Três ex-alunos da AMV (Charles, Carlos e “Seu Zé”) conseguiram abrir pré-comunitários onde moravam (respectivamente em Nova Brasília, Morro do Macaco e Triagem). Em Triagem participei apenas da aula inaugural, mas creio que o pré durou 2 ou 3 anos, não sei ao certo.

Em Nova Brasília participei durante toda sua existência – creio que três anos – e terminou pois o trajeto para se chegar ao CAIC (onde ocorriam as aulas) começou a ter uma presença ostensiva de pessoas armadas, e os professores se afastaram. O pré do Morro do Macaco (VIVE – Vila Isabel Vestibulares) existe até hoje, e participei do mesmo desde sua criação (creio que no ano 2000) até o ano de 2018. Participei também de mais dois pré-comunitários: o do SindPD, na Av. Pres. Vargas (funcionava no próprio sindicato), por cerca de 3 anos; e um pré-comunitário ligado ao PVNC – Pré Vestibular para Negros e Carentes – que funcionava num prédio da Praça da Cruz Vermelha – ambos aos sábados.

Em todos os pré-comunitários que participei minha contribuição ia além das aulas, sendo que a AMV e o VIVE, devido à proximidade entre eles, o acesso mais fácil e mais tranquilo e ao tempo de participação, minha contribuição foi mais intensa.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade. Tem militância em algum Movimento Social?

Desde 1993 sou estatutário, e trabalho como Médico Veterinário do município de Duque de Caxias, e há 10 anos estou lotado no Departamento de Atenção Primária. Minha atual “militância”, se é que pode ser chamada assim, é no SUS, tanto na luta pelos direitos dos Trabalhadores quanto na luta pela melhoria dos serviços oferecidos pelo SUS.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

Costumo dizer que “nasci de novo” na AMV.

Enquanto médico veterinário, eu via a minha profissão como um “cuidar de animais”; a minha vida social se restringia a “não fazer coisas erradas” (mas não enxergava o racismo, machismo, homofobia, explorações capitalistas e outras mazelas como enxergo hoje, e inclusive – e vergonhosamente – contribuía para os mesmos, através de piadas e comentários); e minha “vida política” se restringia a “votar e fazer campanhas”.

A AMV me possibilitou uma nova formação política ou, como dizia Che Guevara, um Novo Homem, não só nas questões discutidas nas diversas instâncias da mesma (sala de aula, atividades extra-classe, rodas de conversa, etc), como também sempre se mostrou aberta a quaisquer temas que alguém se interessasse e levasse para debate.

Hoje entendo a minha profissão, meu cargo público e minha própria existência como algo inseparáveis, numa luta diária pelo SUS e contra o racismo, fascismo, machismo e homofobia presentes na sociedade e, como não poderia deixar de ser, em todas as instâncias da mesma, o que inclui o próprio SUS.

8. Suas considerações finais.

Inúmeras pessoas, estudantes e/ou professores (muitos de nós exercíamos as duas categorias) passaram pela AMV nos seus mais de 20 anos de existência, e creio que, para quem se deixou transformar, foi um divisor de águas na própria vida e na vida das pessoas à sua volta, seja na família, amigos, vizinhança, trabalho...

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

Patrícia Araújo Fernandes, 49 anos, doutoranda em Letras Neolatinas pela UFRJ.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Na minha graduação fui bolsista do CLAC (Curso de Línguas Aberto à Comunidade) e a faculdade de Letras ofereceu um curso de Línguas no Ceasm (Centro de

Estudos e Ações Solidárias da Maré). Implementamos os cursos de línguas(espanhol, francês e inglês) no Ceasm e no mesmo ano comecei a participar como professora de espanhol do pré-vestibular também. Nesse processo conheci professores de diferentes vestibulares comunitários e fui me inserindo. Um professor do Ceasm que também trabalhava na AMV me levou.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

Na época eu tinha uma forte influência da Teologia da Libertação da igreja católica, hoje não sou mais religiosa. No entanto, entendo que foi através da igreja que tive meu primeiro despertar sobre a importância de colaborar com o outro. De que tudo que aprendi só faria sentido se fosse para ajudar a melhorar a vida de alguém. Trabalhei primeiramente como alfabetizadora no Faz quem quer, em Rocha Miranda, onde moro e depois fui pra Maré, Mangueira, Morro dos Macacos em Vila Isabel e Jacaré. Sempre acreditei que o caminho para a transformação, seja ela individual ou coletiva, passa pela educação.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Cheguei no AMV no ano de 2000, inicialmente dava aulas de Espanhol, uma época também dei aula de Literatura e Redação. Criamos um grupo chamado "Mulheres de Atitude" onde discutíamos questões referentes ao processo de apagamento e silenciamento das mulheres na sociedade, nossas angústias, medos e possibilidades de transformação desse cenário. Lemos e estudamos bastante sobre o tema, acredito que até hoje carregamos muito de tudo que vivenciamos nessas reuniões.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário? Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

Particpei do CEASM (Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré), do VIVE (Vila Isabel Vestibulares) e do Pré-vestibular do Jacaré. Em todos fui professora, mas no Ceasm e na AMV, também fui coordenadora um período. Foram minhas grandes escolas políticas. Vivi a "praxis" do velho Marx na sua essência.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade. Tem militância em algum Movimento Social?

Atualmente minha militância é a escola pública em que trabalho, onde tento ser a professora que gostaria de ter tido quando fui aluna da escola pública. Acredito na construção do pensamento crítico a partir da diversidade de textos que lemos e

discutimos em sala. Hoje trabalho em uma escola do Município (GET PARÁ) com muitas possibilidades de desenvolver discussões e projetos.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

Acredito que toda minha visão de mundo tem muito de tudo que aprendi e vivi por onde andei e a AMV foi, sem dúvida, minha maior escola. Lá encontrei pessoas dispostas a construir uma outra sociedade, que acreditavam no que estavam fazendo e que se uniram nesse propósito por ideologia e acima de tudo solidariedade.

8. Suas considerações finais.

Acredito que a AMV foi um dos grandes movimentos sociais do Rio de Janeiro enquanto escola política. Cabe ressaltar que, não havia financiamento, ninguém era pago para estar ali, estávamos por acreditar em um outro mundo. "Um mundo onde caibam muitos mundos" (EZLN)

1. Sua identificação, como nome, idade, formação.

Paulo Alentejano (Paulinho Chinelo), 56 anos, Geógrafo.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci por intermédio do (professor) Carlão de Física, que dava aula junto comigo numa escola particular.

3. Que motivos o/a levaram a participar da AMV?

O interesse em contribuir com o projeto que estava se iniciando. A primeira turma teve aula apenas de algumas disciplinas - Física, Química e Matemática, se eu não estiver enganado - e a ideia foi ampliar para todas as disciplinas.

4. Conte um pouco de sua trajetória como professor/colaborador da AMV.

Dei aula no MV de março de 1990 a dezembro de 2005. Também participei ativamente dos debates que levaram à definição do MV como uma Associação. Implantamos inovações importantes no MV, como as aulas coletivas e os trabalhos de campo - Centro Histórico do Rio; Floresta da Tijuca; Acampamentos do MST.

5. Você chegou a participar de algum outro Pré-Vestibular Social/Comunitário? Poderia relatar um pouco dessa outra experiência?

Ajudei a criar o Pré-Vestibular Comunitário do CEAT e o coordenei durante alguns anos.

6. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e político na atualidade.

Tem militância em algum Movimento Social?

Sou Dirigente da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Rio de Janeiro, militante da Associação dos Docentes da UERJ e colaboro com o MST tanto em nível estadual como nacional.

7. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida profissional?

A AMV foi um dos espaços importantes para minha formação profissional e política. No concurso para Professor Titular do Departamento de Geografia da FFP/UERJ que fiz recentemente, ressaltai esse aspecto, sobretudo no que diz respeito à experiência das aulas coletivas, que reproduzo até hoje.

8. Suas considerações finais.

5.6. Questionários Respondidos pelos Colaboradores

1. Sua identificação, como nome, idade.

Carlos Alberto de Lima, e tenho 55 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Conheci o AMV por intermédio de um amigo meu, o Marcelo, que dava aula num Pré-Vestibular, que me convidou. Fui uma vez lá, vi o Projeto e fiquei muito a fim de estudar de novo. Foi através dele que fui estudar lá. Tinha outro amigo também, que estudava lá, que me deu uma força, me incentivou muito a estudar lá, no AMV.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

O motivo que me fez foi o fato de eu estar querendo estudar e de ter me encantado com o Projeto de Pré-Vestibular Comunitário, que eu não conhecia, que nem sabia que existia, para você ver como eu estava tão fora de tudo. Como eu trabalhava em São Cristóvão, era muito mais próximo, pois eu saía do meu trabalho e ia andando até a Mangueira e comecei a ingressar no AMV. Mas foi muito por causa do Projeto mesmo. Achei o Projeto bom de mais da conta. Foi aí que comecei a estudar, pelo Projeto.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a e colaborador da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Comecei no AMV como ouvinte, não como aluno, pois a procura no AMV sempre foi muito grande né. Tinha uma fila enorme de espera e tal e aí um amigo me apresentou ao coordenador que ficava lá, esqueço o nome dele, não lembro o nome dele. E a gente conversando, batendo um papo e tal eu falei que estava muito a fim, e me colocou como ouvinte. Isso não existia naquela época lá. Então eu ficava como ouvinte e comecei a estudar no AMV. Minhas participações eram sempre como ouvinte, inclusive nas aulas fora que participava. Eu já me considerava aluno e o pessoal me considerava como aluno. O MV era muito acolhedor.

5. Você chegou a fazer o Vestibular? Para qual Faculdade/Universidade? Que Curso tinha escolhido?

Na verdade eu não consegui cursar nenhuma Faculdade, nenhuma Universidade, por que eu não conseguia estudar. Como te falei lá atrás, meu horário de trabalho era de 7 às 7 da noite, e eu chegava muito tarde, e o horário do AMV era 7 horas. Eu chegava sempre às sete e meia, por que eu vinha andando, e isso dificultou muito meu estudo lá, e aí não consegui entrar, cursar nenhuma Faculdade.

6. Conte um pouco de sua trajetória como aluno/a universitário, considerando, também a sua participação nas atividades extraclasse.

7. Concluído o Curso, enfrentou dificuldades para ingressar no mercado de trabalho ou mesmo para mudar suas atividades profissionais?

8. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Como eu não consegui estudar (curso superior), eu aprofundei muito mais no Projeto MV, que me deu uma base que eu nunca imaginei que ia ter: uma base política, social, que me tornou mais um cidadão que um universitário, né, do que ter me colocado numa universidade. Com essa base eu pensei na época em montar um Pré-Vestibular com o nome do MV, tipo MV 1, MV2, um seguimento. Só que na época eu tinha conversado com alguns amigos e não tive muita força, ajuda para isso, infelizmente. E aí, eu não conseguia mais estudar e resolvei fazer um Pré-Vestibular em Vila Isabel, com a base que o MV me deu, política, social. Aí resolvi montar esse Pré-Vestibular em Vila Isabel. Com essa base eu montei o VIVE, que começou em 1998, 1999 mais ou menos. Não lembro bem a data aqui. Aí montei esse Pré-Vestibular que, graças a Deus até hoje funciona, mas muito pela base que tive no MV. Tive ajuda de alguns professores. Do professor Marquinhos, que o pessoal conhece como “faxina”, o professor de Geografia, o Leon, e vários outros professores que me ajudaram muito a formar o Vila Isabel, que foi uma luta gigante para se conseguir espaço, mas consegui com a base que tive do MV. Algumas vezes quando a gente está em festa no VIVE, quando acontece algum tipo de evento, eles me chamam, eu dou meu depoimento como fundador do Pré-Vestibular. Uma das coisas que sempre falo é que a minha base foi o MV. Engraçado hoje eu consegui fazer um bom trabalho, não sozinho, mas com a ajuda dos professores, com a ajuda de todo mundo. E o VIVE continua forte até hoje.

9. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

A base que o MV me deu foi essa, uma das coisas que a gente sempre quis pregar no VIVE, que pregou no VIVE, era conseguir formar um aluno universitário, formar um cidadão, sabendo seus direitos, deveres, sabendo política, sendo politizado, talvez sendo de esquerda (risos), essa era a maior importância que eu pregava isso. O MV não me formou um universitário, mas sim um cidadão. O MV soube me formar um cidadão. Eu não sabia nada de projeto social. Eu sempre queria estar no meio disso, mas eu não sabia como e o MV me deu essa abertura. Abriu a porta pra mim e, graças a Deus eu consegui. Como que se fala?... eu consegui captar muito isso

com esse projeto. A minha base, o VIVE hoje, quem me deu foi o MV. A função do VIVE não era só formar universitário, era formar cidadão, formar um homem sabendo seus direitos, seus deveres, politizando ele e, eu acho que a gente fez um trabalho legal né, fez um trabalho bacana, que até hoje o VIVE continua e a luta é grande e a gente fica triste por que o MV parou. O MV não tinha que ter parado, tinha que ter uma luz para o MV voltar a funcionar. É uma pena que ninguém ainda pense nisso né, um retorno do MV, que é de uma importância tão grande. É uma pena que acabou. Mas é, tinha que voltar.

10. Suas considerações finais.

Não sei com te ajudei nisso, pois como falei com o Marquinhos, eu não fui aluno universitário, não me formei em nada, não passei na Faculdade, mas o MV me deu essa base, de estar montando um Pré-Vestibular Comunitário, que foi uma luta muito grande, aqui no Morro dos Macacos, e eu montei o Pré-Vestibular pensando em mim, pois queria montar um perto da minha casa, então quando montei, pensava nisso, mas o negócio foi muito mais além que isso. Eu tinha o motivo de fazer o que o MV me fez, que era ajudar, de montar um Pré-Vestibular Comunitário, pois achava que, quanto mais Pré-Vestibular melhor, e o MV veio para somar. Tinha um Pré no Morro dos Macacos, que funcionava só aos sábados. Quando eu montei o Pré-Vestibular, a gente conseguiu, com os professores ajudando. A comunidade ajudou muito, pois nós não tínhamos nada, canetas, quadro. Então os alunos, os professores ajudaram muito. Eu comprei do meu bolso, teve morador que foi comigo pegar o quadro. A gente teve uma ajuda, uma aceitação muito boa. E quando o pessoal soube, veio todo mundo pro VIVE, e aí foi um negócio muito legal, que a gente não sabia, e eu falei pro pessoal que nossa intenção não era montar um Pré-Vestibular e terminar outro, pois dava para conciliar tudo, e os que iam abandonar o outro, ficaram com a gente e continuaram no outro aos sábados. Isso foi muito legal, pois a ideia não era acabar com o outro Pré. A ideia era montar um e tentar ajudar o outro de outra maneira qualquer. Foi muito gratificante essa experiência que eu tive no MV, que me deu toda essa base.

Vou ser franco contigo, pois, se tem uma coisa que me orgulho é pode até achar que estou me enaltecendo, mas assim, se tem uma coisa que me dá orgulho é de ter feito parte do MV e de ter formado um Pré-Vestibular, isso não tem uma coisa melhor que eu fiz na minha vida. É muito gratificante você ver um aluno que passa na universidade aí volta, pensando em você, que nem aconteceu uma vez, eu

estava na Vinte e Oito de Setembro, aí ela veio pensando por mim, me abraçou, chorou pra caracas. Isso não tem preço. Ela tem que agradecer aos professores que ajudaram, e muito mais você pelo esforço, pois a luta de um aluno para ingressar no vestibular é uma luta muito grande, é foda, o cara chega cansado do trabalho, na maioria das vezes tem 3 horas só de aula, sai cansado, muitas vezes dorme na sala, e essa força de vontade é que faz o cidadão. Além de agradecer o professor, o coordenador, ela tem que reconhecer a guerreira que a pessoa é para passar na Universidade, por que não é fácil, é muito difícil.

Quando eu comecei no MV, ou no VIVE, eu comecei estudando, mas não tinha como você estudar. Ou estudava ou eu coordenava o Pré. Na minha cabeça, eu falava assim...esse Projeto eu sonhei em fazer, então eu não vou acabar com esse Projeto. A maior satisfação eram os alunos, de ver um aluno passar na Universidade, a satisfação de ver um aluno ali lutando, se tornando cidadão. Isso que me conforta, me alegra, me dá o mesmo orgulho que tive dos meus professores, do MV, do VIVE. Esses caras é que são importantes. Esses caras é que tiram a hora deles, que podiam estar descansando, estão ali trabalhando sem ganhar nada. Isso que é prazeroso. Tem gente que luta por outros.

1. Sua identificação, como nome, idade.

Sérgio Ricardo de Carvalho Theberge, 51 anos.

2. Como conheceu o Projeto AMV?

Indicação. Uma amiga que já fazia parte do projeto apresentou as estruturas, projetos e as pessoas envolvidas.

3. Que motivos o/a levaram a ingressar na AMV?

Naquele momento a vontade de ingressar em uma instituição de ensino superior para ampliar os horizontes e buscar uma melhora profissional.

4. Conte um pouco de sua trajetória como aluno e colaborador da AMV, considerando, também, a sua participação nas atividades extraclasse.

Particpei como aluno do pré-vestibular e atuei também como colaborador na Coordenação do Curso.

5. Você chegou a fazer o Vestibular?

Sim, prestei vestibular.

6. Que Curso tinha escolhido?

Geografia (Uff) e História (Uerj e Ufrj).

7. Relate um pouco sobre seu protagonismo social e/ou político na atualidade.

Hoje o termo que melhor define minha atuação política ou social é...nulo.

8. Em que aspectos você avalia a importância da AMV para sua vida?

O projeto AMV me ajudou a enxergar as questões sociais de forma mais humanitária. Já na parte política, o mesmo AMV foi fundamental para descortinar uma visão romantizada dos “heróis”, da nação e seus superpoderes: “do povo para o povo, pelo povo”.

9. Suas considerações finais.

Não sei, não sei o que registrar / expressar.

PS. O lado emocional pesou bastante (ao responder o Questionário). Daí a dificuldade de expressar, sintetizar os mais diversos sentimentos, respeito, companheirismo, orgulho, gratidão, carinho, amizades (mesmo que à distância). “Ufa”, de fato (quando) as lembranças chegam, a voz embarga, os olhos marejam e a saudade marca presença.

VI. Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. Manual de história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANDRADE, Daniel Pereira. **O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais**. Sociedade e Estado, v. 34, nº, p. 211 – 239, 2019.

AURÉLIO. Marcos. Cartilha AMV (Associação Mangueira Vestibulares). Rio de Janeiro, 2011.

BENJAMIN, César. **A Opção Brasileira**. Intervenção feita em um Seminário sobre Alternativas ao Neoliberalismo. Porto Alegre, fevereiro de 2002. IN: www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200709271707080.00.fevereiro_2002_opcaobrasileirahoje.pdf

BORBA, FUKS e RIBEIRO, Julian, Mario e Ednaldo. **Do antipetismo ao antipartidarismo generalizado: o impacto da rejeição dos partidos políticos na eleição de 2018 para Bolsonaro**. IN: Jornal da Associação Brasileira de Ciência Política. 2021.

BOURDIEU, Pierre; **PASSERON**, Jean-Claude. **A Reprodução. Elementos para uma teoria do Sistema de ensino**. 7ª edição. Editora Vozes. RJ. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2017: Resumo Técnico**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6725796. Acessado: 29/01/2024.

CARDOSO, Ruth. **Formas de participação popular no Brasil contemporâneo**. Revista do SEADE, nº 3, São Paulo, 1985.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura. A crise da democracia liberal**. Zahar Editora. 1ª edição. Rio de Janeiro. 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

COSTA, Valeriano. **“Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisa”**. Idéias –Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum. UNICAMP, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1968.

_____. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Crise do Capitalismo Real**. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais.** Editora Vozes, 7ª edição, Rio de Janeiro, 2015.
- GRAMSCI, Antonio. Passado e Presente.** Torino: Einaudi Editora, 1966.
- _____. **Obras Escolhidas.** Volume I. Coleção Teoria. Editorial Estampa. Lisboa. 1974.
- _____. **Escritos Políticos. Volume I.** Ed. Seara Nova, 1976. Lisboa.
- _____. **Problemas do materialismo histórico.** In: A. Gramsci. **Obras escolhidas.** São Paulo: Martins Fontes, 1978. Pp. 19-66.
- _____. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982. 4ª edição.
- _____. **Cadernos do Cárcere, Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 2ª edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Cadernos do Cárcere, Volume 2: Os Intelectuais, o Princípio Educativo, o Jornalismo.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Cadernos do Cárcere, Volume 4: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Civilização brasileira. Rio de Janeiro, 2001.
- _____. **Temas de Cultura.** IN: **Cadernos do Cárcere. Vol. 4.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015. 5ª edição.
- HOBBSBAUWM, Eric J. E. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** São Paulo, Editora Paz e Terra. 2ª edição. 1998.
- JACOBI, Pedro R. Movimentos sociais urbanos numa época de transição: Limites e potencialidades.** IN: **SADER, Emir (org.). Movimentos sociais na transição democrática.** Cortez Editora, São Paulo, 1987.
- JANOTTI, Maria de Lourdes. A Primeira Guerra Mundial. O confronto de imperialismos.** São Paulo: Atual, 1992.
- JUNIOR, Justino Souza. A crítica marxiana da educação em tempos de mundialização do capital e crise da escola.** 2004. (acesso em 03/08/2022)
IN: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/3649/3448>

KUENZER, Acácia. **Exclusão includente e inclusão excludente**: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. 2000.

IN: http://forumeja.org.br/go/files/13%20Exclusao%20Includente%20Acacia%20Kuenzer_1.pdf

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. IN: FERREIRA e AMADO, Marieta de Moraes e Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. FGV Editora, 8ª edição, Rio de Janeiro, 2006.

MARX, Karl e **ENGELS**, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 6ª edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

MONASTA, Atillio. **Antonio Gramsci**. Tradução e organização: Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NASCIMENTO, Antonio Eugenio. **A Escola do Aluno Caminhador: uma proposta pedagógica para os filhos da classe trabalhadora**. Edições Paratodos. Rio de Janeiro, 1997.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Do Direito à Universidade à Universalização de Direitos: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas De Ação Afirmativa**. Orientador: Giuseppe Mario Cocco. Tese (doutorado) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação superior no Brasil**. In: Educação & Sociedade, v. 25, n. 88, p. 727-756, Especial - Out., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a05v2588.pdf>. Acessado em: 29/01/2019.

SADER, Emir. (org.). **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. Cortez Editora. São Paulo, 1987.

SADER, Emir. **A transição no Brasil, da ditadura à democracia**. Atual Editora, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso Sobre as Ciências**. 3ª Edição,

São Paulo, Cortez Editora, 2005.

SANTOS, Ângela Cristina da Silva. Pensando Estratégias para o Enfrentamento da Evasão em Pré-Vestibulares Populares: Um Estudo de Caso na Maré – Rio de Janeiro/RJ. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES), da UFRJ. 2020. Acessado em 29/01/2024:

https://nides.ufrj.br/images/PPGTDS/Dissertacoes/2020_AngelaCristinaSantos.pdf

SCHLESENER, Anita Helena. O pensamento político de Croce: o Modelo

Liberal. Sociedade e Estado, vol. 22, núm. 1, janeiro-abril, 2007, pp. 71-96.

Universidade de Brasília. Brasília, Brasil

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. Artigo: Revista de Psicologia, vol. 23, nº 2. Belo Horizonte, maio e agosto. 2017.

<https://sintufrj.org.br/2020/07/universidade-para-todos/>

SINTURFJ. Universidade para Trabalhadores: Pré-Vestibular SINTURFJ. Rio de Janeiro: Mimeo, 1986.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Trajetórias do Ideário Participativo no Brasil.

Caderno CRH (on line), volume 33, 2020.

TEIXEIRA e TRINDADE, Ana Cláudia Chaves e Thiago Aparecido. Participação e projetos políticos: os horizontes da democracia brasileira – Entrevista com Evelina Dagnino. REVISTA IDEIAS, v. 9, 2018.